

Augusto Dornelas

NOTÍCIAS DE
ECONOMIA E
FINANÇAS

Meus Comentários



Livro**Rápido**

Olinda –PE
2013

Copyright © 2013 by **Augusto Dornelas**

Todos os direitos reservados ao Autor
Augusto Dornelas

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Foto da Capa
Arquivo pessoal do Autor

Montagem de Capa e Diagramação
Andreza de Souza

Revisão
Do Autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica

D713n

Dornelas, Augusto César Barbosa
Notícias de economia e finanças: meus comentários / Augusto César
Barbosa Dornelas. – Olinda: Livro Rápido, 2013.

200 p.

Bibliografia. p. 119 - 126 (bibliografia localizada)
Contém anexos
ISBN 978-85-406-0683-8

1. Noticiários de economia e finanças. 2. Economia e finanças.
3. Sistema financeiro nacional. I. Título.

33:336 CDU (1999)

Fabiana Belo - CRB-4/1463

Editora Livro Rápido – Elógica
Diretora editorial: *Maria Oliveira*

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 Peixinhos
Olinda – PE CEP: 53230-290
Fone: (81) 2121.5307/ (81) 2121.13
livrorapido@webologica.com
www.livrorapido.com

Autor:

- Augusto César Barbosa Dornelas

Formação Acadêmica

Possui formação acadêmica a nível de graduação em Economia (UFPE) e Matemática (UFRPE), Pós-graduação em Matemática pela UFPE e Mestrado em Educação Matemática pela UFRPE.

Experiência Profissional

Possui duas décadas de dedicação ao ensino de disciplinas relacionadas às áreas de métodos quantitativos, financeira e econômica. Foi professor das universidades públicas UFPE e UFRPE. Ministra cursos nas seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PE), Fundação Bradesco, Mongeral - EAGON Seguros & Previdência, MBA's da Business School da Faculdade Maurício de Nassau. Pós-graduação em Comércio Internacional da Faculdade Esuda, MBA em Gestão de Negócios da UNICAP, MBA em Gerenciamento de Projetos da Faculdade Guararapes, MBA em Controladoria do IBPEX - UNINTER e MBA's em Matemática Financeira Aplicada, em Logística e em Finanças Corporativas da Faculdade Metropolitana da Grande Recife, onde leciona há 10 anos e também exerce a função de coordenador do curso de Gestão Financeira. Presta consultoria econômica e financeira em entrevistas para veículos de comunicação do Estado de Pernambuco, dentre os quais: Rede Globo Nordeste, TV Jornal - SBT, TV Clube - Record, Rede Estação – RBC, jornal Folha de Pernambuco, Jornal Diário de Pernambuco e Rádio CBN Recife.

Publicações do autor

- MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTOS PARA CONCURSOS PÚBLICOS: Teoria e Exemplos - 600 Questões de Provas: 200 Resolvidas e Comentadas e 400 Propostas (ISBN 978-85-224-7945-0 e ISBN 98-85-224-794); publicado pela Editora Atlas nas versões impressa e digital em agosto de 2013.
- HP 12C Uma abordagem prática e interativa de suas principais funções básicas, financeiras e estatísticas (ISBN 978-85-406-0661-6); publicado na versão impressa pela Editora Livro Rápido em novembro de 2013.

"Aos meus competentes professores de Economia e Finanças: Dr. Jocildo Fernandes (Departamento de Economia - UFPE), Dr. Charles Carmona (Departamento de Administração - UFPE), Mestre Roberto Ferreira (Departamento de Economia - UFPE), Dr. Eduardo Ramires (Departamento de Economia - UFPE); pelos ensinamentos e competências que até hoje conduzem minha conduta econômica e financeira dentro e fora do ambiente acadêmico."

Apresentação

Escrever um livro que viesse a ajudar as pessoas a entender o conteúdo de reportagens que a maioria dos noticiários de Economia e Finanças que são veiculados nos mais diferentes meios de informação trazem nas suas abordagens diárias, sempre fez parte de meus objetivos.

Para tanto, a partir deste ano de 2013, quando me cadastrei no sítio da rede social do Facebook comecei a postar notícias econômicas e financeiras e em seguida passei a tecer comentários onde introduzia de maneira simplificada alguns conceitos de economia e finanças que pudessem ajudar as pessoas a entender um pouco do mundo econômico onde vivem.

Alguns leitores não apenas passaram a ler e agradecer os comentários como também passaram a sugerir temas, o que foi bastante gratificante para mim a receptividade sobre as abordagens que realizei, utilizando-me de matérias jornalísticas voltadas ao universo econômico-financeiro e das teorias relativas às duas ciências.

Utilizei-me de veiculações contidas em importantes portais de comunicação de relevantes meios de comunicação, tais como o G1 da Rede Globo, UOL Economia, IG Economia, Agência de Notícias Reuters Brasil, Portal DCI, Portal Administradores, Infomoney, Portal do Jornal Diário de Pernambuco, Revista Exame, Terra Economia, Portal do Jornal Zero Hora, Portal do Jornal O Estado de São Paulo, Portal R7, além de sites de organismos públicos como do Banco Central do Brasil, Infoescola, Previdência Social Portal do Investidor, IBGE, Casa da Moeda, Brasil Escola e Petrobras.

No livro, conversei com o leitor sobre temas os mais variados possíveis envolvendo economia e finanças, levando ao leitor

explicações de 50 matérias jornalísticas utilizando-me de diversos conceitos tais como: taxas de juros, PIB, cálculo de prestações, leis trabalhistas, inflação, finanças pessoais, inflação, Economia, Mercado Financeiro, poupança, câmbio e Dólar, inadimplência, impostos, classes sociais, endividamento, bancos, geração de empregos, crises financeiras e econômicas mundiais, trabalho infantil, a mulher e o mercado de trabalho, empréstimos e financiamentos, planos de previdência pública e privada, compra de material escolar, balanço de pagamentos, pesquisas governamentais como a PNAD, dentre tantos outros temas.

Sugiro ao leitor que comece pelas notícias de números 48, 49 e 45, que tratam de aspectos teóricos da Ciência Econômica, da Ciência das Finanças e das Finanças Pessoais que certamente irá facilitar o seu aprendizado quando ler as demais matérias.

Espero, que com este livro venha a contribuir com a construção de conhecimentos dos leitores através de um processo de inclusão à educação financeira, diminuindo a ocorrência de assimetrias de informações que certamente nunca são benéficas para a maioria dos cidadãos consumidores.

Boa leitura e um forte abraço,

Augusto Dornelas

Sumário

1.	Inflação faz Copom elevar Selic a 7,5%, primeira alta desde 2011.....	13
2.	Poupança bate inflação e renda fixa com Selic a 8,5%..	15
3.	Veja repercussão da decisão do Copom de elevar a Selic para 8,5%	16
4.	HSBC reduz taxas de juros para pessoas físicas.....	17
5.	Novo UNO - http://uno.fiat.com.br/#versoes	23
6.	Juro do cheque especial é o menor da história, mas ainda está alto	24
7.	Dólar sobe 0,35% ante real após sinais de fragilidade da economia	25
8.	Juiz permite que EUA sigam com processo de US\$5 bi contra S&P por fraude.....	27
9.	Quase metade dos inadimplentes no comércio deve mais de R\$ 500	28
10.	7 em cada 10 não sabem quanto pagam em taxas do cartão de crédito	30
11.	Dólar fecha em alta pelo 5º dia e atinge R\$ 2,39	32
	BC fez dois leilões no dia, mas não conseguiu conter a alta. Moeda subiu 2,46%, para R\$ 2,396 na venda.	32
12.	Grupo de Eike reduz pela metade alta de lucro de companhias na Bovespa	35
13.	Dólar fecha em alta pelo 5º dia e atinge R\$ 2,39 BC fez dois leilões no dia, mas não conseguiu conter a alta.	36

14.	Governos praticam populismo cambial	39
15.	"Veja a lista atualizada com os veículos que menos consomem combustível. Os veículos foram categorizados com etiquetas que vão de A até E, do mais para o menos eficiente em consumo, respectivamente"	41
16.	Impostômetro deve registrar R\$ 900 bilhões no sábado - InfoMoney.....	42
17.	PIB cresceu 2,5% no 3º trimestre ante mesmo período de 2012, diz Mantega.....	45
18.	Nordeste de carona na nova classe média.....	47
19.	BC começa programa de leilões de venda dólares a bancos	50
20.	Endividamento das famílias vai a 44,8% em junho e bate recorde	54
21.	Sem surpresas, Copom eleva Selic em 0,5 p.p., para 9% ao ano	58
22.	Megainvestidor acusa Dilma de afastar investimento estrangeiro.....	61
23.	BB é banco mais rentável entre os maiores da América Latina e EUA.....	64
24.	47% dos inadimplentes são da classe C, aponta pesquisa.	66
25.	Inflação oficial acelera em outubro, mas segue dentro da meta, diz IBGE.....	68
26.	Programa do MEC é alternativa para financiamento de curso universitário.....	73
27.	Juro dos bancos para pessoa física é o mais alto em 14 meses, diz BC.....	76

28.	Criação de empregos formais sobe 26,4% em agosto, para 127 mil vagas	79
29.	Dólar fecha em alta sobre o real nesta sexta, mas cai quase 3% na semana.....	83
30.	Confira as principais crises mundiais desde a Grande Depressão de 1929	84
31.	Meio milhão de crianças pararam de trabalhar no Brasil em três anos, diz OIT	88
32.	Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho, aponta governo	92
33.	Taxas de juros ficaram maiores em agosto para famílias e empresas	97
34.	Consumidor pode economizar até R\$ 6 mil em financiamento de carro	99
35.	Catadores assumem papel de protagonistas da coleta seletiva	105
36.	Plano de previdência privada individual arrecada R\$ 7,3 bilhões	108
37.	Copom sobe juros para 9,5% ao ano na quinta elevação seguida	114
38.	Aposentadoria: Brasil terá que diminuir benefício para se sustentar no futuro - InfoMoney.....	122
39.	Elasticidade-Preço da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada de um bem dado uma variação percentual no preço deste bem.....	128
40.	Taxas de Juros de Operações de Crédito – Banco Central do Brasil	134

41.	“Especialista ensina como planejar compras de material escolar”	138
	Vejamos algumas dicas importantes pra você economizar:	138
42.	Psicanalista mostra como fugir das emoções que ameaçam seu bolso	140
43.	Negócios (“loucamente ruins”) da China	146
44.	Balço de Pagamentos tem déficit de US\$ 1,2 bilhão em setembro	148
45.	FINANÇAS PESSOAIS DE A a Z:	156
46.	Pnad 2012	163
47.	"Petrobras anuncia aumento do preço da gasolina em 4% e do diesel em 8%"	169
48.	Economia de Mercado	175
49.	ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	184
50.	Inflação pressiona para alta do juro	195

NOTÍCIAS DE ECONOMIA E FINANÇAS



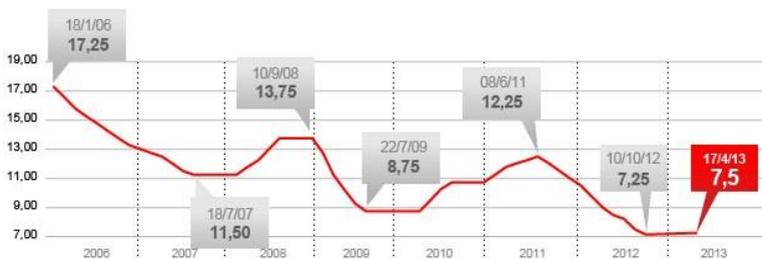
17/04/2013

1. Inflação faz Copom elevar Selic a 7,5%, primeira alta desde 2011

Decisão do BC acontece em meio a temor de disparada da inflação. Alta de 0,25 é a menor praticada pelo BC; medida deve encarecer crédito.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



G1.com.br

Fonte: Banco Central do Brasil

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/inflacao-faz-copom-elevar-selic-75-primeira-alta-desde-2011.html>

Meus comentários:

Você sabe como calcular o juro da poupança?

Vamos lá:

Selic = 7,5%aa e a poupança paga 70% da Selic, portanto, 5,25%aa.

A taxa Selic mensalizada é dada por: $1,0525^{(1/12)} - 1 = 0,004273$

= 0,4273%am para depósitos a partir de 02.05.13.

Exemplificando: se você depositou R\$ 1.000,00 em 02.05.13 , um mês após terá um montante de:

$$M = 1.000 \times 1,004273 = \text{R\$ } 1.004,27$$

Já dá para me emprestar dinheiro!

Espero que tenha ajudado.

Augusto Dornelas



2. Poupança bate inflação e renda fixa com Selic a 8,5%

Aumento em 0,5% da taxa básica de juros torna a caderneta mais atrativa que maior parte dos fundos de investimentos e garante ganho acima do IPCA projetado para 2013

Taís Laporta - iG São Paulo | 12/07/2013

Leia mais acessando:

<http://economia.ig.com.br/financas/investimentos/2013-07-12/poupanca-bate-inflacao-e-renda-fixa-com-selic-a-85.html>

Meus Comentários:

Com a alta da taxa Selic para 8,5%aa, veja como fica o rendimento da tradicional poupança:

Selic = 8,5%aa e a poupança paga 70% da Selic, portanto, 5,95%aa. A taxa Selic mensalizada é dada por: $1,0595^{(1/12)} - 1 = 0,004828 = 0,4828\%$ am para depósitos a partir de 02.05.13 (vide também Circular BACEN nº 3.595).

Exemplificando: se você depositou R\$ 5.000,00 em 02.05.13 , um mês após terá um montante de:

$$M = 5.000 \times 1,004828 = \text{R\$ } 5.024,14$$

Um abraço,

Augusto Dornelas



10/07/2013

3. Veja repercussão da decisão do Copom de elevar a Selic para 8,5%

Economistas avaliam a decisão como positiva para conter inflação. Entidades da sociedade civil condenam a alta do juros e seus impactos.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/veja-repercussao-da-decisao-do-copom-de-elevar-selic-para-85.html>

Meus Comentários:

A decisão das autoridades monetárias em elevar a taxa Selic para 8,5% aa reflete a adoção de um mecanismo de política monetária para conter uma alta expressiva dos índices de inflação e contê-la dentro do intervalo definido pelo sistema de metas inflacionárias. Numa perspectiva de evitar descontrole inflacionário, que proporcionaria perdas monetárias principalmente para as camadas da população que recebem salários mais baixos, não tenho nenhuma crítica. Sob as óticas do crescimento e do desenvolvimento econômico esta elevação provocará repercussões negativas sob as decisões de consumo e de investimento e comprometer os planos governamentais de promover o crescimento do PIB a níveis satisfatórios e de manter os níveis de desemprego em patamares próximos do pleno emprego.

Apoio: Curso de Gestão Financeira da Faculdade Metropolitana -<http://gestaofinanceira.metropolitana.edu.br/>

4. HSBC reduz taxas de juros para pessoas físicas

SÃO PAULO – A exemplo dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), o HSBC decidiu reduzir as taxas de juros de algumas de suas linhas de crédito para pessoas físicas.

De acordo com o banco, as reduções contemplam o crédito pessoal, o financiamento de veículos e o crédito consignado. No caso do crédito pessoal, a taxa mínima passou de 2,45% ao mês (a.m) para 1,99% a.m. Para esta linha, a taxa máxima está em 5,93% a.m.

No financiamento de veículos, a taxa mínima foi de 1,48% a.m para 0,98% a.m. e taxa máxima ficou em 2,55% a.m. Já no consignado, a menor taxa passou de 1,59% a.m para 0,99% a.m. e a maior está em 4,70% a.m.

Leia mais acessando:

<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/infomoney/2012/04/13/hsbc-reduz-taxas-de-juros-para-pessoas-fisicas.jhtm>

Meus Comentários:

Adotando uma nova maneira de comentar a notícia, resolvi elaborar um pequeno conto alusivo ao financiamento de veículos; espero que goste:

“ O conto do 0,99”

Claudionor achava que estava mais que chegada a hora de parar de andar de ônibus e a pé. Sua silhueta invejável de quem sempre andou bastante, subiu muita escada, carregou muito peso “no lombo” dizia que mais do que nunca se fazia necessário, e a renda permitia, a compra de um carrinho pra levar a família pra passear, de vez em quando ir trabalhar de carro, dentre outras regalias que pareciam impossíveis tempos atrás.

Afinal de contas são 31 anos de trabalho árduo no setor de construção civil; primeiramente como ajudante de pedreiro nos idos de 1981 quando ingressou num canteiro de obras de uma importante construtora pernambucana que anos depois se tornaria uma das mais bem ranqueadas no cenário nacional.

A aprendizagem se deu de formas bastantes distintas, mas, essencialmente complementares: a primeira de maneira concreta e construída no dia-a-dia da labuta, ou seja, no próprio canteiro de obras, que além de ser um ótimo espaço para aprendizagens múltiplas permitia a convivência com os velhos companheiros que – aos poucos – foram se tornando amigos, compadres, genros, vizinhos e tantos outros substantivos que chego a perder a conta.

A segunda forma foi através de um curso desenvolvido pelo SENAI que tinha por objetivos lapidar os conhecimentos construídos concretamente, de forma que adquirisse novas habilidades e competências que viessem a efetivar o fenômeno da produtividade, “que é boa pra patrão ganhar dinheiro e nós pra engrandecer os salários”, como dizia “mestre” Claudionor; que passara a ser um dos profissionais mais requisitados no ambiente da construção civil, com salários variando entre R\$ 7.500,00 e até R\$ 12.000,00 em construções mais sofisticadas que exigissem dos profissionais uma maior capacidade e habilidade em lidar com questões que envolvem luxo.

Tomada a decisão se dirigiu, junto com Dona Mariana - mulher dedicada, sincera, trabalhadora, boa cozinheira, companheira, mãe espetacular, amiga incondicional, filha amada, ...,

que sorte de Claudi (como ela o chamava) – dirigiram-se a uma concessionária da marca FCVWF Veículos e utilitários que ficava cerca de 30 minutos de taxi de sua casa.

Terminado o “passeio”, R\$ 45,00 nas mãos de Valdir “Canhoto”, motorista de taxi que prestava serviços perto da casa de Claudionor e o casal adentrou à concessionária, onde já estava presente no saguão principal a bela Manoela, vendedora hábil, competente e inteligente, além de ser possuidora de uma beleza incomum, lhe dirigiu a palavra balbuciando docemente: “Sr. Claudionor e Senhora Mariana, por favor me acompanhem para o salão principal onde poderei explicar-lhes as minúcias contratuais da aquisição do veículo habilmente escolhido por vocês”.

E lá foram negociar a compra do veículo que Seu Claudionor e Dona Mariana tanto almejavam: um veículo 1.3, com AR, DH, VE, BC, RLL, dentre tantos outros componentes adicionais que deixaram seu Clau e dona Mari (como já estavam sendo chamados o casal adquirente) para as vias de fato: a compra incondicional do automóvel.

Sentados na mesa de mármore carrara, ladeada por cadeiras em madeira com revestimento em couro – próprios para receber pessoas de alto padrão patrimonial e financeiro e regados por cafezinho “feito-na-hora” e por bolachinhas de água e sal típicas de classes sociais de alto padrão - e música ambiente de alto estilo que vinham a compor um cenário próprio à consecução de negócios onde uma das partes sabe apenas dizer sim e perguntar “aonde é que eu assino”, se configurando o que no mercado financeiro se denomina de “assimetria de informação”.

Realizados os primeiros contratos, Manoela passou a “dar as primeiras e necessárias informações” para a concretização do negócio.

O rapaz responsável em badalar o sino já estava em polvorosa e em estado de êxtase psicológica para balouçar,

estridentemente, o badalo que alardeava aos quatro ventos que mais uma unidade veicular tinha sido vendida na concessionária.

Nisso o ambiente se transformou em polvorosa, a sobrinha de D. Mariana que vivia com os dois juntamente com mais três “sobrinhos” com 3, 4 e 5 anos, filhos de uma das 8 filhas dos dois que foi morar em Minas, se deu no direito em dizer que “preferia o carro na cor branca”, o que os avós não haveriam de questionar.

A partir de então, o ambiente se transformou: o sino tradicional presente em cada dez de dez concessionárias se transformou e badalou efusivamente: confetes, luzes piscando, bandinha de música, garotas seminuas dançando e comemorando o grande feito, champanhe e vinho importado, até que “seu” Claudionor levantou-se e exprimiu: “só tomo cana”!

Foi um “lusco-fusco” na concessionária (quer saber o que significa lusco-fusco, compre um dicionário ou procure na internet!), Mariana – a bela Mariana – foi na barraca de “seu” Biu ao lado da concessionária comprar uma garrafa de “aguardente PITÚ” como exigiu “seu” Claudionor para poder concretizar a compra do “investimento” (leia meu comentário sobre aquisição de automóveis no facebook).

Comprada a cachaça, tomados os primeiros goles com um pacotinho de batatinha frita que Mariana mantinha em seu armário, e feitas as primeiras considerações, Mariana, enfim, colocou em “papel passado” as condições “reais” do contrato de CDC:

- Valor do veículo ... à vista: R\$ 47.500,00
- Entrada: R\$ 23.750,00
- R\$ 23.750,00 financiados da seguinte forma: 48 prestações de R\$ 954,69;
- Taxa de juro efetiva de 0,99% am.
- Então, o contrato foi devidamente assinado!

Aí, depois do badalo do sino, da reforma da garagem (R\$ 850,00), R\$ 1.250,47 de seguro, dentre outros tantos custos

subsequentes, o nosso amigo foi pra casa, “dormir com os anjos”. No dia seguinte, entediado com uma ressaca que beirava a loucura – afinal de contas quanto “seu” Claudionor entrou dentro de casa ainda tomou mais 24 cervejas com seus” amigos de ambiente familiar” e simplesmente adormeceu em pleno sofá da sala de estar.

No dia seguinte eram só felicidades: carro novo em casa, mulher satisfeita com a aquisição e pronta pra fazer inveja às vizinhas – além de embriagada, feliz; afinal de contas, Dona Mariana adorava “ficar cheia de cachaça” junto com seu marido – cervejas de “litrão” na geladeira, dois litros de “misturada” vindos de Caruaru e uma garrafa de conhaque tinham sido adquiridos para “complementar” a festa, “enfeitando” a estante; eu só sei que apaguei diante de tanta cachaça, disse “seu” Claudionor!

Depois dos “comes-e-bebes” e todo mundo satisfeito, vamos agora para os “finalmentes” e daremos sequência ao cálculo do verdadeiro custo efetivo da transação chegaremos aos seguintes resultados:

Valor à vista do automóvel: R\$ 47.500,00

Entrada: R\$ 23.750,00

Valor financiado: R\$ 23.750,00

Taxa de juro conforme estipulado pela concessionárias: 0,99% am
48 prestações

Valor da prestação: R\$ 624,03

Certo?

Errado!

Porquê?

A prestação calculada por Manoela não levou em consideração outros custos adicionais, tais como:

- Taxa de Abertura de Crédito (TAC, que segundo a Resolução do Banco Central nº 3.919, não deverá ser cobrada se o cliente já tiver relacionamento bancário com o financiador) e IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras)

num valor total de R\$ 1.500,00 , que será acrescido ao valor financiado;

- Taxa de financiamento de 1,49%; pois a taxa de 0,99% am , como constava no anúncio dizia A PARTIR...

Portanto, os dados do financiamento deverão levar em consideração os seguintes dados:

Valor à vista do automóvel: R\$ 47.500,00

Entrada: R\$ 23.750,00

Valor financiado: R\$ 23.750,00 + R\$ 1.500,00 = R\$ 25.250,00

Taxa de juro conforme estipulado pela concessionárias: 1,45% am
48 prestações

Valor da prestação: R\$ 740,14 ; ou seja, R\$ 116, 11 a mais por prestação.

Levando em consideração os dados acima, a taxa efetiva do financiamento ou Custo Efetivo de Transação (CET) – de divulgação obrigatória – se elevou para 1,781% am e sua taxa equivalente anual será 23,59% aa e sabe o que isso quer dizer?

Quer dizer que você estará pagando $\frac{1}{4}$ do seu automóvel sob a forma de juros a cada ano, o que significa dizer também que ao final do 4º ano você pagou 2 carros: um que você usa e é seu e o outro que você presenteou.

Para conhecimento de outros custos adicionais, acesse minha página do Facebook.

Um abraço,

Augusto Dornelas

5. Novo UNO - <http://uno.fiat.com.br/#versoes>

O amigo Fernando postou foto do Novo UNO no Facebook e achei por bem colocar o seguinte comentário: Quer aprender como se calcula o valor da prestação?

Então, vamos lá:

Preço à vista: R\$ 33.470,00 (não estão inclusos IOF e TAC !)

Entrada: $0,3 \times 33.470,00 = 10.041,00$

Valor financiado: 23.429,00

Condições: 48 prestações; taxa de 1,5%am

Cálculo das prestações: na calculadora HP 12C:

23490 CHS PV , 48 N , 1,5 i e pede PMT , vai encontrar a prestação de R\$ 688,23

Espero que tenha ajudado.

Um abraço,

Augusto Dornelas



26/02/2013 11h40 - Atualizado em 26/02/2013 12h02

6. Juro do cheque especial é o menor da história, mas ainda está alto

Taxa média de juros do cheque para pessoa física ficou em 138% ao ano. Juro do cheque é superado somente pelo cartão de crédito, diz Anefac.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/02/juro-do-cheque-especial-segue-em-138-ao-ano-menor-da-historia.html>

Meus Comentários:

Segundo a ANEFAC – Associação Nacional de Executivos de Finanças e Contabilidade – a taxa de juros média praticada em operações de cheque especial praticou em média 138% aa (o que dá em média $2,38^{(1/12)}-1=7,5\%$ am) , perdendo apenas para o cartão de crédito de 192,9%aa (o que dá uma média de $2,929^{(1/12)}-1=9,37\%$ am).

Para se ter uma ideia estas taxas superam em , aproximadamente, 18 e 22 vezes – respectivamente – a taxa de remuneração da Caderneta de Poupança (0,4273% am).

Como se vê o que se chama de *spread bancário* é extremamente alto no Brasil, fazendo com que a o patamar da taxa Selic de 8,5% ao ano pareça ínfimo para inibir a demanda por crédito e controlar a inflação.

Augusto Dornelas

REUTERS BRASIL:

7. Dólar sobe 0,35% ante real após sinais de fragilidade da economia

SÃO PAULO, 12 Jul (Reuters) - O dólar fechou em alta em relação ao real nesta sexta-feira diante de mais sinais de fragilidade da economia brasileira, que podem assustar os investidores estrangeiros e levá-los a retirarem seus recursos do mercado local...

O dólar avançou 0,35 por cento, para 2,2670 reais na venda. Segundo dados da BM&F, o volume ficou em torno de 1,4 bilhão de dólares...

"O mercado está confortável com esse patamar. O problema é que o fluxo está negativo porque não tem nenhum atrativo para chamar investimento de médio e longo prazo para o Brasil", afirmou o especialista em câmbio da Icap Corretora, Ítalo dos Santos...

Leia mais em:

<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRSPE96B05O20130712?pageNumber=1&virtualBrandChannel=0>

Meus Comentários:

Quando o artigo diz que “*o dólar fechou em alta em relação ao real*” significa que houve uma depreciação ou desvalorização do real frente ao dólar; em termos práticos significa dizer que nossos produtos de exportação ficaram mais baratos e os importados mais caros.

O texto se refere a “*fragilidades de nossa economia*” e em “*investidores estrangeiros*”: com o processo de globalização das diferentes economias internacionais as fragilidades frente a

distúrbios financeiros são mais evidentes e menos fáceis de serem contornadas. A especulação internacional dos “investidores” leva os países a situações de descontrole e perdas de divisas.

O que se chama de investidores são meros especuladores que não estão preocupados com a realização de investimentos produtivos – e esta é a definição de investimentos – e sim com a obtenção de ganhos financeiros em aplicações de curto prazo a taxas altamente convidativas com relação a outras disponíveis no mercado mundial.

O que pode verdadeiramente manter a nossa moeda em patamares desejáveis com relação à moeda americana é uma retomada consistente do comércio mundial – o que vai demorar um pouco mais de tempo – devido à crise econômica mundial provocada pelos Estados Unidos que contaminou os diferentes mercados, provocando recessão, desemprego e queda da produção mundo afora.

Um abraço,

Augusto Dornelas

8. Juiz permite que EUA sigam com processo de US\$5 bi contra S&P por fraude

Quarta-feira, 17 de julho de 201

“NOVA YORK/BANGALORE, 17 Jul (Reuters) - Um juiz federal dos Estados Unidos decidiu que o governo do país pode prosseguir com o processo de fraude civil no valor de 5 bilhões de dólares em que acusa a Standard & Poors de enganar investidores inflando classificações de crédito...”

Leia mais em:

<http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSPE96G01A20130717>

Meus Comentários:

Agências de risco como a Standard&Poors e a JPMorgan que classificam riscos financeiros de países como o Brasil estão às voltas com a justiça americana por fraudes e engodos praticados contra seus próprios clientes. São estas mesmas agências que “determinam” as atitudes a serem tomadas por “investidores”[sic] ao menor “sinal de risco” às suas honestas e suadas economias.

Será que existe alguma agência de risco que avalie os riscos de aquiescer a informações prestadas por estes tipos de agências?

Augusto Dornelas



19/07/2013 12h52 -

9. Quase metade dos inadimplentes no comércio deve mais de R\$ 500

Consumidores com mais de 65 anos são os que têm mais dívidas.

Pesquisa do SPC Brasil foi divulgada nesta sexta-feira.

Quase metade das pessoas em situação de inadimplência no comércio brasileiro deve valores acima de R\$ 500. De acordo com o indicador de junho do Serviço de Proteção ao Crédito (**SPC Brasil**), divulgado nesta sexta-feira (19), 49,54% dos inadimplentes devem valores acima de R\$ 500.

A pesquisa também aponta que a maior parte dos cadastros negativos concentra-se em CPFs de consumidores com mais de 65 anos de idade – o equivalente a 24,22% do total. Os consumidores com idade entre 30 e 39 anos aparecem logo na sequência (22,7%).

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/07/quase-metade-dos-inadimplentes-no-comercio-deve-mais-de-r-500.html>

Meus comentários:

O aumento do grau de endividamento das famílias brasileiras que vem se acentuando desde 2009 já mostra sinais de saturação. A grande disponibilização de crédito relativamente barato (crédito transitório) que se intensificou a partir do início de 2009 para garantir o aumento no consumo das famílias na demanda agregada, combinada com uma política de aumento dos investimentos públicos (PAC) para fazer frente aos reflexos nefastos da crise econômica que

“criava asas” sobre a economia brasileira. Realmente, uma combinação de instrumentos de políticas monetária e fiscal foi capaz de minimizar esses reflexos sobre os níveis de produção, vendas, arrecadação e emprego ao longo dos últimos anos. As famílias se endividaram e este fato tem um reflexo direto sobre os níveis vendas e inadimplência. O governo tem utilizado de diversos incentivos à produção e ao consumo, mas, devido aos sussurros do dragão da inflação, se viu obrigado a promover o aumento da taxa básica da economia – Selic – o que freia um pouco os índices inflacionários e em contrapartida acena negativamente para os níveis de investimento, consumo e no crescimento da dívida pública. Sempre ouvi falar que todo remédio possui contraindicações (segundo as novas regras da ortografia!)

Em entrevista o Ministro Mantega dá novos números para inflação e PIB deste ano, como são previsões, vamos aguardar o desenrolar dos fatos!

Um abraço,

Augusto Dornelas



25/06/2013 11h24

10. 7 em cada 10 não sabem quanto pagam em taxas do cartão de crédito

Pesquisa é do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Segundo o estudo, 64% da população já esteve ou está com nome sujo.

Setenta e dois por cento dos consumidores não sabem quanto pagam pelos juros quando deixam de pagar o valor integral da fatura do cartão, segundo informa pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (**SPC Brasil**). No estudo foram ouvidas 604 pessoas de todas as capitais brasileiras...

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/06/7-em-cada-10-nao-sabem-quanto-pagam-em-taxas-do-cartao-de-credito.html>

Meus comentários:

A partir de 2005 quando o Banco Central começou a divulgar o Anuário Estatístico de Meios de Pagamento ficou bem claro que os cartões de crédito e débito estavam sistematicamente substituindo os cheques e dinheiro vivo nas transações no mercado.

É mais fácil e seguro utilizá-los nas compras, pagamentos e financiamentos de bens de consumo, sejam eles duráveis ou não, como também a disponibilidade de terminais de utilização em praticamente todos os pontos de venda, tanto em operações mercantis quanto financeiras.

A falta de disponibilidade de programas de educação financeira e de interesse dos próprios consumidores com temas relativos a finanças gera assimetrias de informações que vem a beneficiar quem vende e quem disponibiliza crédito, pois, o consumidor desinformado é isca perfeita para realizar péssimos negócios - para eles próprios – devemos salientar.

Pois, bem, pra você que não sabe, tanto por utilizar cartão de crédito como nas compras financiadas pode ou deve estar pagando:

1. Juros e encargos contratuais
2. IOF e IOF adicional
3. Anuidades
4. Inadimplência (sim senhor!)
5. Custos de captação das operadoras
6. Custos de administração e operacionalidade
7. Impostos em geral
8. Dentre outros custos adicionais

Sem informação jamais realizará boas compras e o endividamento virá mesmo que você não queira.

Não se esqueça: o bom negócio é aquele em que as duas partes saem ganhando!

Pense nisso e informe-se, seu bolso agradece!!!

Apoio: Curso de Gestão Financeira da Faculdade Metropolitana – vestibular 2013.2 com inscrições abertas.



16/08/2013 17h03

11. Dólar fecha em alta pelo 5º dia e atinge R\$ 2,39

BC fez dois leilões no dia, mas não conseguiu conter a alta. Moeda subiu 2,46%, para R\$ 2,396 na venda.

O dólar fechou em alta ante o real nesta sexta-feira (16), pelo quinto dia seguido, alcançando o patamar de R\$ 2,39 pela primeira vez em mais de quatro anos.

A moeda americana subiu 2,46%, para R\$ 2,396 na venda. É a maior cotação no fechamento desde 3 de março de 2009, quando fechou a R\$ 2,411.

O Banco Central fez dois leilões nesta sexta, mas não conseguiu impedir a alta.

Após uma semana de alta, a moeda acumula valorização de 5,36%. No mês, a alta é de 4,98%. No ano, a moeda já subiu 17,18%.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/08/dolar-fecha-em-alta-pelo-5-dia-e-atinge-o-patamar-de-r-239.html>

Meus comentários:

A alta do dólar nas últimas semanas é mais um reflexo das circunstâncias do comportamento da economia mundial, que vem apresentando sobressaltos desde a eclosão da crise econômica nos EUA no último trimestre de 2008.

Desde então os governos no mundo inteiro vêm monitorando o comportamento do mercado mundial para não serem

pegos de surpresa por ataques especulativos vindos de dentro e de fora de suas fronteiras físicas. Aliás, quando falo em ataques me refiro às aves de rapina que sobrevoam o mercado mundial em busca de economias encarniçadas para depredar, diga-se de passagem, que não é o caso da economia brasileira; apesar da torcida contra de alguns e algumas.

A imprensa nacional chama especuladores de investidores, cometendo um grave erro sob o ponto de vista da ótica econômica, visto que existe uma diferença abismal em quem traz seus ativos para o Brasil com objetivos de investir no sistema produtivo – como é o caso de um sem número de indústrias que vieram instalar suas atividades em terras pernambucanas – e que anualmente injetam entre 50 e 60 bilhões de dólares americanos na economia brasileira e aqueles que adentram as terras de Macunaíma apenas para deixar seus capitais especulativos engordarem e saírem no curto prazo para suas respectivas searas.

Falam em “deterioração dos fundamentos da economia brasileira”, que se encontram em melhor estado que a quase totalidade dos países do globo; sem contar na atitude do governo americano em viver elevando a liquidez mundial de dólar – cerca de US\$ 80 bi mensais - , com o objetivo de manter o dólar depreciado e contribuir assim com a melhoria das contas externas americanas, como por exemplo a que se refere às exportações.

Apesar das tentativas do governo e do Banco Central de buscar evitar altas expressivas da taxa de câmbio, parece que é inevitável uma depreciação acentuada de nossa moeda a curto prazo, o que traria consequências importantes sobre a nosso balanço de pagamentos e em especial às contas de capital e balança comercial.

Apesar de existirem muitos “gurus”, “cartomantes”, “videntes”, “jogadores de búzios”, “quiromancistas”, dentre outras entidades espirituais mercadológicas, como economista prefiro ser mais cauteloso e aguardar maiores demonstrações de comportamento

futuro do mercado para carregar nas previsões quanto ao cenário econômico do porvir.

Augusto Dornelas



16/08/2013 10h59 - Atualizado em 16/08/2013 11h10

12. Grupo de Eike reduz pela metade alta de lucro de companhias na Bovespa

6 empresas do Grupo EBX reduziram resultado no 2º tri, diz Economática. Alta do lucro de 316 empresas foi de 18%; sem Grupo EBX, é de 36%. A presença de seis empresas do Grupo EBX, de Eike Batista, reduz pela metade o crescimento do lucro líquido total das companhias brasileiras de capital aberto na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) no segundo trimestre deste ano, aponta levantamento divulgado nesta sexta-feira (16) pela consultoria Economática.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/08/lucro-de-empresas-na-bovespa-sobe-pela-metade-com-companhias-de-eike.html>

Meus comentários:

A Bovespa deveria ser mais seletiva com as empresas que fazem parte do plantel do Ibovespa; caso contrário está contribuindo para a volatilidade no mercado bursátil.

Afinal de contas, empresas de "power point" não passam de uma carta de intenções que não contribui com o setor real da economia.

Augusto Dornelas



16/08/2013 17h03

13. Dólar fecha em alta pelo 5º dia e atinge R\$ 2,39 BC fez dois leilões no dia, mas não conseguiu conter a alta.

Moeda subiu 2,46%, para R\$ 2,396 na venda. O dólar fechou em alta ante o real nesta sexta-feira (16), pelo quinto dia seguido, alcançando o patamar de R\$ 2,39 pela primeira vez em mais de quatro anos.

A moeda americana subiu 2,46%, para R\$ 2,396 na venda. É a maior cotação no fechamento desde 3 de março de 2009, quando fechou a R\$ 2,411.

O Banco Central fez dois leilões nesta sexta, mas não conseguiu impedir a alta.

Após uma semana de alta, a moeda acumula valorização de 5,36%. No mês, a alta é de 4,98%. No ano, a moeda já subiu 17,18%.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/08/dolar-fecha-em-alta-pelo-5-dia-e-atinge-o-patamar-de-r-239.html>

Meus Comentários:

A alta do dólar nas últimas semanas é mais um reflexo das circunstâncias do comportamento da economia mundial, que vem apresentando sobressaltos desde a eclosão da crise econômica nos EUA no último trimestre de 2008.

Desde então os governos no mundo inteiro vêm monitorando o comportamento do mercado mundial para não serem

pegos de surpresa por ataques especulativos vindos de dentro e de fora de suas fronteiras físicas. Aliás, quando falo em ataques me refiro às aves de rapina que sobrevoam o mercado mundial em busca de economias encarniçadas para depredar, diga-se de passagem, que não é o caso da economia brasileira; apesar da torcida contra de alguns e algumas.

A imprensa nacional chama especuladores de investidores, cometendo um grave erro sob o ponto de vista da ótica econômica, visto que existe uma diferença abismal em quem traz seus ativos para o Brasil com objetivos de investir no sistema produtivo – como é o caso de um sem número de indústrias que vieram instalar suas atividades em terras pernambucanas – e que anualmente injetam entre 50 e 60 bilhões de dólares americanos na economia brasileira e aqueles que adentram as terras de Macunaíma apenas para deixar seus capitais especulativos engordarem e saírem no curto prazo para suas respectivas searas.

Falam em “deterioração dos fundamentos da economia brasileira”, que se encontram em melhor estado que a quase totalidade dos países do globo; sem contar na atitude do governo americano em viver elevando a liquidez mundial de dólar – cerca de US\$ 80 bi mensais - , com o objetivo de manter o dólar depreciado e contribuir assim com a melhoria das contas externas americanas, como por exemplo a que se refere às exportações.

Apesar das tentativas do governo e do Banco Central de buscar evitar altas expressivas da taxa de câmbio, parece que é inevitável uma depreciação acentuada de nossa moeda a curto prazo, o que traria consequências importantes sobre a nosso balanço de pagamentos e em especial às contas de capital e balança comercial.

Apesar de existirem muitos “gurus”, “cartomantes”, “videntes”, “jogadores de búzios”, “quiromancistas”, dentre outras entidades espirituais mercadológicas, como economista prefiro ser mais cauteloso e aguardar maiores demonstrações de comportamento

futuro do mercado para carregar nas previsões quanto ao cenário econômico do porvir.

*Um abraço,
Augusto Dornelas*

Portal DCI:

14. Governos praticam populismo cambial

A presidente Dilma Rousseff (PT) é vítima do populismo cambial de seu padrinho e antecessor, assim como o ex-presidente Lula foi beneficiário do populismo...

Jornal DCI - 05/08/2013 por: Roberto Müller Filho / Liliana Lavoratti / Fernanda Bompan

“A presidente Dilma Rousseff (PT) é vítima do populismo cambial de seu padrinho e antecessor, assim como o ex-presidente Lula foi beneficiário do populismo cambial do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Esta é a opinião do ex-ministro e professor emérito da Fundação Getulio Vargas, Luiz Carlos Bresser-Pereira, em entrevista ao DCI. Nas circunstâncias atuais, decorrentes do modelo de crescimento do País baseado na poupança externa – opção feita nos anos 90 –, o câmbio fica apreciado – ajudando a combater a inflação, valorizar os salários e incentivar o consumo –, mas o investimento é desestimulado e a indústria nacional perde espaço para os importados, resultando na desindustrialização. “Não vai ter outra solução para a presidente Dilma a não ser empurrar esses problemas”, acrescenta Bresser-Pereira...”

Leia mais em:

<http://www.dci.com.br/especial-da-semana/>

Meus Comentários:

A apreciação ou sobreapreciação da taxa de câmbio na economia brasileira, como retrata bem o professor Bresser não é recente, como também não é recente os reflexos de uma apreciação cambial sobre as contas externas nacionais e sobre o comportamento

de importantes variáveis da economia doméstica, como exemplo a inflação.

Dentro de um raciocínio simples uma apreciação provoca reflexos diretos sobre os níveis de exportações e importações do país; tornando os produtos domésticos exportáveis mais caros frente ao comércio internacional e os produtos e insumos externos mais baratos. Na combinação destes dois fenômenos podemos ter a consecução de déficits na balança comercial, como também na conta de capitais e conseqüentemente nos saldos do balanço de pagamentos como um todo. E o resultado de tudo isso combinado pode ser nefasto para a economia doméstica.

Pode ser que a classe média não sinta necessidade de se preocupar com estas coisas, mas deveria; pois agravamentos nas contas externas normalmente trazem sérias conseqüências econômicas nas contas e mercados internos, que são traduzidas sob a forma de queda na produção, do consumo, do emprego, do investimento...

Para se ter uma ideia, em 2002, no ocaso do governo FHC, o Brasil (FHC + LULA) assinaram acordo com o FMI para a disponibilização de US\$ 12 bilhões em empréstimos para aliviar problemas em nossas reservas cambiais - dentre outros - e alguns anos depois - 2012 - nos damos ao luxo de canalizarmos US\$ 20 bilhões em viagens e outros gatinhos básicos.

Concordo com as ideias defendidas pelo ex-ministro e é chegada a hora de retomarmos o crescimento econômico a taxas compatíveis com as apresentadas pelos demais países emergentes e com um câmbio que estimule a produção e a exportação nacional, se não quisermos - além de comer poeira - vermos nosso mercado (continuar) sendo inundado por “chinglings”.

*Um abraço,
Augusto Dornelas*

15. "Veja a lista atualizada com os veículos que menos consomem combustível. Os veículos foram categorizados com etiquetas que vão de A até E, do mais para o menos eficiente em consumo, respectivamente".

Leia mais em:

<http://administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/veja-a-lista-atualizada-com-os-veiculos-que-menos-consomem-combustivel/78765/#>

Meus Comentários:

Em nossas aulas de Economia, abordamos "bens complementares" que são aqueles que devem ser consumidos aos pares - ou seja - o consumo de um está condicionado ao do outro, tal como computador e sistema operacional, automóvel e combustível, dentre outros.

Dentre outros fatores que influenciam a decisão de adquirir um automóvel - além de seguros, IPVA, manutenção, pneus, estacionamento, ... - um deles é o consumo de combustível por quilômetro rodado.

Portanto, antes de adquirir qualquer modelo verifique outros custos adicionais nos quais vai incorrer quando sua decisão de compra se concretizar.

Veja também minha entrevista sobre compra de veículos na Rede Globo, através do endereço:

<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/reducao-de-juros-deve-beneficiar-setor-de-venda-de-automoveis.html>

16. Impostômetro deve registrar R\$ 900 bilhões no sábado - InfoMoney

O valor corresponde a todos os impostos pagos pelos brasileiros desde janeiro deste ano para a União, Estados e Municípios.

Por Karla Santana Mamona

SÃO PAULO – o impostômetro deve registrar a marca de R\$ 900 bilhões de reais no sábado (27) por volta das 23h30. O valor corresponde a todos os impostos pagos pelos brasileiros desde janeiro deste ano para a União, Estados e Municípios...

Leia mais em:

<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/impostos/noticia/2883990/impostometro-deve-registrar-900-bilhoes-sabado>

Meus comentários:

No antigo testamento, mais propriamente no livro de Jó, o Leviatã é retratado como o maior e mais poderoso dos monstros aquáticos e foi considerado na Idade Média como o demônio representante do quinto pecado – a inveja. Já Thomas Robbes que escreveu em 1651 o livro Leviatã no qual descreve o Estado Eclesiástico e civil e da necessidade da organização da sociedade e do Estado na figura do Monarca investido de poder pacificador e autorizado pelos cidadãos. Os Estados democráticos (eu disse DEMOCRÁTICOS) se desenvolveram e passaram a prover o cidadão de serviços e garantias de bem estar, que se tornou possível graças ao desenvolvimento das ciências e ao crescimento econômico.

Deixando argumentos bíblicos e filosóficos para outras discussões, é bem verdade que os Estados cresceram em tamanho e atribuições, o que certamente contribuiu para um endividamento extremo dos Estados Nacionais, que culminou com uma verdadeira falência como a que está sendo observada na Europa, nos Estados Unidos e parte da Ásia e na cidade de Detroit – no Estado do Michigam – que pediu falência.

Aqui no Brasil, o impostômetro vem anunciando sucessivamente o apetite do Estado, o que é demonstrado pela matéria da Infomoney; segundo dados de 2012, o Estado arrecadou 35% do PIB em termos brutos e 20% com relação à carga tributária líquida. Estas cifras certamente são altas, como são altas a da maioria dos países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento – ou emergentes.

Olhando por outro ângulo, a força da arrecadação tributária no Brasil revela que o ritmo da atividade econômica não acompanhou o desenrolar da recessão econômica implantada nos EUA, nos países europeus e parte da Ásia, onde a manutenção do financiamento da atividade pública vem passando por sérias dificuldades, já que a arrecadação e o endividamento do Estado atingiu patamares alarmantes (por exemplo, o Japão tem uma dívida equivalente a 230% de seu PIB!).

A noção do Estado provedor permeia as mentes de todo ser vivente no território nacional, onde o Estado e o governo assumem atribuições mil para agradar a todos, o capital com isenções tributárias e financiamentos a taxas subsidiadas, a doação de casas, sistema de saúde e de previdência sem necessidade de contribuição (40% dos que se beneficiam da previdência pública não contribuem para ela!), infraestrutura pública para todos, escolas, livros didáticos, transporte, estradas, portos e aeroportos, segurança, justiça, petróleo, energia e telecomunicações, além do financiamento dos gastos correntes da máquina estatal nos três níveis da esfera pública e dos

diferentes poderes da república que também necessitam de financiamento.

Tudo isto tem um custo, e como não é aconselhável ao Estado e para o sistema econômico simplesmente financiar o gasto e o investimento públicos através da emissão de moeda, só lhe resta arrecadar dos cidadãos.

Fala-se em otimizar e tornar eficiente a máquina e os gastos públicos, concordo!

Propala-se que devemos corrigir o custo Brasil, apoio! Também defendo que devamos estudar, trabalhar e produzir com todo o rigor da eficiência e da dedicação.

Defendo que deixemos de lado nossos interesses particulares e comecemos a assumir nossas próprias atribuições como cidadãos que devemos ser.

E não se esqueça: os governos passam, mas o Estado fica!

Augusto Dornelas



17. PIB cresceu 2,5% no 3º trimestre ante mesmo período de 2012, diz Mantega

Dados oficiais serão divulgados na terça-feira pelo IBGE. Na semana passada, Dilma falou que PIB de 2012 será revisado para cima.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/pib-cresceu-25-no-3-trimestre-ante-mesmo-periodo-de-2012-diz-mantega.html>

Você sabe o que é o PIB?

Vamos lá:

É o Produto Interno Bruto, ou seja, mede a riqueza do país num determinado prazo – normalmente de 1 ano – dentro de seus limites territoriais.

Imagine se somássemos a multiplicação de cada bem ou serviço produzido pelos seus respectivos preços de mercado; ou seja:

PIB a preços de mercado = N° de automóveis x preço dos automóveis + n° de toneladas de açúcar x preço da tonelada + n° de sapatos x preço dos sapatos + ...

Esta medida engloba o total de riquezas produzidas em determinado período, mas não leva em consideração a distribuição de riquezas dentre seus habitantes.

No ano passado gerou um total de cerca US\$ 2,4 trilhões ou R\$ 5,5 trilhões, colocando-nos na sétima posição dentre as maiores economias do mundo.

Vale a pena salientar que a medida do PIB não leva em consideração a distribuição da riqueza; pois trata-se de uma medida estática ou “uma fotografia da riqueza” num determinado momento.

Infelizmente, apesar da grandeza e da pujança econômica, o Brasil exprime índices de bem-estar e distribuição de renda comparáveis aos piores países do globo, evidenciando uma alta concentração de renda que pode ser expressa pela informação de que os 10% mais ricos detém cerca de 50% da riqueza nacional.

Para este ano o governo – através de relatórios do Banco Central – espera-se um crescimento do PIB da ordem de 3%; que apesar de não ser o ideal, muito menos o desejável, é o que poderemos vislumbrar dentro de um cenário mundial que vem apresentando resultados de recessão econômica desde a eclosão da crise em 2008 nos Estados Unidos.

Quer ver comentários sobre outros temas? Sugira!

Augusto Dornelas

Diário de Pernambuco 18/08/13

Consumo

18. Nordeste de carona na nova classe média

Região movimentada renda de R\$ 443 bilhões, impulsionada pelo crescimento deste novo segmento social

Rosa Falcão

O Nordeste movimentou uma massa de renda de R\$ 443 bilhões puxada pela chegada da nova classe média. São 54,8 milhões de pessoas com acesso a bens e serviços de qualidade. É o que revela a pesquisa *Serviços financeiros e hábitos de consumo do Nordeste* do Instituto Datapopular sobre a evolução da classe média na região. Este segmento da população passou de 38% para 52% entre 2002 e 2012. A estimativa é que alcance 57% da pirâmide populacional nordestina em 2022.

Leia mais em:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/08/17/internas_economia,456697/nordeste-de-carona-na-nova-classe-media.shtml

Meus comentários:

Não é novidade para quem tem um pouco de informação sobre Economia que um dos fatores que determinam a oferta de bens e serviços no sistema econômico é a demanda; ou seja, colocando numa linguagem bem simples, só se tem o que vender se se tem quem queira comprar.

Desde a adoção do Plano Real no governo Itamar Franco – próximo ano estará completando 20 anos – iniciou-se um processo de estabilização econômica que tinha por principal objetivo a manutenção dos índices inflacionários “a níveis de 1º mundo”, o que viria a beneficiar não apenas o setor produtivo e as relações econômicas, mas principalmente a classe trabalhadora que vive de salários e gasta sua renda basicamente com consumo de bens duráveis e não duráveis e com serviços.

O processo de estabilização econômica se intensificou com os dois últimos governos que, proporcionou não apenas a manutenção do nível geral de preços (inflação) em níveis suportáveis pelos agentes econômicos, o que permitiu a recomposição real dos salários e lucros, como também sinalizou positivamente sobre as expectativas empresariais que passaram a poder planejar com maior probabilidades de acerto e conseqüentemente com menores níveis associados de risco.

Ao longo da última década temos vislumbrado uma retomada do crescimento e uma manutenção do processo de estabilização da economia brasileira que em muito tem contribuído não apenas com o aumento da riqueza nacional medido pelo PIB, como também com a evolução dos percentuais participativos das classes médias na composição da estrutura de classes no Brasil, com rebatimentos importantes sobre os níveis de consumo, investimentos e de promoção de serviços de infraestrutura pública que certamente só não são maiores devido aos reflexos das crise econômica proporcionada pelos Estados Unidos desde 2008, que exerceu um papel fundamental sobre processos recessivos nas diferentes regiões do globo.

Mesmo assim o mercado interno foi a salvação da economia brasileira nestes tempos de tempestade globalizada, como costumamos dizer, foi o consumo das famílias que manteve a economia brasileira em níveis (ao menos) estáveis, fato que pode ser comprovado pela taxa de desemprego no Brasil que ostenta um

patamar de cerca de 5% da PEA (população economicamente ativa) que é tratado como de pleno emprego.

Segundo dados de estudos da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE – PR) a classe média no Brasil já representa um mercado de mais de 120 milhões de consumidores, se configurando como um dos maiores mercados mundiais, com consumo comparável a países como a Coreia do Sul, consumindo cifras anuais que giram em torno de US\$ 600 bilhões por ano.

Os reflexos de melhorias no sistema econômico também são sentidos na melhoria no nível de educação formal desta camada da população, que buscou melhores níveis de capacitação de sua mão de obra em cursos técnicos, de qualificação e superiores, que lhes proporciona ascensão social e melhorias nas condições de salário, habitação, educação, lazer e bem-estar em geral.

O consumo das classes média C, D e E já correspondem a cerca de 50% do consumo nacional e a classe B por outros 40%, com previsões de ultrapassar os R\$ 3 trilhões de reais em 2013, segundo estudo elaborado pelo IPC Maps.

Ao longo da última década o Nordeste vem retomando posições mais favoráveis na constituição da ambiente econômico brasileiro, com aumentos consideráveis nos índices de investimentos, produção, emprego, consumo e educação, fatores esses que combinados com políticas governamentais e empresariais descentralizados que privilegiem a região com investimentos públicos e privados, certamente irão contribuir de maneira decisiva com o crescimento e o desenvolvimento da região.

Augusto Dornelas

Revista Exame, 23/08/13

19. BC começa programa de leilões de venda dólares a bancos

A oferta foi de até US\$ 1 bilhão, mas o valor emprestado só será divulgado pelo BC nos próximos dias

Kelly Oliveira, da Agência Brasil



Notas de dólar: nesta quinta-feira (22), a moeda norte-americana fechou o dia cotada a R\$ 2,4320, com queda de 0,78%

Brasília - O **Banco Central** (BC) fez hoje (23) mais empréstimos das reservas internacionais as instituições financeiras. O leilão de venda direta de **dólares** das reservas foi feito com compromisso de recompra futura pelo BC.

A oferta foi de até US\$ 1 bilhão, mas o valor emprestado só será divulgado pelo BC nos próximos dias. A taxa de câmbio usada para a venda de dólares pelo BC ficou em R\$ 2,3992. A operação de venda será liquidada na terça-feira (27). A liquidação da operação de compra ocorre no dia 2 de janeiro de 2014. A taxa de corte ficou em R\$ 2,4651.

Leia mais acessando:

<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/bc-comeca-programa-de-leiloes-de-venda-dolares-a-bancos>

Meus comentários:

Você deve estar se perguntando: “e eu com isso?”
E eu respondo: TUDO!

Variações acentuadas na taxa de câmbio – que é uma cotação do valor de nossa moeda com relação a uma outra, no caso o dólar americano – podem acarretar reflexos importantes para sua vida, para a empresa onde você trabalha e para a economia do país como um todo.

No dia 01 de julho a cotação estava US\$ 1 = R\$ 2,23 e ontem a relação estava US\$ 1 = R\$ 2,43; ou seja 20 centavos a mais, dizemos que o real se depreciou. E o que isso quer dizer?

Que o que o comprador estrangeiro que chegava aqui com um dólar comprava o equivalente a R\$ 2,23 e hoje compra muito mais, ou seja R\$ 2,43. O mesmo vale para o que o país compra do exterior: o que antes nos custava R\$ 2,23 agora nos custa R\$ 2,43. Se antes uma empresa devia R\$ 2,23 agora deve R\$ 2,43.

Vejam algumas explicações:

Para sua vida:

Você tem notado que muitos dos produtos que você vem adquirindo nos supermercados e lojas de utilidades não são produzidos aqui, ou seja, são importados. Desde o bacalhau e o azeite

de oliva, até o kit de ferramentas e os pneus de seu carro existem diversos produtos de origem chinesa, da Malásia, dos Estados Unidos e até da nossa vizinha Argentina; pois é, todos esses produtos estão mais caros, e portanto, “abocanhando” uma parcela maior de sua renda.

O pãozinho, o macarrão e as massas em geral? Nem fale! Estes já estão acostumados a sucessivos aumentos devido ao trigo que importamos quase todo.

Viagens ao exterior? Prepare o bolso, pois além do imposto irá pagar mais por tudo que for consumido no exterior devido à variação cambial, passagens, hospedagem, “comprinhas”.

Como está vendo, estas são algumas consequências da depreciação do real sobre seu consumo.

Para sua empresa:

Muitas empresas, se não dependem diretamente de matérias-primas ou insumos importados, como é o caso da agricultura com os fertilizantes, a indústria de informática com os processadores e placas-mães, os automóveis e motocicletas com suas peças importadas, dentre tantos outros produtos e insumos que terão seus preços majorados e como sempre, o seu bolso vai se sentir mais leve, tá entendendo?

Empresas que têm a possibilidade de contrair empréstimos e financiamentos no exterior terão de desembolsar mais reais para honrar seus compromissos em dólar, que acarretará em aumentos de custos e conseqüentemente em perda de rentabilidade e lucratividade.

O governo também arcará com aumentos em pagamentos do principal e dos juros de suas dívidas com o resto do mundo com a alta do dólar.

Para a economia do país:

Um dos reflexos desta alta do dólar poderá trazer ocorrências de desequilíbrios nas contas do Balanço de Pagamentos, tanto na Conta de Capitais (que registra remessas e recebimentos de

capitais do exterior), quanto na conta chamada de Balança Comercial, que registra – principalmente – o saldo obtido num dado período, por exemplo de um mês ou um ano, no confronto entre exportações e importações.

Se os saldo, por exemplo, perdurarem durante um tempo razoável “no vermelho” isso pode acarretar graves problemas para a economia interna e em nossas relações com o resto do mundo.

Como você está vendo, existem diversas consequências de variações da taxa de câmbio em sua vida, na vida de sua empresa e para seu país.

E olha que tem gente especulando numa taxa de US\$ 1 para R\$ 3 até o fim do ano, já pensou?

Se não, comece a pensar!

Augusto Dornelas



23/08/13

20. Endividamento das famílias vai a 44,8% em junho e bate recorde

No primeiro semestre, endividamento avançou 1,4 ponto percentual. Esse foi o sexto mês consecutivo de alta no endividamento das famílias.

Alexandro Martello, Do G1, em Brasília

O nível de endividamento das famílias com os bancos avançou pelo sexto mês consecutivo em junho deste ano e atingiu o patamar recorde de 44,82%, segundo informações do Banco Central. Em doze meses até maio, estava em 44,52%. Neste ano, o endividamento cresceu 1,4 ponto percentual, visto que estava em 43,41% no fechamento de 2012.

Segundo economistas, a elevação do endividamento das famílias está relacionada com o fraco crescimento da economia brasileira, que gera menos renda; com o aumento da inflação, que ao corroer o poder de compra da população impulsiona a busca por novos empréstimos; e, também, com a procura pelo crédito imobiliário.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/endividamento-das-familias-bate-recorde-em-junho-ao-somar-448.html>

Meus comentários:

Podemos conceituar o grau ou nível de endividamento das famílias brasileiras como uma relação entre o total das dívidas contraídas e a renda disponível dessas famílias; ou seja:

$$\text{Endividamento} = \text{Dívida/Renda}$$

Certamente o aumento do endividamento ao longo dos anos é um reflexo do comportamento de uma série de variáveis que interferem no motivo pelo qual as famílias estarem comprometendo percentuais cada vez maiores de suas rendas com o pagamento de dívidas contraídas com consumo, empréstimos e financiamentos, por exemplo.

Após e durante o processo de estabilização da economia brasileira, as famílias passaram a ter uma maior e melhor capacidade de consumir e se endividar, não apenas como consequência do aumento da disponibilidade de crédito por parte do sistema financeiro, como também pelo resultado do crescimento da renda proporcionada por esta estabilização, que gerou emprego, renda, aumento da produção e dos investimentos privados e públicos e nos gastos do governo.

O crescimento econômico também proporcionou a inclusão de um verdadeiro exército de consumidores das classes D e E que se incorporou à já existente e numerosa classe C, principal componente na cadeia de gastos com consumo que é uma importante variável presente na demanda agregada.

Somando-se a tudo isso tivemos uma maior disponibilização ou oferta de bens e serviços nacionais e importados que passaram a fazer parte dos hábitos de consumo das famílias, tais como: aparelhos e linhas telefônicas, computadores e aparelhos eletrônicos, “iguarias” como bacalhau, queijos, azeite de oliva e frutas, calçados, roupas e vestuário em geral, utensílios para o lar, transporte e escolas de nível superior e de idiomas.

Sem dúvida, o financiamento da casa própria e a inclusão do automóvel como meio de transporte e passeio impactam significativamente sobre a renda e os gastos das famílias, fazendo com que quantidades de recursos disponíveis para outros gastos ou consumos se tornassem cada vez mais escassos ou até mesmo impeditivos.

Seguramente, como diz a letra da música de Paulinho da Viola “dinheiro na mão é vendaval...”, poucos são aqueles que consomem com alto grau de racionalidade, parcimônia e planejamento, não cedendo aos apelos muitas vezes inevitáveis das chamadas ao consumo inconsciente e porque não dizer até mesmo irresponsável.

Acrescente-se a tudo isso a falta – e em alguns casos, uma verdadeira inexistência – de um programa de educação financeira nas escolas (como defendo), no trabalho e nos meios de comunicação que venha a promover o desenvolvimento de conhecimentos e competências para os membros das famílias aprenderem a lidar com o dinheiro, o crédito, seus custos, no planejamento de decisões de consumo, poupança e financiamento.

Relacionar e restringir o aumento no grau de endividamento – como sugere a reportagem – ao baixo crescimento da economia não reflete uma análise mais ampla e contundente dos reais motivos que levaram a esta elevação, além de não realizar uma análise da capacidade de influência das principais variáveis econômicas, financeiras e sociais sobre o endividamento das famílias brasileiras.

Uma das consequências do aumento do endividamento das famílias é uma redução na capacidade de realizar novos endividamentos e gastos com consumo presente e futuro já que uma parcela considerável de suas rendas já se encontra comprometida com os compromissos assumidos no passado. Isto pode e deve interferir, também, no crescimento econômico, na disponibilização de postos de trabalho (emprego), nas decisões de investimento das empresas e no comportamento macroeconômico da economia, que

somado aos reflexos de uma verdadeira recessão nas principais economias do mundo, inclusive naquelas que são nossos parceiros comerciais tradicionais, pode trazer consequências indesejáveis para o país, sua riqueza e bem estar da população.

Diante do que conversamos, a adoção de um comportamento - como dizemos em Economia – racional diante de nossos relacionamentos com os mercado de produção, financeiro e consumo de bens e serviços, aliado a todo um processo de educação permanente quanto a questões econômicas e financeiras, podemos certamente recompormos nossas capacidades de consumir e poupar de forma eficiente e podermos gerar um nível de bem estar compatível com o tamanho da riqueza de nosso país.

Augusto Dornelas

Infomoney - Por Rodrigo Tolloti Umpieres

21. Sem surpresas, Copom eleva Selic em 0,5 p.p., para 9% ao ano

São Paulo – Na sexta reunião do ano, o Copom (Comitê de Política Monetária) confirmou as projeções do mercado, e decidiu, no encontro encerrado nesta quarta-feira (28), por manter um aperto mais expressivo da política monetária em 0,50 ponto percentual, para 9,00% ao ano. Com isso, a poupança volta a sua regra antiga.

Leia mais em:

<http://www.infomoney.com.br/mercados/noticia/2935677/sem-surpresas-copom-eleva-selic-para-ano>

Meus comentários:

Como a própria matéria sugere, o Copom - Comitê de Política Monetária - utilizou um dos instrumentos de Política Monetária disponíveis (Recolhimentos Compulsórios, Operações de Mercado Aberto, Políticas de Redesconto Bancário e Empréstimos de Liquidez), através da manipulação da taxa de juros básica da economia, influenciando o custo e o nível de oferta de crédito com o objetivo básico de manter a inflação dentro dos limites especificados pelas Metas de Inflação no Brasil (entre 4,5% e 6,5% aa).

O movimento de alta da taxa Selic que vem acontecendo desde janeiro, visa manter os níveis de inflação dentro de limites aceitáveis para a economia brasileira.

Certamente, o aumento da taxa básica de nossa economia produzirá efeitos de diferentes matizes sobre o comportamento de importantes variáveis macroeconômicas e microeconômicas

presentes no dia-a-dia das famílias, das empresas e do governo. Dentre elas podemos citar:

1. Sobre o consumo das famílias: o crédito, empréstimos e financiamentos para a aquisição de bens duráveis, não duráveis e serviços ficarão mais caros; ou seja, a taxa de juros presente nestes tipos de operações financeiras serão majoradas em resposta ao aumento da taxa Selic;
2. Aumento dos patamares de endividamento e inadimplência, tanto com relação às famílias quanto das empresas e governo;
3. Caderneta de Poupança: com a taxa básica de juro (Selic) a 9%aa, o rendimento da tradicional caderneta de poupança volta à regra antiga, ou seja, proporcionando rendimentos de 0,5%am e 6,17%aa (em termos reais) mais a TR (taxa referencial de juros = correção monetária).
4. Os custos relativos a tomadas de empréstimos e financiamento de curto, médio e longo prazos para as empresas ficarão mais caros; ou seja: antecipação de recebíveis, empréstimos para capital de giro e financiamento a decisões de investimentos empresariais terão seus custos majorados devido ao aumento da taxa Selic;
5. Provavelmente, o nível de vendas em geral deverá cair sensivelmente, o que acarretará queda nas receitas e lucros das empresas, justamente num período em que estão renovando estoques para as festividades de final de ano;
6. Com relação a variáveis macroeconômicas, teremos reduções em Consumo e Investimento—importantes componentes da demanda agregada — redução da Inflação e aumento de Gastos do

Governo em virtude do financiamento da dívida interna estar mais caro com o aumento da taxa Selic e conseqüentemente na difícil consecução dos superávits primário e nominal, o que também pode contribuir para provocar desconfianças no mercado quanto a capacidade do governo de manter suas atuais metas;

Some-se a tudo isso, o fato de nossa contas externas – componentes do Balanço de Pagamentos – não estarem exibindo os números que gostaríamos que estivessem sendo apresentados, tanto em função da conjuntura referente ao mercado interno, quanto às difíceis ocorrências que vem sendo verificadas nas principais economias do mundo: recessão!

Como se vê os reflexos sobre a economia e importantes variáveis econômicas em virtude de um aumento da taxa básica da economia – a Selic – são notórios; os agentes econômicos (famílias, empresas e governo) devem continuar buscando dentro dos limites de suas respectivas competências a maximização de esforços que venham a contribuir positivamente com a economia e o bem estar nacional.

Augusto Dornelas

22. Megainvestidor acusa Dilma de afastar investimento estrangeiro

Portal Terra, 31/08/13

BRUNA SANIELE

O megainvestidor americano e mestre em Economia pela Oxford University, Jim Rogers, criticou a política econômica do governo da presidente Dilma Rousseff que, em sua opinião, afasta investimentos de estrangeiros no País. A opinião foi dada neste sábado em palestra proferida no 6º Congresso Internacional de Mercados Financeiros e de Capitais promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) neste sábado em Campos do Jordão (SP).

Leia mais em:

http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=201308312013_TRR_82457848#

Meus comentários:

A política comercial brasileira de diversificação de mercados internacionais, iniciada no governo Lula, que retirou boa parte da hegemonia americana nas nossas relações comerciais com o resto do mundo gerou uma excelente situação de evitar um verdadeiro “monopsônio” com relação às nossas relações comerciais com os EUA, que culminou com a não derrocada da economia brasileira frente à crise econômica gerada em solo americano e prontamente – por efeito contágio – redistribuída por quase todos os países do globo.

Esta diversificação de nossos parceiros comerciais, além de abrir novos mercados ao produtor brasileiro, diminui o risco das relações comerciais brasileiras virem sofrer mais intensamente os reflexos provenientes de uma verdadeira derrocada nos níveis de comércio internacional em virtude de ocorrências de crise e recessão econômica tal qual estão passando os EUA e as principais economias europeias e asiáticas.

Acredito que este senhor deveria aconselhar seu país e aos demais países centrais dos diferentes continentes a abrirem seus mercados para os produtos brasileiros e do resto do mundo, contribuindo para a geração de produção, emprego e renda nos países periféricos e, ao mesmo tempo, fazendo valer uma das máximas econômicas acerca da teoria das vantagens comparativas tão bem desenvolvida por David Ricardo.

Sr. Rogers receita não intervenção no mercado do dólar aqui no Brasil, enquanto o FED – banco central americano – despeja cerca de US\$ 80 bi mensalmente nos mercados para manter a moeda americana depreciada frente a outras moedas, beneficiando as exportações americanas; sem contar os inúmeros e valiosos subsídios que são dados aos produtores de lá como um estímulo à ineficiência.

Quanto a sua previsão sobre o seu país e a China, está coberto de razão, pois, mantendo uma taxa de crescimento de 10% aa, a China – com um PIB, hoje, na casa dos US\$ 9 tri – conseguiria alcançar os cerca de US\$ 15 tri dos EUA num prazo de cerca de seis anos (admitindo, logicamente, que os EUA não cresceriam durante este prazo; *Ceteris Paribus*, lembra das aulas?).

Quanto à imprensa nacional gostaria de vê-la questionando alguns posicionamentos de representantes do capital externo que propõem uma coisa para o resto do mundo e só abrem seus mercados quando de decisão da OMC, como foi o caso do imbróglio Brasil-EUA acerca do algodão.

Me cansa esse comportamento de subserviência da imprensa nacional às ideologias desenvolvidas nas economias centrais, mais notadamente na americana.

Augusto Dornelas



26/08/13

23. BB é banco mais rentável entre os maiores da América Latina e EUA

Bradesco e Itaú estão em seguida, no 2º e 3º lugar, respectivamente. Estudo considera 18 bancos com ativos superiores a US\$ 100 bilhões.

O Banco do Brasil é o mais rentável entre os maiores bancos de capital aberto da América Latina e Estados Unidos, aponta estudo divulgado nesta segunda-feira (26) pela consultoria Economatica. As duas colocações seguintes, aliás, também são instituições brasileiras: Bradesco em segundo e Itaú Unibanco em terceiro.

A empresa calculou a rentabilidade sobre o patrimônio (ROE) das maiores instituições financeiras. Para fazer parte da amostra, o banco tem que ter ativos totais em junho de 2013 superiores a US\$ 100 bilhões. Nesse perfil, somente 18 bancos se enquadram, diz.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/08/bb-e-banco-mais-rentavel-entre-os-maiores-da-america-latina-e-eua.html>

Meus Comentários:

Sempre em nossas aulas de Mercado Financeiro destaco a importância de que - em qualquer economia - haver uma necessidade premente deste mercado estar consolidado em instituições financeiras sólidas e dotadas de credibilidade para cumprirem o importante papel de canalizar recursos financeiros entre agentes econômicos.

As atividades de captação e aplicação de recursos deve ter a seu favor uma variedade de instrumentos financeiros tanto para captar recursos como transformá-los nas mais diferentes formas de crédito para o conjunto de agentes econômicos, levando em consideração seus diferentes perfis, necessidades, destinações e riscos.

Acrescente-se a esta importância na atividade de intermediação financeira desempenhada pelos bancos, o fato destes três – dentre outros – serem *delears* e participarem ativamente na aplicação da política monetária conduzida pela equipe econômica do governo e o Banco Central, além de atuarem na intermediação de repasses de recursos governamentais e externos em operações especiais de crédito.

A crise econômica iniciada em 2008, contribuiu para a derrocada de instituições financeiras internacionais – muitas delas centenárias - nas diferentes partes do globo; contrariamente no Brasil, contribuiu para o fortalecimento e capitalização - principalmente – das grandes instituições nacionais e isto pode ser observado pelos sucessivos aumentos de lucratividade observado ao longo dos anos.

Parabéns ao Banco do Brasil, ao Bradesco e ao Itaú pela conquista revelada pelo estudo desenvolvido pela Economatica.

Augusto Dornelas



27/08/13

24.47% dos inadimplentes são da classe C, aponta pesquisa

84% quitam dívidas renegociando valor diretamente com bancos, diz. Atrasos nos cartões de crédito atingem quase metade dos inadimplentes.

Ser da classe C, ter gasto fixo com aluguel e baixa escolaridade são algumas das características dos consumidores inadimplentes, aponta pesquisa divulgada nesta terça-feira (27) pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito).

O estudo aponta que 47% dos inadimplentes são da classe C; 34% são da B; 13% da D; 3% da A e outros 3% da E.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/47-dos-inadimplentes-sao-da-classe-c-aponta-pesquisa.html>

Meus Comentários:

A condução de milhões de brasileiros das classes D e E para a classe C na última década permitiu que um grande contingente de famílias passassem a ter renda maior e acesso ao crédito para atender a suas decisões de consumo.

Essa verdadeira inclusão financeira veio a atender aos interesses de consumo das classes sociais menos favorecidas, que ao longo do tempo sobreviveu com altos índices de demanda reprimida, que não se consolidava tanto por conta da desempregabilidade, inconstâncias e desequilíbrios de nossa economia como pela baixa oferta de crédito no Brasil, o que refletia – principalmente – nos custos para quem se atrevia a financiar suas decisões de consumo.

O processo de estabilização econômica e financeira pelo qual o país ainda passa juntamente com os baixos níveis de desemprego que a economia ostenta, aliados a uma política governamental de monetização da economia, com uma disponibilidade de crédito que supera metade do PIB possibilitou uma verdadeira corrida às compras nos mais variados segmentos da economia nacional.

Mas o despreparo relativo a um processo de educação financeira sólido que viesse a informar e dotar de conhecimento todo esse contingente de cidadãos vulneráveis a ocorrências que envolvem desde custos elevados de financiamento e até mesmo a um sem número de armadilhas financeiras disponíveis no mercado, possibilitou que também se elevassem os índices de inadimplência que ocorrem no mercado.

Nas atuais condições é aconselhável a quem passa por esta situação realizar um levantamento prévio das condições e valores do endividamento, buscar negociar um a um ou conjuntamente os débitos a taxas mais atrativas e concentrar esforços no sentido de utilizar economias (se por acaso existirem) e créditos futuros a receber - 13º salário, férias, restituição de IR – para saldar dívidas e voltar a ter “o nome limpo” na praça.

Boa sorte e boas negociações.

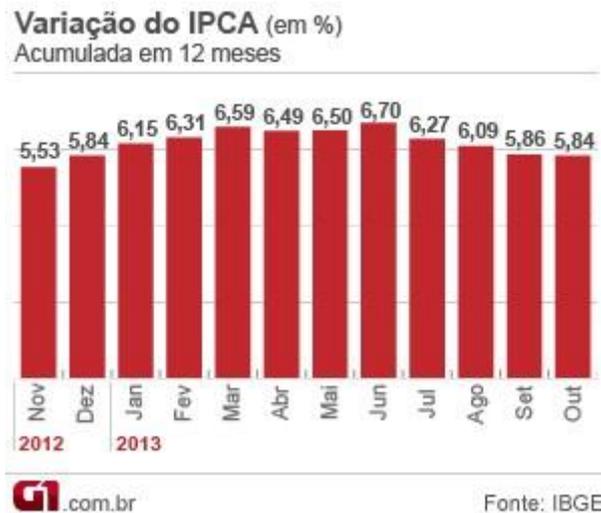
Augusto Dornelas



07/11/2013

25. Inflação oficial acelera em outubro, mas segue dentro da meta, diz IBGE

Em 12 meses, IPCA acumula alta de 5,84%, dentro da meta de inflação. Alimentação, puxada por carne, exerceu a maior pressão sobre o índice.



Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/11/inflacao-oficial-fica-em-057-em-outubro-mostra-ibge.html>

Meus comentários:

VOCÊ SABE O QUE É INFLAÇÃO OU CONHECE APENAS OS SEUS EFEITOS?

Pois bem, vamos lá!

Podemos conceituar inflação como um aumento generalizado e persistente no nível geral de preços.

O índice geral de preços se configura numa média ponderada entre preços e quantidades de uma cesta de bens comuns a um determinado segmento da população, num determinado período do tempo.

Seu cálculo pode ser efetuado da seguinte forma:

$I = (P_t / P_{t-1}) - 1$, onde P_t é o índice de preços numa data “t” e P_{t-1} é o índice de preços numa data anterior a “t”. Por exemplo, se o preço de um produto era R\$ 4,57 num determinado mês e no mês seguinte variou para R\$ 5,16, a variação no preço deste produto foi de:

$$I = (5,16/4,57) - 1 = 0,1291 = 12,91\%$$

Podemos generalizar este cálculo para “n” produtos componentes de uma determinada cesta, ponderando preços e quantidades, ou seja, levando em consideração a composição de cada bem com relação ao total da cesta, relativamente a dois períodos distintos fazendo:

$I = [(p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + \dots + p_n \cdot x_n)_t : (p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + \dots + p_n \cdot x_n)_{t-1}] - 1$; onde se estará calculando a variação no preço total de uma cesta de bens entre dois períodos distintos.

Principais tipos de inflação:

- a) De demanda: quando a demanda agregada excede a oferta disponível, gerando pressões sobre os preços praticados na economia.

- b) De custos: quando os preços de oferta de bens e serviços são reajustados em resposta a uma variação nos custos de produção; como por exemplo: em matérias-primas, salários, insumos básicos, etc.
- c) De expectativas: aumentos de preços provocados pelas expectativas dos agentes econômicos de que a inflação futura tende a crescer e procuram manter patamares de margens de lucro.

Principais índices de inflação no Brasil:

- 1) IGP (Índice Geral de Preços) e IGP-M(Índice Geral de Preços de Mercado) – elaborados pela Fundação Getúlio Vargas, através de uma média ponderada entre o Índice de Preços no Atacado (IPA) com peso 6, o Índice de Preços ao Consumidos (IPC) com peso 3 e o do Índice Nacional do Custo da Construção (INCC). São utilizados para reajustes de contratos como aluguéis e contratos do mercado financeiro.
- 2) INPC –Índice Nacional de Preços ao Consumidor - elaborado pelo IBGE e é calculado pela média do custo de vida nas 11 principais regiões metropolitanas do país para famílias com renda de 1 até 6 salários mínimos.
- 3) IPCA – Índice de Preços ao Consumidos Amplo – é mensurado pelo IBGE e reflete variações apresentadas no custo de vida de famílias com renda entre 1 e 40 salários mínimos, nas principais 11 regiões metropolitanas do Brasil. É o índice de inflação oficial.
- 4) INCC – Índice Nacional do Custo da Construção – calcula os reajustes de preços praticados no mercado de matérias-

primas ou insumos e mão de obra utilizados na construção civil. Bastante utilizado como mecanismo de correção monetária em contratos relativos a imóveis.

Distorções causadas pela inflação:

- a) Sobre a distribuição de renda: reduz o poder de compra das classes sociais que dependem de rendimentos constantes como os salários; o que significa dizer que com a mesma quantidade nominal de moeda – seu salário, por exemplo de R\$ 1.000,00 – você comprará menos produtos em meses consecutivos.
- b) Sobre o Balanço de Pagamentos: provocam reajustes nos preços dos bens que exportamos, desestimulando exportações e estimulando importações (se a inflação externa for menor que a interna), reduzindo saldos na balança comercial, importante componente do BP.
- c) Sobre expectativas: deteriora expectativas quanto ao futuro, desestimulando o setor empresarial a investir, por conta de incertezas geradas pela instabilidade e imprevisibilidade de ganhos e lucros.
- d) Sobre o Mercado de Capitais: corrida de agentes econômicos a aplicações financeiras que possuam o mecanismo de correção monetária, como forma de se defenderem da desvalorização monetária da moeda provocada pela inflação.

Taxa de Desvalorização da Moeda:

Sobre o efeito da inflação sobre a desvalorização de salários, podemos mensurá-la pela seguinte fórmula:

$TDM = i/(1+i)$; onde TDM é a taxa de desvalorização da moeda ou do poder aquisitivo e “i” a taxa de inflação. Para exemplificar vejamos qual foi a desvalorização sobre um salário nominal de R\$ 1.500,00, durante o ano de 2012, quando se computou uma taxa de inflação medida pelo IPCA da ordem de 5,83%:

$TDM = (0,0583/1,0583) = 0,0551 = 5,51\%$; ou seja, o salário perdeu 5,51% de seu poder de compra e em termos reais era equivalente a R\$ 1.417,35.

Como você vê, a inflação é perversa para todos os segmentos sociais e produtivos, agindo com maior intensidade sobre as classes sociais que vivem de salários, como a maioria de nós!

Para diminuir os efeitos dela sobre nossos rendimentos aconselho algumas atitudes:

- a) Pesquisar antes de adquirir bens e consumir o necessário, sem exageros, com responsabilidade;
- b) Poupar o máximo possível para se defender da perda de poder aquisitivo imposto pela inflação;
- c) Gerenciar melhor suas finanças: registro e planejamento de gastos e aplicações são importantes passos para controlar e administrar seus gastos, aplicações e investimentos;
- d) Estudar mais para perceber maiores salários, gerar um volume maior de poupança e poder, com as aplicações financeiras e investimentos, se proteger melhor dos efeitos da inflação e gerar um bom fluxo de caixa para o futuro.

Um forte abraço!

Augusto Dornelas

26. Programa do MEC é alternativa para financiamento de curso universitário

Programa atende alunos cuja renda familiar seja de até 20 salários mínimos.

Linha está disponível apenas no Banco do Brasil e na Caixa.

Vale a pena fazer um financiamento para pagar a faculdade? Esta é a dúvida do mineiro Erick de Souza Guedes (veja vídeo) que já compromete um bom percentual da renda (cerca de 30%) com o pagamento de um financiamento imobiliário.

Certamente vale, se a alternativa for o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) , um programa do Ministério da Educação destinado a financiar o curso universitário para alunos cuja a renda familiar mensal bruta seja de até 20 salários mínimos.

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/09/programa-do-mec-e-alternativa-de-financiamento-de-curso-universitario.html>

Meus comentários:

A busca de alternativas de financiamento das decisões de consumo e/ou investimento por parte dos agentes econômicos é uma premissa necessária para, tanto consumidores quanto produtores, exercerem a tão propalada maximização de objetivos, enquanto no lado do consumidor visa-se a maximização da utilidade (satisfação)

na aquisição de bens e serviços, no lado dos produtores, o objetivo é a maximização do lucro e da riqueza dos acionistas.

No caso de estudantes que têm no ensino superior um direcionamento de suas ações, não apenas para manter-se firme no mercado formal de trabalho, como também para almejar e construir - em bases sólidas - suas estratégias de crescimento dentro da empresa na qual já trabalha, ou reunir esforços e conhecimentos necessários a consecução de abertura de espaços alternativos em outras empresas ou até mesmo adentrar-se nos caminhos do empreendedorismo.

Seja qual for o caminho que deseja traçar para seu futuro, quase que necessariamente, ele terá de passar por uma situação de financiamento.

Sabemos que a realidade de uma maioria expressiva dos estudantes brasileiros se depara com o desembolso de parte de seus proventos (salários) para realizar o pagamento de seus gastos com educação. E se acumulativamente a estes gastos o estudante se depara com outros que são incontornáveis - como é o caso do financiamento habitacional - há um comprometimento substancial da renda com gastos - no mínimo - inevitáveis.

O FIES, que é um programa governamental que assiste estudantes brasileiros no financiamento educacional é uma excelente alternativa, uma vez que cobra uma taxa de financiamento anual que é praticamente a metade do que você recebe de rendimento da Caderneta de Poupança (6,17%aa) em termos reais.

É um verdadeiro estímulo à tomada do financiamento para custear os estudos, desafogando - no presente - suas finanças pessoais, além de propiciar uma elasticidade relativamente grande nos prazos de amortização do principal.

É de boa conduta financeira, ao longo da construção do curso superior, ir poupando determinada quantia mensalmente - como uma construção de um fundo de poupança - para ajudar-lhe a

realizar o pagamento ou amortização do financiamento, onde estará obtendo ganhos superiores aos custos incorridos com o FIES.

Portanto, procure uma agência da Caixa, munido da documentação necessária e construa seu futuro de uma forma financeiramente equilibrada.

Um abraço,

Augusto Dornelas



29/08/13, *Alexandro Martello*

27. Juro dos bancos para pessoa física é o mais alto em 14 meses, diz BC

Em julho, taxa avançou para 36,2% ao ano, informou Banco Central.

Instituições financeiras estão repassando alta do juro básico da economia.

Os juros bancários médios dos empréstimos para pessoas físicas, com recursos livres (que excluem habitação, BNDES e crédito rural), avançaram pelo segundo mês seguido em julho deste ano, quando cresceram 1,4 ponto percentual, para 36,2% ao ano, informou o Banco Central nesta quinta-feira (29).

De acordo com dados da autoridade monetária, trata-se do maior patamar desde maio de 2012, quando a taxa estava em 37,1% ao ano.

O aumento dos juros bancários de pessoas físicas acontece após o próprio Banco Central ter iniciado, em abril deste ano, um ciclo de alta dos juros básicos da economia, com o objetivo de tentar conter o crescimento da inflação. Desde então, os juros básicos subiram em três oportunidades, passando de 7,25% para 9% ao ano - uma elevação de 1,75 ponto percentual. **A última alta, para 9%, ocorreu na quarta-feira (28).**

Leia mais em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/juro-dos-bancos-para-pessoa-fisica-e-o-mais-alto-em-14-meses-diz-bc.html>

Meus comentários:

A alta dos juros praticados no mercado em operações de crédito, em virtude de um acréscimo na taxa básica da economia – Selic, que foi de 8,5%aa para 9,0%aa – é um fato relativamente normal.

A Selic é a principal taxa básica de nossa economia (pode-se considerar que a do CDI, do mercado privado, também é), este parâmetro é utilizado tanto para estabelecer a remuneração em algumas modalidades de títulos públicos - tais como as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – e se configura num dos mais importantes instrumentos de Política Monetária utilizados pelas autoridades no combate à inflação.

Logo, a Selic pode ser encarada como um custo de oportunidade dos recursos captados pelos bancos; ou seja é uma alternativa adicional para aplicação dos recursos captados, além da sua canalização para suprir as mais diferentes necessidades da demanda por recursos, que vão desde necessidades de empréstimos e financiamentos com recursos livres, até as suas aplicações e destinações aos chamados créditos direcionados, como são os casos do créditos rural e habitacional e os recursos do BNDES para fomento da atividade econômica brasileira.

Para destinar os recursos captados pelas instituições financeiras para nossas demandas, estas incluem – além dos ganhos que obteriam se aplicassem em títulos públicos – um adicional referente a margem de lucro, inadimplência e riscos, tornando a taxa praticada no mercado mais elevada que a que foi utilizada para captar nossos recursos.

A essa diferença entre as taxas utilizadas na captação e na aplicação de recursos chamamos de *spread bancário*, ou seja: se o banco capta nossos recursos através, por exemplo, da utilização de CDB pré-fixado a uma taxa de 9,70%aa e cobra em suas operações de empréstimo para pessoas físicas – CDC, principalmente, para a

aquisição de bens de consumo duráveis - 36,2%, a diferença entre as taxas utilizadas se configura no spread, que no caso é de 26,5%; o que é bastante alto, concorda?

No caso das operações de crédito para empresas, principalmente para financiamento ao capital de giro e antecipação de recebíveis, as instituições financeiras estão cobrando um spread da ordem de 16,2 % (36,2% - 20%) ao ano, relativamente bem menor que no caso das pessoas físicas, em virtude do menor risco que a maioria das empresas leva ao sistema financeiro.

Espero que tenha ajudado a você compreender alguns termos e algumas situações que permeiam as relações entre credores e tomadores de recursos.

Augusto Dornelas



20/09/13

Alexandro Martello

28. Criação de empregos formais sobe 26,4% em agosto, para 127 mil vagas

Informação foi divulgada nesta sexta-feira pelo Ministério do Trabalho. Na parcial do ano, porém, criação de vagas caiu 21,9%, para 1,07 milhão.

Após ter registrado o **pior mês de julho em dez anos**, a criação de empregos com carteira assinada se recuperou em agosto, quando foram abertas 127.648 vagas formais, segundo números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados pelo Ministério do Trabalho nesta sexta-feira (20).

Distribuição geográfica dos empregos
Por regiões do país, ainda de acordo com o Ministério do Trabalho, o destaque ficou por conta do Sudeste, com 579.332 postos formais abertos nos oito primeiros meses de 2013.

Em segundo lugar, aparece a região Sul, com a abertura de 259.494 vagas com carteira. A região Centro-Oeste, por sua vez, abriu 160.207 postos de trabalho de janeiro a agosto. Já a região Norte criou 44.644 vagas formais nos oito primeiros meses deste ano, enquanto que o Nordeste abriu 32.834 empregos com carteira assinada no mesmo período.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/09/criacao-de-empregos-formais-sobe-264-em-agosto-para-127-mil-vagas.html>

Meus comentários:

Por menor que tenham sido os acréscimos à criação de empregos formais no Brasil este ano – cerca de 1,07 milhão até agosto – nós temos sim o que comemorar!

Se somarmos a esse contingente os cerca de 50 milhões de brasileiros que participam do mercado informal, representando cerca de 25% da população no Brasil, e outros 55 milhões pertencentes ao mercado formal de mão-de-obra, é mais que bem vinda cada vaga gerada na economia brasileira, o que nos posiciona entre o seletor grupo de países que estão com taxas de desemprego em torno dos 5%, juntamente com a Alemanha.

Ruim, certamente está para a grande maioria dos países europeus – que em alguns casos a taxa de desemprego já gira em torno dos 30% - e para os EUA (com uma taxa de cerca de 10% e que conta com um contingente de indivíduos que vivem às custas do governo e da sociedade em torno dos 50 milhões) que ainda contam os postos de trabalho perdidos e os empreendimentos que “viraram poeira cósmica” desde a eclosão da crise econômica no fértil solo americano.

Voltando para a nossa própria realidade, diversas causas podem ser elencadas para explicar um crescimento menor – não um baixo crescimento! – do número de vagas criadas no mercado formal no Brasil, dentre elas:

- Redução no ritmo de contratações devido à baixa oferta de mão-de-obra qualificada, dado que passamos pelo menos três décadas de estagnação social e econômica e – consequentemente – não qualificamos um contingente

expressivo de trabalhadores para um momento de retomada do crescimento;

- Estoque de capital disponível já estar perto do grau de pleno emprego de recursos (capital e trabalho);
- Reflexos da crise econômica que assola a maioria dos países do chamado “mundo civilizado”, o que prejudica importações, exportações e produção no Brasil;
- O mercado privado ficar – no Brasil – esperando que o poder público tome a iniciativa de incentivar a economia, que financie a atividade privada em suas decisões de investimentos a custo barato (via BNDES, por exemplo), e que garanta mercado contra a concorrência internacional, ..., ou seja: não quererem incorrer em riscos e viver eternamente em berço esplêndido e sobre a proteção do Estado que o empresariado nacional (supostamente) detesta!;
- Grande disponibilidade de mão-de-obra e leis permissivas no México e na China que atraem novos empreendimentos produtivos e que permitem ao capital usufruir até o “mugido” do fator trabalho;
- Não aceito o tipo de conversa dos “liberais” brasileiros que é culpa das leis trabalhistas e que deveríamos “flexibilizá-las”; você sabe onde isso termina? Se não, procure se informar!;
- Dentre outros...

Sem dúvidas, as medidas que vêm sendo tomadas pelos governos desde 2008 refletem positivamente na diminuição dos reflexos da crise sobre o conjunto da economia brasileira, dentre elas podemos destacar: reduções na taxa básica da economia (Selic), redução de alíquotas de IOF em operações de empréstimos para pessoas físicas, investimentos governamentais que incentivam a ocorrência do investimento privado, redução ou eliminação de alíquotas de impostos de produtos oriundos de setores dinâmicos de nossa economia – automobilístico, construção civil, móveis e

utensílios, eletrodomésticos, materiais de construção, eletroeletrônicos e informática, importantes mudanças na contribuição empresarial à previdência e demais impostos, ampliação da linha de empréstimos e financiamentos às pessoas físicas e ao setor produtivo para serem utilizados em financiamento a decisões de consumo e investimento, ...

Infelizmente, para nossa região, a quantidade de empregos gerados foi inferior a todas as outras regiões, o que também reflete o baixo comprometimento de todos os governos, desde o início do processo de industrialização brasileira no anos '20 do século passado, que sempre privilegiaram as regiões sul e sudeste (política café com leite, lembra das aulas de história?) como destinatários de todas as benesses e incentivos governamentais ao desenvolvimento e ao crescimento econômico, como se o Norte e o Nordeste não fizessem parte deste imenso “condomínio”.

No mais, independentemente do(s) partido(s) ocupante(s) da cadeira presidencial, devemos apoiar medidas que venham a incentivar e melhorar as expectativas e consolidação do nosso crescimento, a menos que estejamos lutando para passarmos pelos mesmos apertos de muitos países mundo afora, o que certamente não é o meu caso!

Um forte abraço,

Augusto Dornelas



20/09/

29. Dólar fecha em alta sobre o real nesta sexta, mas cai quase 3% na semana

Moeda subiu 0,82%, a R\$ 2,2195 na venda. Na semana, a moeda acumula queda de 2,73% e, no mês, de 6,94%.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2013/09/dolar-fecha-em-alta-sobre-o-real-mas-cai-quase-3-na-semana.html>

Meus Comentários:

Apesar da torcida contra, das ações infringidas à economia nacional, da notória contribuição de alguns ao estabelecimento do caos, da opinião descabida de ex-diretores do Banco Central, de alguns comentaristas econômicos (*sic*) dos nossos” meios de informação”, da atividade proporcionada por grandes especuladores domésticos e externos para desestabilizar a economia da terras de Macunaíma, dentre outros(as) manifestações contrárias ao bem estar da sociedade e da nação brasileira... o dólar se estabilizou em resposta às excelentes medidas adotadas pela equipe do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional num momento de turbulência cambial.

Parabéns a todos!!!

Augusto Dornelas

Portal Zero Hora, 15/11/08

30. Confira as principais crises mundiais desde a Grande Depressão de 1929

Os líderes do G-20, que reúne os países mais ricos e os principais emergentes, se reúnem desde esta sexta-feira em Washington para redefinir o sistema financeiro mundial, que enfrenta o maior problema desde a Grande Depressão dos anos 1930.

Confira a relação das crises mais agudas sofridas pelos mercados desde então e as medidas adotadas para seu resgate.

Confira o restante da matéria acessando:

<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/11/confira-as-principais-criises-mundiais-desde-a-grande-depressao-de-1929-2295273.html>

Meus Comentários:

Você saberia descrever o que vem a ser uma crise financeira ou econômica mundial?

Não?

Pois bem:

A globalização - que pressupõe livre mobilidade de capital (máquinas e equipamentos), bens e serviços, informações, tecnologia e capitais financeiros – vem sendo construída ao longo dos séculos e desde o Mercantilismo e suas Grandes Navegações vem garantindo um verdadeiro estreitamento de laços entre as diferentes nações.

Com a intensificação do comércio e das relações econômicas mundiais, foi-se reduzindo paulatinamente alguns fatores que travavam o comércio, tais como: barreiras alfandegárias

e “fitossanitárias”, impedimentos político-administrativos, protecionismo, dentre outros; já a formação de blocos econômicos, dinamização do comércio internacional, criação de organismos internacionais como a OMC – Organização Mundial do Comércio – desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações e uma maior utilização eficiente do princípio criado por Adam Smith e aperfeiçoado por David Ricardo e que se denomina Teoria das Vantagens Comparativas, todos esses fatores contribuíram de maneira significativa para o desenvolvimento das relações comerciais entre países.

Seguindo os passos deste grande entrelaçamento econômico entre nações, aumentou a fragilidade dos chamados fundamentos macroeconômicos que envolvem diversos conceitos, tais como: Nível Geral de Preços (inflação), Taxas de Juros e de Câmbio, Superávit Primário e Nominal, Comércio Internacional, Dívida Pública, presença do Estado na Economia, Políticas Econômicas (Monetária, Fiscal e Cambial), garantias ao livre fluxo de capital e produtos (ausência de barreiras) e segurança do princípio da propriedade privada; ou seja, princípios e variáveis que referenciam a solidez e o estado salutar de uma economia nacional, frente às exigências dos credores e investidores domésticos e internacionais.

Podemos dizer que uma crise financeira representa ***“forte e rápida perda de riqueza e substância social, política e institucional em uma economia, manifestada pelo colapso dos preços dos ativos, recessão e desemprego, gerando ameaça à estabilidade da moeda e do sistema bancário”*** (PINHEIRO, Atlas-Bovespa, 2005).

Outra ocorrência bastante comum em crises financeira é a falta de liquidez momentânea no sistema econômico, ou seja, em resposta à perda de credibilidade do sistema conjugada com a deterioração das expectativas quanto ao futuro e temeridade por parte dos agentes econômicos quanto às consequências advindas do agravamento do estado da crise, repercutindo diretamente sobre importantes variáveis constitutivas do sistema econômico, tais como:

forte depreciação da moeda doméstica, tendência de agravamento do déficit público, dependência do capital externo, fuga de investidores e especuladores devido à falta de garantias de manutenção legal da propriedade sobre seus ativos.

Quando a falta de liquidez momentânea vem acompanhada da incapacidade do país de gerar riquezas, com a perda e depreciação dos valores dos ativos, quebras e falências de instituições ligadas ao sistema produtivo e ao sistema financeiro, recessão econômica, desemprego, queda nos níveis de produção, emprego e renda, descredibilidade junto à comunidade internacional, aí temos a ocorrência de uma crise econômica, como a que se instalou nas principais economias do mundo em 2008 e a Grande Depressão em 1929, ambas tendo início nas terras férteis americanas.

Vejam algumas constatações de perdas de riqueza na ocorrência de crises financeiras e econômicas:

- 1) Variações significativas nas taxas de juros e de câmbio acarretando desequilíbrios no sistema econômico e financeiro e nas contas externas do Balanço de Pagamentos;
- 2) Perda de arrecadação tributária e agravamento do déficit público provocando aumento de alíquotas de impostos, quebras de contratos públicos e privados;
- 3) Acirramento do processo inflacionário atingindo mais contundentemente que vive de salários;
- 4) Queda vertiginosa no preço dos ativos, por exemplo, imóveis, empresas, títulos privados e públicos;
- 5) Falência de empreendimentos produtivos gerando queda na riqueza nacional (PIB);
- 6) Redução drástica no número de postos de trabalho, desemprego ascendente;
- 7) Fechamento de instituições financeiras e congêneres;
- 8) Agravamento de tensões sociais e deterioração do bem estar da população;

- 9) Fuga de capitais: especulativos e produtivos, perdas de reservas cambiais;
- 10) Perda da confiança interna e externa no país, fortes movimentos especulativos; ...

No caso da atual crise econômica iniciada nos EUA, podemos dizer que seu início começou a ser construído em 1997 com a expansão do crédito imobiliário e a possibilidade de hipoteca dos imóveis, incentivou milhões de americanos a tomarem novas linhas de crédito e passaram a utilizar o dinheiro levantado com hipotecas para consumo imediato, aumentando consideravelmente seus endividamentos e os riscos de inadimplência no sistema.

Com a pressão exercida pela corrida ao crédito, a partir de 2004 os juros se elevaram e conseqüentemente houve um aumento dos níveis de risco e agravamento da inadimplência, o que contribuiu para um aumento do calote entre empresas ligadas ao setor da construção civil aos bancos, entre os próprios bancos e do sistema como um todo, provocando um destroçamento das relações econômicas no sistema e suas conseqüências e rebatimentos para as demais economias do mundo.

Como se vê, as conseqüências de crises econômicas ou financeiras são catastróficas para a maioria dos países que se inserem mais nitidamente em suas “ondas”, independentemente da pujança econômica que ostente, o que é certificado pelo cenário de recessão econômica que se instalou nas principais economias do planeta e cinco anos depois de sua eclosão, continua demonstrando toda a sua robustez e dá plenos sinais de que tão cedo não abandonará os principais recantos produtivos e financeiros do planeta.

Espero que tenha ajudado em informar-lhe didaticamente sobre crises financeiras e econômicas.

Um abraço,

Augusto Dornelas.

Estadão, 23/09/13

31. Meio milhão de crianças pararam de trabalhar no Brasil em três anos, diz OIT

Dados da Organização Internacional do Trabalho mostram que o número de crianças no País em postos de trabalho caiu de 2,1 milhões para 1,6 milhão

Leia mais acessando:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-brasil,meio-milhao-de-criancas-pararam-de-trabalhar-no-brasil-em-tres-anos-diz-oit,165369,0.htm>

Meus comentários:

A utilização da mão de obra infantil não é ocorrência recente, mesmo antes da revolução industrial o trabalho de crianças em pequenas e médias propriedades na Europa como forma de complementar o trabalho dos pais sempre foi uma realidade.

A partir da segunda metade do século XIX na Inglaterra – berço da Revolução Industrial – as mudanças tecnológicas aplicadas ao sistema produtivo trouxe consigo não apenas uma verdadeira mudança na forma de como produzir, mas um conjunto de outras ocorrências que impulsionaram o crescimento das cidades e a concentração da produção nas fábricas industriais, tais como: o êxodo rural com o deslocamento de contingentes populacionais do campo para as cidades em busca de empregos, a utilização de máquinas e equipamentos a vapor e com a utilização da eletricidade foram a tônica do novo processo industrial para a produção de bens e serviços em massa, a proletarianização do trabalho e sem dúvida a utilização do trabalho infantil nas novas unidades fabris.

Anteriormente à revolução industrial as famílias viviam basicamente no campo e se entregavam aos afazeres em pequenas propriedades basicamente rurais destinadas à produção agrícola e pequenas atividades artesanais, onde as crianças auxiliavam seus pais nos afazeres, mas sem um ritmo estressante, repetitivo e exaustivo como seria verificado a partir do momento em que seriam contratadas para trabalhar nas fábricas nas cidades que passam a crescer e a se formar com o advento da revolução industrial.

A partir do momento em que as famílias passaram a se deslocar para as grandes cidades em busca de empregos e sobrevivência, os laços familiares foram sendo quebrados, pois, as jornadas de trabalho intensas de cerca de 16 horas para os adultos e 14 para crianças retirava pais e filhos do convívio familiar.

Estas profundas mudanças nas relações de trabalho impostas pelo novo modo de produção chegou até as crianças, que passaram a ser utilizadas no processo produtivo principalmente nas indústrias têxteis, como por exemplo para desencaroçar o algodão já que tinham mãos e dedos pequenos e eram mais adequados para tais serviços, devendo-se acrescentar que além de trabalhos forçados as crianças eram submetidas a castigos e exploração sexual por parte de empregadores e agregados.

As crianças passavam a ser exploradas durante cerca de 14 horas diárias, recebendo cerca de 20% do salário de um trabalhador adulto, trabalhando em condições insalubres e sujeitas a inúmeras doenças transmissíveis, perdendo não apenas seu tempo livre para exercer plenamente sua infância e estudar e entrando num processo forçado de “adultização” prematura que fatalmente lhe traria sérios problemas futuros de saúde e de sobrevivência devido a sua exploração e exposição a um ritmo de trabalho exaustivo e não muito raro com punições severas por desatenção ou conversas durante o trabalho.

Ao longo do tempo e com o aprimoramento e desenvolvimento das sociedades tornou-se urgente a erradicação do

trabalho infantil como questão de cidadania e direito inviolável das crianças de não serem exploradas sob qualquer pretexto.

O problema do trabalho infantil no Brasil reflete uma grave situação que vem ao longo dos anos ganhando mais esforços e adeptos para a sua solução. Um contingente expressivo de crianças e adolescentes não frequentam a escola e não possuem seus direitos preservados, tendo na maioria das vezes que abandonar a escola para ajudar na renda familiar trabalhando – não raro – em condições insalubres e em situações de escravidão em propriedades rurais, fábricas, lixões e em trabalhos domésticos urbanos e em alguns casos sem nenhum tipo de remuneração.

Aqui no Brasil, O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) reúne um conjunto de ações para erradicar o trabalho infantil e de adolescentes com idade inferior a 16 anos do trabalho precoce, a menos que seja sob a condição de aprendiz a partir dos 14 anos; para tanto instituiu um *“programa de transferência de renda pelo Programa Bolsa Família, complementado por ações socioassistenciais e “disponibilização de serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho; reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares “* (Ministério do Desenvolvimento Social) e monitoramento com a participação do governos nas três esferas públicas : União, Estados e Municípios e por instituições da sociedade civil organizada.

Apesar de todos os *“esforços e com a parceria entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), governo federal e Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) é outra importante iniciativa, que mobiliza anualmente ONGs, sociedade civil, entidades representativas dos empregadores e trabalhadores na Campanha Nacional Contra o Trabalho Infantil (Portal Brasil)”* o Brasil ainda conta com um contingente de crianças entre 5 a 13 anos da ordem de 704 mil em todo o país, segundo dados

da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2011, coletada e divulgada pelo IBGE.

O que não deixa de ser um grande avanço, quando comparados aos dados de 2007 quando somávamos um contingente de 1,2 milhão de crianças na faixa entre 5 e 13 anos.

Atualmente 168 milhões de pessoas ainda são vítimas do trabalho infantil em todo o mundo, sendo 40 milhões delas com menos de 14 anos de idade, o que representa cerca de 11% do total de habitantes do globo.

Apesar dos números ainda serem alarmantes, o progresso em busca da erradicação do trabalho infantil é notório, esperamos que novos dados a serem revelados futuramente continuem identificando progressos no que tange a erradicação do trabalho infantil no Brasil e no mundo.

Espero que tenha contribuído para sua aprendizagem!

Um abraço,

Augusto Dornelas



07/03/2013

32. Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho, aponta governo

Registros de emprego com carteira assinada cresceu 5,93% em um ano. Salário das mulheres cresceu 4,94%, enquanto o dos homens subiu 4,74%.

Números divulgados nesta quinta-feira (7) pelo Ministério do Trabalho e Emprego apontam para um crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos.

...

O estoque de empregos femininos no Brasil subiu de 18,3 milhões em 2010 para 19,4 milhões em 2011, segundo os números da Rais. No mesmo período, o estoque de empregos masculinos cresceu 4,49%, passando de 25,7 milhões de postos em 2010 para 26,9 em 2011.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/cresce-participacao-da-mulher-no-mercado-de-trabalho-aponta-governo.html>

Meus Comentários:

“Já se acabou o tempo, que a mulher só dizia então: xô galinha, cala boca menino, ai ai não me dê mais não !...” ; com esta

estrofe o pernambucano Lourenço da Fonseca Barbosa – Capiba – já expressava em 1966 a passagem feminina de administradora “do lar” para uma posição expressiva no mercado de trabalho, ocupando inclusive posições de destaque, além das tradicionais ocupações de empregos domésticos e professora das séries iniciais.

Os avanços femininos foram sendo obtidos através de um verdadeiro movimento de luta que se conjugava com importantes fatos históricos como a Revolução Industrial (sec. XIX), Segunda Revolução Industrial e Primeira Guerra Mundial (início do séc. XX), eleições constituintes de 1933 que marca o início da participação feminina em pleitos eleitorais no Brasil e segue, hoje, com uma representatividade de cerca de 42% da mão de obra formal no Brasil.

Sem dúvida os avanços foram espetaculares e resultado de muitas lutas nas mais variadas vertentes e motivos pelos quais se deve lutar. E elas lutaram!

O primeiro Dia Internacional das Mulheres foi celebrado nos EUA em 1909 por iniciativa do Partido Socialista da América contra as más condições de trabalho e baixos salários; em 1910 ocorreu a primeira Conferência Internacional das Mulheres instituída pela Internacional Socialista em Copenhague na Dinamarca. Na Rússia as comemorações do dia Internacional das Mulheres foi contemporâneo do início da Revolução Bolchevique, com uma importante participação feminina em greves contra a fome, a exploração operária e os desmandos do Czar Nicolau II.

Entre os vinte primeiros anos do século passado, o Dia internacional das mulheres foi comemorado intensivamente em diferentes regiões do mundo e se confundindo com importantes lutas sociais, econômicas, trabalhistas e políticas. Passou várias décadas depois num profundo esquecimento, só vindo a retomar sua comemoração nos anos 60 com o movimento feminista, até que foi regulamentado em 1977 pela ONU.

Muitas foram aquelas que dedicaram suas vidas às causas sociais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo afora – e não

apenas às causas femininas e feministas – onde podemos citar: Maria Quitéria (militar na guerra da Independência; 1792 a 1853) , Ana Neri (primeira enfermeira brasileira; 1814 a 1880), Anita Garibaldi (Revolução Farroupilha – RS; 1821 a 1849), Princesa Isabel (Abolição da Escravatura; 1846 a 1921), Chiquinha Gonzaga (compositora, musicista e regente de orquestra; 1847 a 1935), Nise da Silveira (médica psiquiatra; 1905 a 1999), Bertha Lutz(feminista; 1894 a 1976), Ester Figueiredo Ferraz (professora, filósofa e advogada; 1915 a 2008), Zilda Arns (médica pediatra; 1934 a 2010), Leila Diniz (atriz; 1945 a 1972) e hoje exercendo a Presidência da República, a Sra. Dilma Rousseff.

Aqui no Nordeste podemos citar Raquel de Queiroz (escritora; 1910 a 2003), Irmã Dulce (freira católica; 1914 a 1992), Bárbara de Alencar (participou da Confederação do Equador em PE, em 1817), Nilze da Silveira (médica), Adalgisa Cavalcanti (primeira deputada estadual de Pernambuco), Naíde Teodósio (professora e pesquisadora pernambucana), dentre tantas outras guerreiras que enobrecem a história das mulheres e do Brasil.

Em seu livro “23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo”, Ha-Joon Chang, professor de Economia do Desenvolvimento da Universidade de Cambridge, atesta que “*a revolução da internet não foi tão importante quanto a máquina de lavar roupas e outros eletrodomésticos, os quais, ao reduzir enormemente a quantidade de trabalho necessário para a execução das tarefas domésticas, possibilitou que as mulheres ingressassem no mercado de trabalho e praticamente extinguiu profissões como os serviços domésticos*”. Ainda segundo o autor, cerca de 8% das pessoas que fazem parte da força de trabalho no Brasil trabalham como empregados domésticos e de maneira proporcional possui cerca de 13 vezes o número de empregados domésticos nos EUA hoje e o mesmo número que os Estados unidos possuía em 1870.

Estes percentuais quantitativos podem ser explicados da seguinte forma: enquanto nos países pobres existe uma conjugação

entre o baixo preço da mão-de-obra doméstica e escassez de tecnologias domésticas, favorecendo que um contingente expressivo de pessoas sejam contratadas para esse tipo de atividade e na grande maioria dos casos sem as proteções trabalhistas elencadas na Constituição, sendo ocupadas principalmente por integrantes do sexo feminino; já, nos países ricos existe um fenômeno inverso, sendo constatado um número relativamente inexpressivo de trabalhadores domésticos, já que existe um número consideravelmente grande de outras ocupações que pagam salários expressivamente melhores.

Segundo estudo do IBGE (pesquisa mensal de emprego, 2010), a distribuição da população ocupada por grupamentos de atividades e segundo o sexo, nas diversas categorias pesquisadas (indústria, construção, comércio, serviços, administração pública, serviços domésticos e outros), as mulheres só superam o contingente masculino nos serviços públicos e domésticos (inclusive o realizado no âmbito familiar, sem remuneração e não contabilizado estatisticamente e sem valorização social), ocorrência que pode explicar, em parte, o fato do salário médio pago a mulheres ser inferior aos pagos aos homens.

O CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) atesta em pesquisa realizada que em 2012 o salário médio de admissão das mulheres ficou em R\$ 918,00 enquanto o dos homens em R\$ 1.068,00; já na análise de crescimento de ocupações por grau de instrução de nível superior houve um maior crescimento em contratações femininas (+ 1,32%) enquanto o dos homens retroagiu 0,13%, o que demonstra uma maior preocupação das mulheres em se preparar para o mercado de trabalho, o que facilmente pode ser confirmado pelos altos índices de participação de mulheres em cursos superiores.

Um dado bastante preocupante sobre a condição da mulher na sociedade revela que a violência de gênero ostenta dados bastante assustadores; em recente estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada), estima-se que entre 2009 e 2011 foram registrados no Brasil 16,9 mil feminicídios, em sua grande maioria praticados por parceiros ou membros familiares. O estudo revela também que O Estado do Espírito Santo é o que apresenta o maior número de casos de violência à mulher, registrando cerca de 11 a cada grupo de 100 mil mulheres, seguido da Bahia com 9 e Alagoas com 8; já em termos de região, o Nordeste ostenta o maior número de casos, com cerca de 7 para cada grupo de 100 mil mulheres.

A pesquisa também revelou que mesmo com a instituição da Lei Maria da Penha que aborda casos de violência contra mulheres, não houve influência capaz de reduzir o número de mortes, que se manteve estável antes e depois da ocorrência da lei.

Apesar das ocorrências negativas, o saldo da atuação da mulher no contexto histórico do país e do mundo é mais do que positivo, revelando um posicionamento de desbravadoras de conquistas que elas vêm construindo desde os primórdios da organização social.

Um abraço a todas!

Augusto Dornelas

Infomoney, 27/09/13

33. Taxas de juros ficaram maiores em agosto para famílias e empresas

Brasília – As famílias e as empresas pagaram taxas de juros mais caras em agosto, de acordo com dados do banco central (BC) divulgados hoje (27) . As pessoas jurídicas foram as mais afetadas pela alta.

Leia mais acessando:

<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/credito/noticia/2981501>

Meus comentários:

Como já era esperado, o spread bancário voltou a crescer principalmente para linhas de crédito de operações com recursos livres (que excluem do total os recursos direcionados ao crédito rural, habitação, infraestrutura) como resposta à elevação da taxa Selic para 9%aa no final de agosto.

A taxa Selic é utilizada pelas autoridades governamentais como instrumento de política monetária para contenção de altas inflacionárias e também como índice de rentabilidade de algumas modalidades de títulos públicos como as LFT (Letras Financeiras do Tesouro).

Pelo fato da taxa Selic ser considerada um “benchmark” ou taxa de referência de mercado quando se quer comparar rentabilidades de aplicações financeiras diferentes e por se

configurar como custo de oportunidade para as instituições financeiras como alternativa sem risco para aplicação de seus recursos, é bastante normal que o sistema financeiro eleve suas taxas praticadas em suas operações com o público (empréstimos, financiamento e serviços bancários) sempre que a Selic tiver seus patamares elevados nas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária).

O aumento do spread bancário que a reportagem se refere é justamente a diferença entre as taxas pagas (captação de recursos) e exigidas (aplicação de recursos) em operações financeiras com o público é resultado de aumentos de custos referentes a captações de recursos, impostos, manutenção de margens de lucro do sistema bancário, remuneração pelos riscos, etc.

Os diferentes agentes econômicos (pessoas físicas, jurídicas e governo) serão penalizados com este aumento, como por exemplo: as famílias terão os custos de financiamento ao consumo elevados, as empresas terão – por exemplo – custos referente a tomadas de recursos para capital de giro aumentados e influenciarão em seus resultados referentes a balanço patrimonial e o governo terá seu custos e gastos com a dívida pública majorados. Veja outros comentários meus a esse respeito.

Espera-se que os resultados com redução dos índices de inflação compensem os custo aos quais toda a sociedade estará incorrendo, tais como: queda no consumo, nos investimentos, na produção e na renda.

Eu acredito que não, mas...

Augusto Dornelas

Infomoney, 02/20/13

34. Consumidor pode economizar até R\$ 6 mil em financiamento de carro

Leia mais acessando:

http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/carros/noticia/2986905/consumidor-pode-economizar-ate-mil-financiamento-carro?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=nminhasfinancas

Meus Comentários:

A compra do automóvel próprio é o sonho de dez em cada dez brasileiros, mas esse sonho pode virar um enorme pesadelo se não for planejado e executado de forma racional e financeiramente correta, levando em consideração a capacidade de endividamento e a real necessidade de aquisição deste bem que costuma trazer consigo grandes dores de cabeça para quem não avaliou todos os custos complementares à prestação que o comprador arcará durante os próximos 4 ou 5 anos.

Em entrevista concedida ao noticiário NE TV (<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/04/reducao-de-juros-deve-beneficiar-setor-de-venda-de-automoveis.html>), veiculado no dia 10/04/12 e no Jornal Hoje de 13/09/2012 (<http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/despesas-anuais-com-carro-podem-chegar-a-50-do-valor-do-veiculo/2137734/>), ambos da rede Globo de Televisão, elenquei uma série de custos nos quais o comprador irá incorrer quando adquire um automóvel, tais como:

- Impostos e taxas, a exemplo da Taxa de Abertura de Crédito (sobre o assunto pesquisar a Resolução nº 3919 do Banco Central e a lei estadual (Alepe-PE) nº 12.702) ; IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), Taxas Administrativas do Detran (IPVA, Seguro Obrigatório); Taxas representativas do custo do financiamento; IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados); Juros financeiros de financiamento;
- Seguros;
- Gastos com manutenções periódicas;
- Estacionamento, lavagens e polimentos;
- Trocas planejadas de peças e acessórios, tais como: bateria, pneus, amortecedores, extintor, etc;
- Combustível e óleos lubrificantes; etc.

Como você pode notar, existem vários custos adicionais que impulsionarão os gastos com a aquisição de veículos próprios, o que certamente vai comprometer parte substancial de sua renda. Portanto, a compra deve ser devidamente planejada e calculada para não levar você a uma situação de inadimplência que pode acarretar a perda do veículo.

Dentre as modalidades de financiamento para a aquisição de veículos temos o Leasing e o CDC, cujas características básicas listaremos a seguir:

As operações de leasing, também chamadas de arrendamento mercantil, são operações de crédito onde o arrendador (proprietário do bem) cede o direito de utilização do veículo ao arrendatário (aquele que irá usufruir da utilização do bem), por um determinado prazo, mediante uma contraprestação semelhante a um

aluguel e ao final do contrato o veículo arrendado poderá ser adquirido pelo arrendatário por um valor previamente estipulado em contrato ou devolver o bem ao seu legítimo proprietário. O veículo, objeto do arrendamento, ficará em nome do proprietário durante toda o prazo de vigência do contrato de leasing e as taxas de financiamento são, ligeiramente, menores que no caso de financiamento pelo CDC.

O CDC – Crédito Direto ao Consumidor – é uma linha de financiamento destinada a pessoas físicas ou jurídicas para a aquisição de bens duráveis, cuja quitação é realizada mediante prestações fixas, iguais e sucessivas, onde há a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e na maioria dos casos há a cobrança de Taxa de Abertura de Crédito. Neste tipo de modalidade de financiamento o bem fica alienado em nome do agente financiador, no caso bancos ou financeiras. Normalmente os bancos já destinam automaticamente este tipo de linha de crédito aos seus clientes e seus limites e custos dependerão de uma série de fatores históricos de conduta financeira do cliente para com o banco, além de fatores objetivos como a sua renda e a capacidade de endividamento e pagamento.

Como pode ser observado nos valores fornecidos pela reportagem da Infomoney, as diferenças entre taxas de juros e valores das prestações de banco para banco possuem uma grande variabilidade, se configurando em um bom motivo para uma pesquisa mais apurada por parte do comprador, para não incorrer em custos demasiadamente altos por puro desconhecimento de fatores relevantes como a taxa de financiamento e os custos adicionais que o comprador incorre quando adquire um veículo, o que fatalmente pode vir a influenciar a ocorrência de inadimplência devido a perdas incorridas na renda do consumidor por motivos inflacionários e ou por desconhecimento dos verdadeiros custos associados a aquisição de automóveis.

Analisemos o caso da aquisição do veículo UNO VIVACE 1.0 cujo preço à vista é de R\$ 30.700,00 e será adquirido com financiamento pela Caixa, com 40% de entrada ((R\$ 12.880,00) mais 24 prestações mensais de R\$ 890,44 com um custo efetivo anual de 15,72%aa o que representa duas vezes e meia superior o que a tradicional caderneta de poupança paga a seus poupadores em termos de rentabilidade, em termos anuais.

Para determinarmos o custo total mensal após aquisição do veículo, vejamos a discriminação dos custos e despesas adicionais mensalizadas e que serão incorporados, à prestação que mencionamos acima:

- IPVA: 2,5% sobre o valor do veículo = $0,025 \times 30.700,00 =$ R\$ 767,50 , que fornece um custo mensalizado a uma taxa de 0,5% de R\$ 66,06;
- Seguro obrigatório: em 2013 = R\$ 105,65 , que mensalizado a uma taxa de 0,5% acarreta um custo mensal de R\$ 9,10;
- Seguro opcional = cerca de 5% do valor do veículo, o que daria $0,05 \times 30.700,00 =$ R\$ 1.535,00 , que mensalizado a uma taxa de 0,5% daria uma prestação de R\$ R\$ 132,00;
- Combustível: admitindo que o condutor percorra 30 quilômetros por dia, que o carro consuma 1 litro de combustível a cada 10 quilômetros e que utilize o veículo durante 30 dias, terá um custo mensal com combustível de R\$ 300,00;
- Estacionamento: supondo um gasto de R\$ 6,00 por dia durante 20 dias daria um total mensal de R\$ 120,00;
- Lavagem e polimento: duas lavagens completas mensais a R\$ 25,00 cada dá um total de R\$ 50,00 mensais;
- Gastos gerais adicionais mensais: vamos estipular R\$ 50,00.

Com a inclusão de todos esses custos adicionais à prestação do veículo, teríamos um gasto mensal da ordem de R\$ 1.617,60 , que

representa cerca de 5% do valor total do veículo “popular” gasto mensalmente, e devemos deixar bem claro que quanto maior for o valor do veículo, maiores serão os custos totais mensais a serem dispendidos pelo proprietário que aumentarão proporcionalmente.

Note, também, que 5% do valor do veículo em termos de gastos mensais implica num gasto total anual de cerca de 60% do valor do veículo por ano, sem contar que no caso dos chamados “veículos populares” (sic), a depreciação anual afeta o valor venal do automóvel entre 10 a 15% em termos de perda de valor de mercado.

Se você acredita que muitos destes gastos relacionados são supérfluos – como por exemplo o seguro – certamente os custos de manter um automóvel cairiam sensivelmente -, lembre-se de que sem seguro as perdas poderão ser ainda maiores, por exemplo em caso de roubo sem que haja a recuperação do veículo.

Como você deve ter notado, o custo total que envolve – seguramente – parte substancial da renda das famílias de renda média é um fator preponderante que certamente irá influenciar a aquisição ou não de um automóvel.

Como já fora dito anteriormente, trata-se de um custo relativamente alto que objetivamente exercerá um peso considerável suas disponibilidades de recursos. Aliado a todas essas argumentações, podemos questionar a qualidade do serviço público de transporte que não estimula seu uso preferencial, o que contribuirá para o aumento da procura por automóveis e uma elevação dos volumes de solicitações para a obtenção de financiamento de veículos automotores.

E não se esqueça: pesquisar taxas de financiamento e encargos adicionais, preços de reposição de peças e facilidade em encontrar concessionários e centros de reparos, consumo de combustível, preço de revenda, durabilidade e funcionalidade são fatores que devem superar aspectos meramente estéticos; pois podem e devem ter uma participação mais efetivas nos custos e benefícios gerados pela aquisição de veículo próprio.

No mais, espero que as considerações que aqui foram expostas tenham contribuído tanto na elucidação de dúvidas como no esclarecimento dos custos efetivos que envolvem a aquisição de veículos; demandas adicionais por esclarecimentos pode me contactar que estarei disposto a ajudá-lo(a) em orientações para tomadas de decisão tanto em relações de consumo como de financiamento.

Um abraço,

Augusto Dornelas

35. Catadores assumem papel de protagonistas da coleta seletiva

Com o fim dos lixões programados para agosto de 2014, esses trabalhadores devem buscar capacitação para manusear todos os tipos de resíduos recicláveis

Acesse a reportagem completa:

http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2013/10/05/internas_economia,466147/catadores-assumem-papel-de-protagonistas-da-coleta-seletiva.shtml

Meus comentários:

Os catadores de material reciclável engrossam um verdadeiro exército de trabalhadores que são conhecidos como “trabalhadores invisíveis” pelo fato da grande maioria das pessoas só se lembrarem que eles existem quando precisam de algum de seus serviços; são faxineiros, varredores, garis, entregadores de folhetos, lavadores de carros, dentre tantos outros profissionais que passam despercebidos de todos nós não apenas pelo "corre-corre" nas grandes cidade, mas pelo desprezo com que a sociedade trata determinados tipos de profissionais.

Todo esse contingente de trabalhadores fazem parte de um universo estatístico que ostenta números bastante preocupantes e que de certa forma reproduzem o estado de dificuldades em que vivem, que vão desde os baixíssimos índices de escolaridades a sobrevivência em condições precárias sob todas as formas: alimentação, moradia, saúde e direitos civis altamente negligenciados pela sociedade como um todo.

Mas as coisas estão mudando, para melhor, afinal de contas com o fim dos lixões até 2014, uma intensificação de organização em cooperativas para sua inserção e enquadramento nas considerações constantes da nova lei que trata de resíduos sólidos e logística reversa, espera-se uma maior profissionalização destes trabalhadores e que venha acompanhada de aspectos relativos a evoluções relativas a variáveis quantitativas, tais como renda e nível de escolaridade, como de variáveis qualitativas relativas a bem estar: saúde, moradia, cidadania e inclusão social.

Com um rendimento mensal em torno de R\$ 570,00 a nível nacional e de R\$ 494,00 em Pernambuco, um contingente de 388 mil pessoas segundo o IBGE e de 800 mil pelos dados do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), mas apenas 10% estão organizados em cooperativas ou associações, o que beneficia justamente o intermediário no estabelecimento de preços de compra para os materiais a reciclar.

Os catadores recolhem cerca de 90% de recicláveis no Brasil, que segundo dados da Revista Época (2012) o Brasil recicla cerca de 4,15 milhões de toneladas de papel e papelão, 800 mil toneladas de aço, 782 mil toneladas de plástico, 1,04 milhões de toneladas de vidro e 347 mil toneladas de alumínio; o que ainda é pouco, já que recicla cerca de R\$ 12 bilhões por ano, mas perde por falta de reciclagem outros R\$ 8 bilhões.

No tocante à quantidade, o país reciclou 5 milhões de toneladas em 2003, 7 milhões em 2008, o que representa 25% do total, o que nos deixa apreensivos o fato de cerca de 75% do que poderia retornar ao setor produtivo vai parar justamente nos lixões, o que se explica pelo fato de que dos 5.570 municípios brasileiros apenas 994 – 18% do total possuem coleta seletiva.

Segundo dados da reportagem, além da renda que já foi objeto de comentário anteriormente, seleciono alguns pontos importantes quanto a dados referentes à categoria:

- Em sua grande maioria (67%) os catadores são do sexo masculino, 20% analfabetos e apenas 11% possuem ensino médio completo; o que torna impeditivo a entrada da maioria deles no mercado formal de trabalho;
- A atividade de reciclagem está preferencialmente localizada em áreas urbanas e geralmente em cidade grandes e médias;

O Nordeste ostenta números bastante inferiores se comparados às regiões sul e sudeste e ao resto do Brasil, no tocante aos catadores e suas condições de vida e trabalho, tais como: renda, escolaridade, condições de vida e organização, o que fatalmente provocará sérias implicações negativas com respeito a mudanças sua realidade a partir da realidade local;

A realidade de reciclagem no mundo não difere em muito da do Brasil (acesse http://www.arerj.org.br/economico_indices.html) o que demonstra que o caminho a percorrer é longo e vai exigir enormes esforços de governos e sociedades para mudar não apenas a realidade dos catadores, mas a própria sustentabilidade econômica, social e ambiental do planeta e de seus habitantes.

Augusto Dornelas



23/07/2013

36. Plano de previdência privada individual arrecada R\$ 7,3 bilhões

Dados, de maio, são da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida. Carteira de investimentos do sistema alcançou R\$ 357,3 bilhões.

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/07/plano-de-previdencia-privada-individual-arrecada-r-73-bilhoes.html>

Você sabe o que é Previdência Complementar?

Não?

Então, vamos falar um pouco sobre isso!

Para iniciarmos a nossa conversa, gostaria de divulgar uma informação: para o cálculo do valor de seu benefício de aposentadoria são levadas em consideração algumas variáveis como idade, tempo e valor da contribuição e seu salário ao longo dos anos. Se você contribuir com o teto máximo de 10 salários verá que existe uma defasagem entre o que você contribuiu e quanto você efetivamente vai receber.

Existem dois tipos básicos de aposentadoria: por idade, onde mulheres poderão se aposentar com 60 anos de idade e homens com 65; para aposentar-se por tempo de contribuição, mulheres terão que ter contribuído por 30 anos e homens, 35. Consulte o sítio da Previdência Social (<http://www.previdencia.gov.br>) e pesquise sobre legislação, tipos de aposentadorias, cálculos, direitos, valores e demais informações.

Para o cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição serão levadas as 80% dos maiores salários de contribuição, corrigidos desde julho de 1994 até a data da solicitação, através da aplicação do fator previdenciário que se encontra abaixo descrito:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left[1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right]$$

Es = expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria

Tc = tempo de contribuição até o momento da aposentadoria

Id = idade no momento da aposentadoria

a = alíquota de contribuição correspondente a 0,31.fator previdenciário

Se sua contribuição foi através do teto máximo (R\$ 457,49) e atendendo a todas exigências legais receberá um benefício de R\$ 4.159,00; ou seja, vão levar em conta 80% das 228 contribuições (182), digamos no valor do teto de Julho de 1994 a julho de 2013. Só que ao invés de receber 10 salários mínimos num valor total de R\$ 6.780,00 você receberá cerca de 61% deste valor por conta do fator previdenciário (sobre o fator, acessar <http://www8.dataprev.gov.br/e-aps/servico/347>).

Dadas estas constatações e levando-se em consideração que quando nos aposentarmos continuaremos a demandas bens e serviços, viagens, saúde, diversão e tantas outras coisas que possam nos proporcionar bem estar e levando em consideração o achatamento salarial que se observa quando da sua aposentadoria pelo regime oficial descrito no parágrafo anterior, muitas pessoas estão optando a realização de contribuições para planos de

previdência complementar para manter o mesmo padrão de consumo, conforto e bem estar de quando estava “na ativa”; logo, para o cálculo do valor dos benefícios, é de fundamental importância o valor pago em termos de contribuição, quanto maior um o outro também.

Então, vamos descrever o que é um Plano de Previdência Complementar!

Trata-se de um modelo alternativo e opcional sob a forma de concessão de benefícios previdenciários, que proporciona ao adquirente benefícios complementares ao sistema previdenciário oficial e obrigatório, que poderá ser sob a forma de pecúlio (benefício que é pago por morte de um segurado em uma única parcela) ou renda vitalícia ou ainda por período determinado; lembrando que o quanto você receberá no futuro será o reflexo de quanto você contribuiu hoje e a periodicidade das contribuições será definida pelo contratante: mensal (em que você vai contribuir com uma fração do seu salário), anual (irá depositar integralmente seu 13º salário), ou por aporte único (quando o contribuinte deposita integralmente um grande valor decorrente de herança, ganho em loteria, venda de ativo de grande valor, etc), dentre outras.

Como a previdência oficial, a complementar, além do benefício-aposentadoria, o participante pode possuir proteção contra riscos de morte, acidentes, doenças, invalidez dentre outras garantias, além de oferecer – para quem recebe salários superiores ao teto máximo pago pela previdência oficial – uma alternativa de manter o mesmo nível de renda que possuía enquanto estava em plena atividade profissional. Este tipo de produto permite a definição de tempo e valor de contribuição e de recebimento dos benefícios de aposentadoria complementar.

No Brasil existem duas modalidades de previdência complementar: a aberta e a fechada; como fechada entenda-se o tipo de sistema previdenciário complementar coletivo sem fins lucrativos em que só participam indivíduos que participam de uma mesma

categoria funcional, tais como de funcionários públicos e de empresas públicas ou de participação mista como o PETRUS que é o fundo onde participam funcionários da Petrobras e empresas coligadas, como a Petrobras Distribuidora. Já o sistema aberto, qualquer pessoa pode contribuir para a formação de um fundo que irá administrar esses recursos com o objetivo de complementar a renda do participante a partir do término do período contratado para o pagamento das contribuições e estas podem ser por benefício definido ou por contribuição definida.

Já as entidades abertas de previdência complementar (que são fiscalizadas pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados) são instituições com fins lucrativos que administram planos individuais e coletivos de previdência. Neste tipo de sistema previdenciário, qualquer indivíduo pode aderir sem a necessidade de manutenção de vínculo associativo ou empregatício. Estes tipos de planos são administrados por bancos e entidades seguradoras e são ofertados em duas modalidades:

- **PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre):** neste tipo de plano a acumulação de contribuições tem por objetivo sua transformação em uma renda futura. Nesta modalidade, os aportes de contribuições periódicas realizados serão aplicados em Fundo de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos Especialmente Construídos (FIC) que proporcionará ganhos de capital sob a forma de juros durante o tempo contratado pelo cliente para duração do plano e ao final do período contratado poderá receber todo o montante em uma única parcela ou em parcelas mensais. Esta opção de plano é mais vantajosa para aquelas pessoas que declaram imposto de renda através do formulário completo, uma vez que possibilita a dedução em um limite

de até 12% da renda bruta anual (Lei nº 9.532/97), desde que também contribua também para a Previdência Social.

- VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre): se configura no seguro de vida que garante cobertura como um plano de previdência. Os aportes realizados serão aplicados da mesma forma que no caso do PBGL. A principal diferença entre os dois tipos de planos está no tratamento fiscal adotado para cada uma das modalidades; enquanto no PBGL há a incidência de IR tanto sobre o total resgatado ou recebido como renda, no VGBL a tributação incidirá apenas sobre os ganhos provenientes das aplicações financeiras. Este tipo de plano é indicado para aquelas pessoas que fazem declaração simplificada de IR ou cujos rendimentos não são tributados na fonte, como no caso dos autônomos.

Taxas cobradas sobre as modalidades de planos:

- Taxa de administração financeira é cobrada anualmente.
- Taxa de carregamento, incidente sobre cada contribuição e seu valor vai depender do tipo de plano escolhido.

Tributação:

Existem duas opções de tributação:

- IR com Ajuste na Declaração Anual: será retida na fonte a taxa única de 15% sobre qualquer resgate.
- IR Definitivo com Alíquota Regressiva: neste caso, a porcentagem do imposto retido na fonte no momento do

resgate ou do recebimento de benefícios está relacionado com o tempo de contribuição.

Para maiores detalhes quanto a modalidades de tributação acessar: http://www.brasilprev.com.br/institucional/entenda/ap_previdencia_c_ot.asp

Se deseja saber mais detalhes, procure o banco de sua confiança e solicite maiores informações, além de consultar os endereços da Previdência Oficial e da Susep para certificar-se que está realizando negócio com uma instituição autorizada e fiscalizada e que, portanto, pode lhe oferecer maior segurança.

Espero que tenha lhe ajudado.

Um abraço,

Augusto Dornelas



09/10/13

37. Copom sobe juros para 9,5% ao ano na quinta elevação seguida

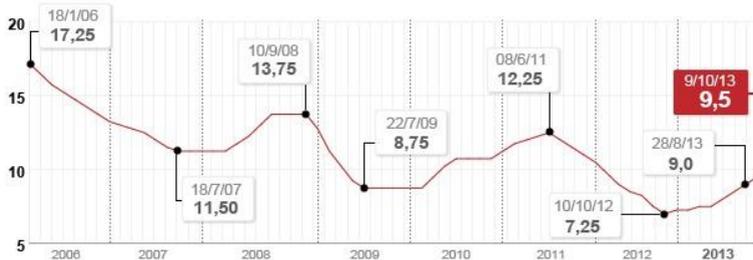
Taxa vem subindo desde abril e chega ao maior patamar em um ano e meio. Com decisão, Brasil volta à liderança do ranking mundial de juros reais

Alexandro Martello

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central subiu nesta quarta-feira (9) a taxa básica de juros da economia de 9% para 9,5% ao ano - uma alta de 0,5 ponto percentual - confirmando assim a expectativa da maior parte dos economistas do mercado financeiro.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



G1.com.br

Fonte: Banco Central do Brasil
Infográfico elaborado em 9/10/2013

Leia mais acessando:

<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/10/copom-sobe-juros-para-95-ao-ano-na-quinta-elevacao-seguida.html>

Meus Comentários:

A ideologia do liberalismo econômico - que começou a mostrar seus primeiros sinais de vida com Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações*, e é preconizada como a primeira página da literatura econômica - alardeia aos quatro cantos do mundo alguns preceitos básicos que a grande maioria dos países deve seguir, a menos que queira ficar escanteado e ser olhado com olhos não muito complacentes pelas economias e governos dos países centrais.

Os tais dos preceitos básicos ou, como os comentaristas midiáticos costumam denominar de “fundamentos macroeconômicos” são de simples entendimento, porém, de não tão fácil execução pelas diferentes economias nacionais que participam do intrincado jogo de comércio e negócios praticados pelos principais países integrantes do cenário econômico global.

Podemos relacionar alguns pontos que os países devem buscar incessantemente com o objetivo de atender aos reclamos do (neo)liberalismo econômico mundial:

- 1) Segurança, garantia e respeito ao direito universal à propriedade privada, principalmente ao que se refere aos meios de produção;
- 2) Teoria do Estado mínimo concentrado em atividades públicas próprias, tais como saúde, educação e segurança e estabelecimento da democracia representativa aos moldes ocidentais, onde o Estado seja o promotor e reproduzidor das condições objetivas e subjetivas de produção capitalista;
- 3) Laissez faire, que traduzindo significa deixa fazer, livre mercado, onde a chamada livre iniciativa privada deve ser

onipotente mesmo fazendo com que a sociedade incorra em um nível de risco mais elevado do que ela está disposta e é capaz de suportar.

- 4) Globalização com livre mobilidade de capitais (físico e financeiro), de bens e serviços, de trabalho, de ciência e tecnologia (principalmente entre as economias centrais) e informação, o que quer dizer que os governos devem respeitar a autonomia dos fluxos concretos e abstratos independentemente de conceitos que preconizam a soberania das nações.
- 5) Adoção do câmbio flutuante, ou seja, as cotações cambiais devem atender apenas às leis de demanda e oferta cambiais, independentemente da conjuntura que se apresente momentaneamente desequilibrada, pois, a “mão invisível” de Adam Smith e as forças supremas do mercado certamente irão conduzi-la de forma natural e espontânea a uma nova condição de equilíbrio.
- 6) Redução sistemática do déficit público e sua transformação em superávit para o bem do Estado e do mercado.
- 7) Flexibilização das leis trabalhistas; confesso que quando escuto estas palavras sinto uma forte relação com a eliminação de conquistas – no meu ponto de vista – inalienáveis para o fator trabalho, tais como: férias e repouso remunerado, 13º salário, FGTS, registro funcional em carteira (CTPS), indenizações trabalhistas, dentre tantas outras garantias asseguradas pela Constituição da República brasileira e pelas leis magnas de diferentes países mundo a fora.
- 8) Livre comércio, ou “abertura dos portos às nações amigas” tal como fez D João VI nos idos de 1808 e Collor em 1990; mas, diga-se de passagem, que este tipo de receituário serve apenas para as nações pobres e em desenvolvimento, porque as economias dos países centrais se recusam a abrir seus portos e são contra a “concorrência predatória” dos países periféricos que colocam em xeque o estado de bem estar das

nações ricas com seus “produtos baratos produzidos com mão-de-obra-semi-escrava”.

- 9) Controle sistemático e incessante da inflação, com administração ferrenha da taxa de juros, mesmo que resulte em esmagamento das variáveis consumo e investimento privado e crescimento vertiginoso do endividamento público. Sabe aquela teoria médica que diz que “o paciente está em coma, mas está bem, com todos os sinais vitais reagindo de maneira satisfatória”?
- 10) Privatização - ou doação velada - do patrimônio público construído com o esforço e o sacrifício da nação; pois, “só a iniciativa privada sabe alocar, administrar, produzir e distribuir com eficiência e otimizando o bem estar para a maioria esmagadora da população”.

Como você vê, são muitos os argumentos e preceitos para garantir o “status quo” que garanta as condições sociais de produção e distribuição baseada na livre iniciativa privada e no mecanismo de preços como a única forma de garantir uma alocação eficiente de recursos, uma produção maximizada e uma distribuição justa e equânime dos resultados do esforço social de produção.

Mas, o que toda essa conversa tem a ver com o tema da reportagem em questão?

Eu lhe asseguro que tudo!

A reportagem se refere a um dos instrumentos de Política Monetária que as autoridades governamentais têm a seu dispor para debelar índices inflacionários que, segundo o sistema de metas de inflação adotado pelo Brasil, não podem ultrapassar 6,5% ao ano, “para que não venha a comprometer a estabilidade econômico-financeira” conquistada a quase 20 anos pela sociedade brasileira com a concretização do Plano Real.

Passamos boa parte da década de '70, anos '80 e mais da metade dos anos '90 mergulhados numa espiral inflacionária que prejudicava o sistema produtivo, as contas governamentais e

principalmente a renda de quem vivia de salários, e que este tipo de lembranças traumáticas arremete a sociedade a repudiar qualquer sinal de retorno a situações de descontrole inflacionário.

Mas, daí a concentrar todas as ações monetárias governamentais no intuito de manter os índices de inflação dentro de patamares de certa forma rígidos, mesmo que a custo de um desaquecimento substancial da demanda efetiva – consumo e investimento privados – como também da demanda agregada, com queda dos níveis de exportações e deterioração dos saldos da balança comercial em virtude da crise econômica que assola principalmente o mundo ocidental desde 2008 pode ser não muito prudente, a menos que se queira importar – também – as condições objetivas e subjetivas que alicerçam o momento de recessão econômica que permeia “democraticamente” nações dos diferentes continentes independentemente da pujança de suas economias nacionais.

Dentro de uma ótica estruturalista e desenvolvimentista podemos questionar o fato de que inflação de qualquer magnitude é necessariamente prejudicial ao crescimento da riqueza nacional e que vem a deteriorar as relações saudáveis entre agentes econômicos, a consecução de um crescimento equilibrado e uma economia estabilizada.

Desde a década de '80 os teóricos que apregoam o (utópico) livre mercado – em breve produzirei mais um comentário sobre esse assunto - conseguiram a adesão do resto do mundo numa defesa extremada de que apenas com a manutenção de índices de inflação muito baixos (1 a 3%) a qualquer custo, como sugerido pelo economista-chefe do FMI no período de 1994 a 2001, Stanley Fischer, estaremos livres do “fantasmagórico fantasma da inflação galopante”.

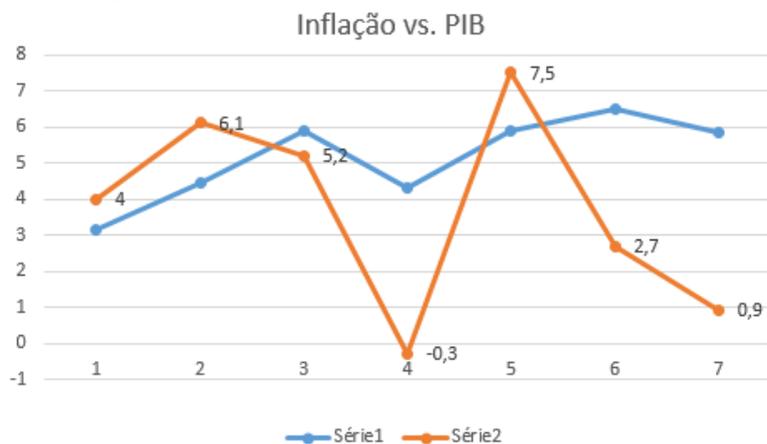
Segundo estudos desenvolvidos por importantes centros e organizações de pesquisa econômica e consideráveis instituições multilaterais mundiais de que, não existem evidências de que inflação em níveis baixos prejudiquem o equilíbrio da economia;

estudos e pesquisas promovidos por instituições como a Universidade de Chicago e o Fundo Monetário Internacional (FMI) atestam que se as taxas de inflação se concentram entre 8 e 10% ao ano, não existem evidências negativas sobre a taxa de crescimento econômico observadas. Robert Barro – importante economista e defensor do livre mercado atesta que inflação moderada entre 10% e 20% tem um efeito negativo baixo sobre a taxa crescimento econômico (Inflation and growth, Review of Federal Reserve Bank of St Louis, 1996, vol. 78, nº 3); já Michael Sarel, economista do FMI, a partir de estudos realizados sobre o impacto da inflação sobre variáveis como crescimento, defende que existe um relacionamento positivo entre inflação abaixo de 8% e crescimento econômico (Nom-linear effects of inflation on economic growth, IMF Staff Papers, 1996, vol. 43, março.).

A partir das argumentações e explanações que realizei até aqui, enveredei a tentar verificar empiricamente se existe evidências do que foi defendido pelos economistas Barro e Sarel, a partir dos índices de inflação medidos pelo IPCA e das taxas de crescimento do PIB brasileiro no período sugerido pela reportagem, ou seja, entre 2006 e 2012, o que resultou na seguinte tabela:

	A	B	C
1	Ano	Inflação (IPCA)	PIB ($\Delta\%$)
2	2006	3,14	4
3	2007	4,46	6,1
4	2008	5,9	5,2
5	2009	4,31	-0,3
6	2010	5,91	7,5
7	2011	6,5	2,7
8	2012	5,83	0,9

Transformando os dados da tabela em um gráfico obteremos:



Empiricamente notamos que não há correlação entre as taxas de inflação apresentadas e as correspondentes taxas anuais de crescimento do PIB brasileiro; como não fiquei satisfeito apenas com a análise gráfica, tratei de calcular o valor da correlação entre as variáveis componentes da tabela. O resultado obtido de correlação entre variáveis foi de 0,091899659.

O termo correlação significa relação em dois sentidos e é bastante utilizado em Estatística para medir a intensidade da força que mantém unidos dois conjuntos de valores e a partir do valor obtido com base no conjunto de dados constantes da tabela, obtivemos um resultado de que existe uma correlação positiva fraca, o que corrobora os resultados obtidos pelos estudos de Barro e Sarel e confirma a inexistência de fortes argumentos que atestem que as medidas tomadas de majoração da taxa Selic para conter a inflação dentro de patamares pequenos sejam benéficas para o conjunto da economia, e mesmo tendo como consequências o desaquecimento da economia em níveis preocupantes e que a queda nos níveis de consumo e investimento não é condizente com os objetivos de

aceleração do crescimento, alavancagem do desenvolvimento e promoção do bem estar social.

Uma das causas da inflação é o excesso de pressão da demanda sobre a oferta (inflação de demanda) o que faz com que o mecanismo de preços reaja de forma a aumentar seus patamares e racionar o quantitativo de produtos e serviços entre demandantes potenciais que estejam dispostos a pagar mais pelo mesma quantidade de produtos, quando estamos bem próximos de uma situação de pleno emprego de recursos.

Acredito que ao invés de ficar mantendo artificialmente a demanda dentro de níveis escorchantes para “domar” a inflação nos níveis definidos pelo sistema de metas governamental, é mais prudente continuar incentivando o investimento público e privado como forma de garantir não apenas o consumo das famílias e os níveis de investimento público e privado necessários à consecução do crescimento econômico em magnitudes compatíveis com as necessidades brasileiras, que certamente é o objetivo primordial a ser seguido pelas autoridades monetárias e fiscais do Estado promotor do desenvolvimento e do bem estar social.

Augusto Dornelas

38. Aposentadoria: Brasil terá que diminuir benefício para se sustentar no futuro - InfoMoney

Veja mais em:

<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/aposentadoria/noticia/3022772>

Meus Comentários:

Não apenas no espaço territorial delimitado por nossas fronteiras, mas até mesmo nos encontros do G-20 nos gelados Alpes Suíços, se comenta e receita a famigerada “flexibilização das leis trabalhistas” que tem dentre seus nobres objetivos a capacidade de acabar com todos os problemas enfrentados pela nação brasileira, até mesmo os de pequena monta como uma simples dor-de-barriga.

No cerne da implantação do projeto de flexibilização das leis trabalhistas estão alguns nobres e celestiais argumentos que visam – às custas do fator trabalho – manter o status quo do capital e do Estado; ou seja, deve-se manter a rentabilidade e a arrecadação das empresas e do governo em detrimento de conquistas seculares alcançadas pelo fator trabalho ao longo de décadas.

Temos três agentes econômicos envolvidos no imbróglio: o capital, o trabalho e o Estado; cada qual, logicamente, buscando manter suas rendas, mesmo às custas da desgraça dos outros, isso é que é amar ao próximo como a si mesmo!

A elite empresarial nacional – que é uma parcela mínima da classe patronal, posto que a grande maioria ainda não chegou à condição nem mesmo de senhores feudais ou de oligarcas modernos – por um lado, não tem objetivos de reduzir margens de lucro que poderiam oferecer decréscimos razoáveis no preço de venda, o que viria a beneficiar no confronto com a concorrência com os produtos importados, como também investir em ciência,

desenvolvimento, tecnologia e boas dosagens de empreendedorismo e inovação, o conseqüentemente proporcionaria a abertura de novos mercados internacionais a vários outros produtos com a marca *Made in Brasil*.

Por outro lado, o Estado brasileiro que não intenta em reduzir significativamente sua arrecadação; pois suas generosas tetas servem para alimentar um contingente expressivo da população nacional: funcionários, agregados, políticos e a máquina estatal, empresários, disponibilização de serviços públicos para todos, previdência e saúde universal, financiamento à produção agrícola, industrial e de serviços, isenções fiscais, estímulos às exportações... São sem sombra de dúvidas muitas bocas para alimentar e uma forma de manter-se capaz de realizar as suas “funções constitucionais” é através da manutenção de uma farta arrecadação.

Na outra ponta do triângulo estão eles, os marajás, os dispendiosos, os temidos, os custosos trabalhadores e aposentados (ou vagabundos, como definiu FHC). Os verdadeiros responsáveis pelo custo Brasil devido aos seus altíssimos patamares salariais e de benefícios. Contra esses, a mudança nas leis que provocaria a bonança econômica e previdenciária no meu Brasil varonil.

Certamente que fatores como o aumento na expectativa de vida para homens e mulheres, crescimento da população idosa, longevidade e índices de natalidade têm impactos importantes no equilíbrio das contas previdenciárias no Brasil.

Mas existem outros elementos tanto ou mais importantes que os mencionados no parágrafo anterior, que normalmente são negligenciados em reportagens que abordam o assunto, além de motivos óbvios como o do Economista-chefe da Allianz que é o de vender planos de previdência complementar. Eu particularmente prefiro me solidarizar com a análise realizada pelo Prof. André Portela da FGV que dá uma abordagem macroeconômica para o problema, indicando a promoção de crescimento econômico, investimentos em infraestrutura e elevação dos níveis de utilização

de mão-de-obra empregada como elementos importantes que provocarão aumento da arrecadação previdenciária e consequentemente a promoção de uma política saudável de previdência pública no Brasil e fazer por onde mudar a estatística revelada pelo pesquisador do IPEA – Marcelo Caetano – de que a renda per capita não acompanha o ritmo do avanço da idade da população.

Mas, o que significa a tal “flexibilização das leis trabalhistas”?

No ano em que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) completou 70 anos a CNI (Confederação Nacional da Indústria) publica documento que sugere a alteração em 101 pontos da CLT para garantir a manutenção dos direitos do empresariado, que segundo o professor de Sociologia do Trabalho da Unicamp, Ricardo Antunes, “flexibilizar os direitos é uma forma branda de dizer que os direitos estão sendo subtraídos”, que, diga-se de passagem é o objetivo mor do capital financeiro e industrial em escala global que visa reduzir custos e preços em detrimento dos salários.

Abaixo citamos alguns desses “mimos” para a classe de trabalhadores:

- “Simplificação” de critérios relativos à contratação e demissão de trabalhadores;
- Terceirização;
- Informalização da classe trabalhadora;
- Fim do contrato de trabalho e carteira de trabalho;
- Destruição dos direitos do trabalho;
- Cassação dos direitos a férias remuneradas, FGTS, 13º salário e repouso semanal remunerado;

- Dentre outros.

Alguns países e organismos multilaterais vem se arvorando no direito de comentar e sugerir sobre aspectos internos à soberania brasileira; o que na minha modesta opinião se eles gostariam de realmente contribuir com o bem estar público e financeiro dos países, tomassem providências para dirimir o estado falimentar no qual se encontram a Europa, Ásia e a América do Norte como resultado de uma crise econômica construída na principal das economias centrais: o Estado Americano.

Agora, será que o problema previdenciário brasileiro reside nos “estratosféricos salários, pensões e aposentadorias” pagos no Brasil e que provocam os grandes rombos anuais na previdência?

Certamente que não!

Vejamos algumas constatações que não são veiculadas pela grande mídia:

- Desvios fraudulentos na Previdência Pública;
- Funcionários públicos recebem salários integrais na aposentadoria apesar de contribuírem nos mesmos patamares dos trabalhadores da iniciativa privada que têm seus tetos de aposentadoria achatados pelo redutor previdenciário (vide outro comentário meu sobre o assunto).
- 40% dos beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Previdência Pública (INSS) nunca contribuíram com os mesmos.
- Utilização de recursos arrecadados pela Previdência para outros fins;
- Malversação de recursos da Previdência pública...

Vocês mesmos podem listar tantos outros fatores que contribuem para o déficit previdenciário que atingiu R\$ 42,3 bilhões em 2012 e para cobri-lo foram necessários aportes financeiros do Tesouro Nacional; mas, até quando?

Para resolver estes e tantos outros problemas sociais e econômicos no Brasil, deveríamos nos preocupar com elementos de ordem estrutural e macroeconômica que possibilitassem a melhoria das condições sociais, produtivas e empresariais, salariais e previdenciárias da nação brasileira tais como:

- Educação de qualidade dos diferentes níveis de ensino: básico, técnico, profissional e superior, tanto a nível público quanto privado;
- Elevação de investimentos públicos e privados em infraestrutura, pesquisa, inovação, produção, distribuição e comercialização;
- Criar incentivos à oficialização dos trabalhadores e empresas que vivem na informalidade;
- Tornar obrigatório para todos – com raríssimas exceções – a contribuição previdenciária oficial para quem dela quer se beneficiar;
- Desenvolvimento de controles qualitativos e quantitativos aos recursos arrecadados e concedidos pela previdência;
- Unificação de benefícios públicos e privados quanto a contribuições e patamares de benefícios;
- Dentre outros.

Portanto, pessoal, não fiquemos parados diante de tão grave ameaça a nossos direitos e ao nosso bem estar atual e futuro.

E lembre-se: quando ouvir as palavras “flexibilização das leis trabalhistas” é do seu bolso e dos seus direitos que eles estão falando.

Um abraço,

Augusto Dornelas

39. Elasticidade-Preço da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada de um bem dado uma variação percentual no preço deste bem.

Para cálculo de elasticidade, precisamos primeiramente de uma série histórica de dados. São necessários ao menos 2 períodos, mas quanto maior o número de dados, mais apurado poderá ser o cálculo, principalmente se utilizar técnicas econométricas.

Leia mais acessando:

<http://www.informeeconomico.com.br/conceitos/elasticidade-preco-da-demanda/>

Você já ouviu falar em Elasticidade-preço da Demanda? Ou simplesmente Elasticidade?

Não?

Então vamos conversar um pouco.

Comumente início uma aula de Economia envolvendo Elasticidades indagando os alunos com a seguinte pergunta: você reage da mesma forma a aumentos de preços de produtos diferentes?

Normalmente a resposta é não!

Prossigo perguntando porquê? As respostas vêm confusas e pouco convincentes; mas, continuo instigando e realizando perguntas mais diretas:

- Se o preço do gás de cozinha aumentar 10% você diminuirá a quantidade demandada em mais, menos ou igual a 10%?

- E se a variação se desse com o preço da pizza?

As respostas começam a ser mais realistas e se direcionando para formulações teóricas mais sofisticadas, como:

- “Eu não diminuo a quantidade de gás de cozinha por que não tenho outras alternativas...”

E quanto à pizza?

“Ah, quanto a esta eu tenho outras alternativas para me alimentar...”

Pergunto: mas porquê neste segundo caso você tem de reduzir ou até mesmo deixar de consumir se gosta de pizza?

- Por causa da “grana”, respondem!

Começo a sentir o amadurecimento das respostas e uma boa oportunidade de introduzir o conceito de Elasticidade-preço da Demanda que está relacionado com o grau de sensibilidade da demanda em resposta a uma variação no preço de determinado bem.

E é exatamente isso que vou fazer a partir de agora!

O conceito de Elasticidade-preço da Demanda se refere ao resultado do quociente entre a variação percentual entre a quantidade demandada de um bem e a variação percentual verificada no preço deste mesmo bem. Esta medida vai revelar quão sensível é a

demanda relativamente a variações nos preços dos bens e serviços disponíveis no mercado.

Utilizando aritmética simples podemos calcular o valor da Elasticidade da seguinte forma:

$$e = \frac{\Delta q}{\Delta p} = \frac{p_0}{q_0} \cdot \frac{q_1 - q_0}{p_1 - p_0}$$

Onde (p_0, q_0) é o par preço-quantidade inicial e (p_1, q_1) é o par preço-quantidade final e tomaremos, para efeito de interpretação, apenas o valor da Elasticidade em módulo, ou seja, seu valor absoluto e positivo.

Vejam os um exemplo:

Uma família consumia 6 kg de determinado tipo de carne semanalmente quando o preço no supermercado de sua preferência era de R\$ 15,00. Quando o preço passou para R\$ 18,00 reduziu a quantidade consumida para 4,2 Kg. Dada a sua renda (hipótese *Coeteris Paribus* estudado na disciplina de Economia que quer dizer, tudo o mais constante) é natural que esta família tenha reduzido o consumo deste bem, uma vez que se continuasse a consumir a mesma quantidade teria de sacrificar quantidades de outros que fazem parte de seus hábitos de consumo.

Utilizando-nos da fórmula fornecida acima e utilizando os pares de preço-consumo (15,00; 6) e (18,00; 4,2) e que as variações percentuais no preço e na quantidade foram, respectivamente, de 20% e 30% obteremos como resultado $e = 1,5$. Podemos interpretar o resultado obtido da seguinte forma: Em resposta a um aumento de 20% no preço da carne, a família reduziu seu consumo em $1,5 \times 0,2 = 0,3 = 30\%$; o que denota que trata-se de um bem elástico, conceito este que introduziremos a seguir.

Temos basicamente três conjuntos ou classes de bens quando estamos nos referindo a Elasticidade:

1. Elásticos: aqueles cuja resposta de redução percentual na quantidade é superior à variação promovida nos preços; ou seja, $\Delta q = \Delta p$; ou $e > 1$;
2. De elasticidade unitária: quando a variação dada nos preços ocasionou a mesma variação percentual de redução nas quantidades consumidas, ou: $\Delta q = \Delta p$; ou $e = 1$;
3. Inelásticos: aqueles bens cuja variação percentual na quantidade consumida é menor do que a verificada nos preços; ou em alguns casos é até imperceptível ou inexistente; o que poderia ser simbolizado por: $\Delta q < \Delta p$; ou $0 < e < 1$.

Alguns fatores contribuem para o valor da Elasticidade dos bens:

- Disponibilidade de bens substitutos: quanto maior a quantidade de produtos semelhantes ou de propriedades e características semelhantes um bem tiver maior será facilidade em substituí-lo em resposta a uma variação nos preços e , portanto, maior será a sua elasticidade; por exemplo pizzas compradas prontas.
- Essencialidade do bem: quanto maior for a essencialidade do bem ou quanto maior for a saturação com relação a seu consumo menor será a sua elasticidade; por exemplo a água potável.
- Importância relativa a participação na cultura alimentar – por exemplo – do bem; como é o caso do pão e do feijão na cultura alimentar nordestina
- Grau de importância do bem na composição da cesta de bens que será efetivada de acordo com seu orçamento: quanto

maior a participação percentual no bem no total de gastos da família, a tendência é de que tenha uma grande elasticidade; por exemplo o aluguel domiciliar: quanto maior a sua importância percentual relativamente à renda da família é natural que se busque alternativas que lhes proporcionem menores custos.

- Horizonte temporal: quanto maior for o período considerado com respeito ao consumo de um determinado bem, maiores serão as possibilidades de encontrar substitutos e conseqüentemente maior será o valor da Elasticidade.

Em minhas aulas de Economia pergunto sempre aos alunos: “se tomarmos por referência um supermercado como o Bompreço cuja entrada fica à direita e a disposição das gôndolas é no sentido direita-esquerda, a elasticidade aumenta ou diminui à medida que adentramos no supermercado?

Ao que eles respondem: diminui! Entende porquê?

Devido ao fato dos itens de primeira necessidade estarem situados nas últimas gôndolas e das últimos corredores.

Comumente podemos verificar determinadas ocorrências quanto ao comportamento dos preços dos bens com relação às suas respectivas Elasticidades, a citar:

- As quantidades demandadas de bens inelásticos não sofrem mudanças significativas em resposta a aumento de preços ou de impostos que também tem o poder de elevar os preços dos bens, devido à essencialidade ou inexistência de substitutos próximos dos bens tais como produtos alimentícios regionais, remédios, cigarros, combustíveis para automóveis, gás de cozinha, dentre outros.
- Devido à constância de nossas rendas ou salários nominais estamos realizando a todo momento um exercício complexo

de escolhas para que as nossas cestas de consumo nos propicie o máximo possível de utilidade e isto tem a ver com o conceito de elasticidade.

- Em períodos de altos índices de inflação – como os que vivemos com eles no passado – dada a deterioração real de nossas rendas, tínhamos a tendência de consumirmos apenas itens de baixa elasticidade, com o governo taxando os chamados “supérfluos” com altas cargas tributárias.
- Existe uma maior rigidez de preços dos bens elásticos devido a possuírem um maior nível de concorrentes ou substitutos próximos.
- É dado aos bens elásticos uma maior visibilidade nas empresas comercializadoras para lhe “tentar” a adquiri-los, uma vez que a “lista dos bens elásticos” já está em suas mãos.
- Normalmente os vendedores não financiam bens inelásticos; mas estão dispostos a parcelar o pagamento dos bens elásticos, veja no caso dos supermercados que parcelam tudo que não seja item de alimentação.

Espero que tenha lhe ajudado em desmistificar mais esse conceito econômico.

Um abraço,

Augusto Dornelas

40. Taxas de Juros de Operações de Crédito – Banco Central do Brasil

Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>

Meus Comentários:

Está chegando o Natal!

O menino, Jesus, a manjedoura, os animais em torno do Cristo, Maria, José e os Reis Magos, é realmente lindo!

As famílias trocando presentes e afagos, desejos mil de que tudo traga sorte e saúde para todos em 2014.

Muita comida e bebida pra encher a “pança” sua e dos outros, declarações de amor e amizade eternos, a musiquinha tocando ao fundo: “blim-blão-blim-blãoooo, bate o sino na matriz....” e até mesmo em inglês (pra não abandonar de vez a nossa condição periférica e de dependência da metrópole): “jingle bells, lá, lá, lá lá, lá, ...” é muito lindo e dá vontade de chorar; diga a verdade, não dá?

Pintura na casa, troca de carro, presentes e mais presentes, férias – as tão sonhadas férias nos States, na Disneylândia e Orlando, compra de “mimos” pros amigos deixados nas terras de além mar, camisetas onde se vê inscrito “I LOVE NEW YORK” (made in China) e tantos outros presentinhos pra aqueles a quem tanto se ama e se pretende matar de inveja após postar as fotos no Facebook!

Não se deu conta que em janeiro, além dos gastos mensais normais têm ainda alguns “mimos” patrocinados pelo poder público e pelo modelo de livre concorrência (sic) tão defendido pelos sectários do Liberalismo Econômico e pelo nosso consumo de serviços públicos (sejamos justos) e privados, tais como: matrículas, uniformes, livros, cadernos, ..., escolares; IPVA e Seguro

Obrigatório, seguro do automóvel, IPTU, revisões periódicas do carro e troca de pneus, óleos, ..., o “torra-torra” das férias, depois vem o carnaval, as festinhas, o São João e não para mais, tudo é festa no país do hedonismo.

Restituição do imposto de renda, 13º, 1/3 das férias, tudo concorre pra alimentar a gastança desenfreada; mas, CUIDADO!

Você não está esquecendo de alguma coisa?

Que coisa? As dívidas que você não pagou ainda e quer arrumar outras?

Até quando você vai se permitir a viver e conviver no eterno “vermelho”?

Que tara mais sem graça e cara!

Deveria destinar esta grana extra que está entrando para quitar dívidas caras, que cobram taxas de juros extremamente maiores que o rendimento que você tem na caderneta de poupança que é de 0,5%am.

Tive um trabalhinho extra pra calcular algumas taxas de juros médias que estão sendo cobradas no mercado pra lhe ajudar e te digo, é uma verdadeira festa pros credores...

Vejam algumas delas:

Taxas médias pré-fixadas para pessoa física:

- Aquisição de outros bens: 3,474%am ou 50,65%aa

Mínima: 0,06%am do Banco Volvo Brasil S/A

Máxima: 7,96%am do Banco Rendimento S/A

- Aquisição de veículos: 1,905%am ou 25,41%aa

Mínima: 0,72%am do Banco BMW Financeira S/A

Máxima: 3,69% do Banco Santana S/A

- Cheque especial: 5,693%am ou 94,34%aa

Mínima: 1,71%am do Banco Indusval S/A

Máxima: 10,34%am do Banco Santander S/A

- Crédito consignado privado: 2,448%am ou 33,67%aa

Mínima: 0,09%am do Banco BMG S/A

Máxima: 6,58%am da Biorc Financeira S/A

- Crédito consignado INSS: 1,992%am ou 26,70%aa

Mínima: 1,62%am do Banco Fibra S/A

Máxima: 2,25%am do Banco Gerador S/A

- Crédito consignado público: 2,154%am ou 29,14%aa

Mínima: 1,45%am do Banco Alfa S/A

Máxima: 6,25%am do Banco Facta S/A

- Crédito pessoal não consignado: 6,572%am ou 114,64%aa

Mínima: 1,43%am do Banco Rodobens S/A

Máxima: 22,01%am do Banco Daycoval S/A

Vejamos o que elas representam:

- 1) Aquisição de outros bens: Se você comprar uma geladeira em 12 meses estará pagando mais meia geladeira só de juros;

- 2) Aquisição de veículos: de cada R\$ 100,00 que você está pagando anualmente de um carro, R\$ 25,00 se referem a juros;
- 3) Cheque especial: está devendo R\$ 1.000,00 no cheque-especial em um ano vai pagar outros R\$ 1.000,00 só de juro;
- 4) Crédito consignado privado: R\$ 1,00 de cada R\$ 3,00 tomados em empréstimo vai pra conta de juros;
- 5) Crédito pessoal não consignado: se tomou R\$ 10.000,00 emprestados vai pagar R\$ 11.464,33 só de juros em um ano.

Para consultar as taxas médias cobradas pelo seu banco acesse:

<http://www.bcb.gov.br/pt-br/sfn/infopban/txcred/txjuros/Paginas/default.aspx>

E se for o caso: TROQUE DE BANCO!

Como você pode ter constatado, as taxas referentes a empréstimos pessoais e de cheque especial são as maiores cobradas no mercado, juntamente com as do cartão de crédito – que não são informados pelo Banco Central, mas que ficam nos mesmos patamares cobrados no cheque especial.

Portanto, antes de sair por aí “tocando fogo” em dinheiro, leve em consideração que dinheiro não foi feito para tocarmos fogo nele e sim para consumirmos bens necessários para nosso uso pessoal, pouparmos parte de nossa renda e para investirmos em investimentos frutíferos.

E não se esqueça: com dinheiro não se brinca!
Juízo e boa sorte!

Augusto Dornelas

Bom dia Pernambuco, 14/11/13

41. “Especialista ensina como planejar compras de material escolar”

Disponível em:

<http://g1.globo.com/videos/pernambuco/bom-dia-pe/t/edicoes/v/livraria-esperam-vendas-de-material-escolar-30-maiores-em-2014/2954562/>

Meus Comentários:

A compra antecipada de material escolar pode trazer grandes benefícios financeiros para você e sua família.

Pesquisas de preços, formas de pagamento, compras em grupos, dentre outras ações podem fazer com seu dinheiro renda mais na hora de adquirir os itens disponibilizados nas listas de material escolar que os colégios já estão disponibilizando para os pais.

Vejamos algumas dicas importantes pra você economizar:

- 1) A antecipação permite uma compra a preços mais baixos; o que já garante uma boa economia;
- 2) Compare as listas de material deste ano e do ano anterior para ver se não houve acréscimos significativos de itens ou, até mesmo se não houve a inclusão de itens que são proibidos de pertencerem às listas (consultar PROCON);
- 3) Pesquisar em estabelecimentos diferentes pode trazer ganhos significativos;
- 4) Normalmente produtos “de marca” vêm acompanhados de preços mais altos; fuja disso!

- 5) Qualidade e preço não devem ser – necessariamente – conflitantes; pondere sempre;
- 6) A presença dos filhos pode significar um momento importante para ensinar conceitos saudáveis de Educação Financeira, tais como: preço e qualidade, bens substitutos, orçamento, diferença entre necessitar e querer, formas de pagamento, dentre outros;
- 7) A forma de pagamento também pode influenciar no custo total: crie hábitos de poupar o que pretende gastar com estes e outros gastos, negocie e pechinche, avalie sobre a melhor forma de pagar, à vista ou a prazo, no crédito ou no débito;
- 8) Comprar em grupo de pais pode representar menores custos, preços menores, maiores possibilidades de desconto, parcelamento, retirada de juros;
- 9) Exija sempre a nota fiscal, ela é a garantia se houver necessidades de trocas futuras e o recolhimento dos tributos para o Estado;
- 10) Cuide bem de seu dinheiro, sua saúde financeira agradece!

Augusto Dornelas

Do UOL, em São Paulo

25/09/2012

42. Psicanalista mostra como fugir das emoções que ameaçam seu bolso

Leia mais acessando:

<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/25/psicanalista-mostra-como-fugir-das-emocoes-que-ameacam-seu-bolso.jhtm>

“Adquirir conhecimento técnico, mas não levar em conta o peso das emoções nas decisões financeiras. Este é, para a psicanalista Márcia Tolotti, um dos maiores erros cometidos por quem quer se relacionar bem com o dinheiro...”

Meus Comentários:

Podemos conceituar a demanda ou a procura como a quantidade que os consumidores estão dispostos e aptos a adquirir de um determinado bem ou serviço num dado espaço temporal.

A demanda de um bem sofre influência de um conjunto de variáveis, tais como:

- A distribuição da renda e da riqueza entre os habitantes de uma determinada região onde se concentra o mercado potencial do bem ou serviço; pois, quão mais concentrada for a renda em um determinado país menor será a demanda pela maioria dos bens e serviços produzidos e comercializados em uma economia.

- Status ou condição social: certamente que a classe social à qual pertença um determinado número de consumidores exercerá forte influência sob os hábitos de consumo de bens e serviços associados a determinada classe; tais como vestuários, locais de frequência e matrículas escolares, por exemplo.
- Preço dos bens substitutos, que são aqueles que exercem, basicamente, a mesma função em termos de consumo e satisfação para o consumidor; o que quer dizer que, em resposta ao aumento de um deles, o consumidor aumenta a demanda pelo outro.
- Preço dos bens complementares: são aqueles bens que são consumidos aos pares ou em conjunto, como por exemplo, automóvel e combustível, computador e software. Variações no preço de um deles provoca variações no mesmo sentido na quantidade demandada do outro.
- Fatores climáticos ou sazonais tendem a provocar alterações na demanda por determinados bens e serviços; tais como: tomar sorvete no verão, esqui em períodos de ocorrência de neve ou viajar de avião em períodos de férias.
- Propaganda: os profissionais envolvidos nas atividades de propaganda e publicidade dizem que não; mas, certamente que uma veiculação midiática de qualidade e direcionada a determinado público alvo exerce uma forte influência na disposição de influenciar os potenciais consumidores de um determinado bem ou serviço em adquiri-lo.
- Hábitos, gostos e preferências: hábitos tradicionais de consumir pão nas refeições e feijão na cultura alimentar do Nordeste, gostos e preferência associados a nível de cultura,

escolaridade e renda exercem forte influência sobre os níveis de demanda dos mais variados bens e serviços.

- Expectativas quanto ao futuro influenciam a demanda dos diferentes bens e serviços no presente. Se a prioridade for garantir a demanda futura o consumidor sacrifica o consumo presente para poupar e garantir um consumo maior no futuro.
- Fatores como a disponibilidade de crédito, elasticidade de prazos para pagamento e níveis satisfatórios de taxas de juros têm o poder de influenciar positivamente ou negativamente os níveis de demanda dos mais variados bens e serviços.
- Carga tributária: quanto maior for a capacidade do governo em arrecadar, menor será a renda disponível para os consumidores gastarem em consumo e, conseqüentemente, menor será a demanda relativas aos bens e serviços disponíveis no mercado.

Certamente que poderíamos elencar um sem-número de outras variáveis que tem o poder de influenciar a demanda dos mais variados bens e serviços; mas quanto maior for o número delas, também maiores serão as dificuldades em analisá-la.

Para suavizar e tornar menos complexa a análise da demanda introduziu-se o conceito denominado *Coeteris Paribus* – *que significa “tudo o mais constante”* e delimitar o número de variáveis das quais a demanda depende e são elas: preço do próprio bem, preço dos bens substitutos e complementares, gostos e preferências do consumidor e sua renda.

Os fundamentos da teoria da demanda que estudamos nos cursos superiores relativos às ciências sociais aplicadas se baseiam na Teoria do Valor Utilidade que preconiza que o valor de um bem

é formado a partir de sua demanda ou pelo grau de satisfação a que o consumidor atribui a seu consumo, é subjetiva e associada ao utilitarismo. A Teoria do Valor Utilidade gerou dois outros novos conceitos que são o Valor de Uso – associado à satisfação derivada do consumo de um bem – e a Teoria do Valor de Troca, relacionada ao preço de mercado do bem, determinado a partir do confronto entre a demanda e a oferta. A Teoria do Valor Utilidade foi criada em contraposição à Teoria do Valor Trabalho, defendida por Karl Marx, David Ricardo, Adam Smith e Thomas Malthus, que defendia que o valor de um bem se forma, conjuntamente com a oferta, através dos custos do fator trabalho incorporado ao valor do bem.

Logicamente que a Teoria da Utilidade encontra bastante espaço nas relações de consumo e de negócios que ocorrem no mercado, onde se configuram ações de compra e venda que irão trazer benefícios físicos e psicológicos para os dois lados. Conceitos como de excedente do consumidor (satisfação gerada pela diferença entre o que o consumidor estaria disposto a pagar e o que efetivamente pagou) trazem efeitos psicológicos importantes sobre as decisões de consumo; pois, revelam que esse grau de satisfação não está apenas associado à utilidade do bem, como também aos efeitos relacionados à emoção, à sensação e a percepção que uma ação de consumo pode fomentar no “homo economicus”.

A grande maioria dos brasileiros passou boa parte das décadas de 70, 80 e 90 num ostracismo econômico que fazia dó. Hiperinflação, recessão econômica, governos militares e civis ineficientes, proliferação de crises financeiras no Brasil, Argentina, México, Rússia e “Tigres Asiáticos”, tudo isso e muito mais dava um clima bucólico às principais economias que hoje são conceituadas de emergentes e tornava o futuro de milhões de pessoas que se situavam no chamado “Terceiro Mundo” cada vez mais incerto e porque não dizer catastrófico.

Mudaram-se alguns cenários econômicos mundo afora e grandes economias se insurgiram contra uma situação de ostracismo

econômico que parecia se solidificar; foi uma reação espetacular de alguns países como a China, o Brasil, o México, a Índia, a África do sul, a Rússia e alguns países asiáticos como a Coréia do Sul.

No Brasil, mais notadamente a partir de 1994 com a edição do Plano Real no governo do presidente Itamar Franco, o comportamento da economia passou a trilhar novos caminhos baseados um sistema de estabilização monetária, que culminou com a adoção de medidas promotoras de crescimento econômico e distribuição de renda durante o governo do presidente Lula

que vem surtindo efeitos positivos, apesar da grave crise econômica patrocinada pelos Yankees com reflexos para todo o mundo durante os últimos cinco anos, no Brasil – felizmente – as coisas não estão tão ruins como para a grande maioria dos países e principalmente para as economias dos chamados países centrais (apesar da torcida contra...).

No Brasil, esse processo de transição entre uma situação perfeitamente caótica e desincentivadora para outra que se encontra aos níveis de pleno emprego contribuiu para uma reação dos diferentes agentes econômicos no sentido de libertar nossa economia das amarras recessivas do passado e caminhar no sentido de ostentar a economia brasileira dentre as maiores do mundo; pois, quanto a isso temos potencial relativo a disponibilidades de todos os recursos ou fatores de produção, a citar, terra, capital e trabalho.

Sendo assim, com um mercado de trabalho bastante aquecido e as empresas dos diferentes setores econômicos trabalhando a “pleno vapor”, o consumo e a produção se encontram em patamares bastante diferenciados do resto do mundo; apesar da “torcida contra”.

A ascensão de milhões de brasileiros e de famílias das classes D e E para a classe C e de outros tantos da classe C para a B deu um fôlego mais do que significativo no crescimento da demanda para diferentes bens e serviços relacionados a – também – diferentes mercados, combinado a uma disponibilização de crédito que

ultrapassa hoje mais de 50% do PIB e a décadas de demanda reprimida vivenciada pela grande maioria da população, são fatores mais do que suficientes para contribuir para um aquecimento da demanda e da oferta relativas ao mercado doméstico.

Conceitos como “má educação financeira”, “assimetria de informação”, “consumismo desenfreado”, “irracionalidade”, “comprar compulsivamente”, “consumo emocional” e desconhecimento dos termos e condições da compra – dentre outras tantas verificações nas relações de consumo – são mais do que comuns nas relações entre demandantes e ofertantes de bens e serviços no mercado.

É Natal, 13º e a restituição do Imposto de Renda no bolso, os apelos sentimentais ao consumo, “ofertas” de compras “sem juros e sem entrada” (sic), facilidades relacionadas ao crédito e às vendas, consumidor vulnerável, *factum et transactum* (feito e passado).

2014 está aí, na porta e com ele a realidade nua e crua: contas, contas e mais contas!

E a poupança?

E a precaução?

E a racionalidade econômica?

Quem sobreviver verá!

Um abraço,

Augusto Dornelas

43. Negócios (“loucamente ruins”) da China



China pode entrar numa crise da qual não conseguirá sair em uma década

Meus comentários (em resposta à solicitação do aluno Wallysson Pontes):

Vou iniciar meus comentários com a seguinte notícia veiculada no Portal IG:

“As exportações do país somaram US\$ 169,67 bilhões, um crescimento de 17,1% frente a setembro de 2010. Por sua vez, as importações avançaram 20,9%, para US\$ 155,16 bilhões.No acumulado de janeiro a setembro, o superávit comercial chinês soma US\$ 107,1 bilhões, uma queda de 10,6% frente ao mesmo período do ano passado.”

As taxa de crescimento dos diferentes países que compõem a chamada economia globalizada não é obra de mensuração do acaso, muito menos fica restrita aos presidentes e ou primeiros-ministros de plantão; muito pelo contrário, são realisticamente acompanhadas por importantes instituições multilaterais como o FMI e o Banco Mundial.

Segundo o site de um importante instituto de acompanhamento de assuntos de interesse econômico do mundo, o INDEX MUNDI

<http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=ch&v=66&l=pt>), a taxa de crescimento médio da República Popular da China no período compreendido entre 1999 e 2011 foi de 9,07%aa, o que comparativamente supera as taxas de crescimento das economias centrais no dobro ou no triplo de seus índices de crescimento econômico no mesmo período.

Não sei das fontes de informações do digníssimo professor da HSBC Scholl em refutar as taxas de crescimento da economia chinesa, exaustivamente acompanhada por importantes institutos e fundações acadêmicas e importantes organismos internacionais que reúnem a grande maioria de países nos quatro continentes do mundo.

Quanto ao “estado de fraqueza da economia chinesa”, basta visualizarmos a presença de produtos chineses no mercado nacional e nas principais economias do mundo para aquiescermos acerca do potencial crescimento nas três últimas décadas.

Enquanto alguns representantes do capital financeiro internacional dedicam seus valiosos tempos em duvidar da hegemonia econômica chinesa, deveriam estar se qualificando para concorrer no mercado chinês na recente abertura econômico-financeira ocorrida esta semana e poder participar do “espetáculo do crescimento chinês”, parodiando o ex-presidente Lula.

No mais, não devemos dar muito crédito às palavras de alguns representantes de corporações econômico-financeiras situadas nos mais longínquos rincões do mundo; afinal de contas, o que verdadeiramente os move são seus próprios interesses e os interesses das corporações que representam.

Não sei porquê, lembrei-me subitamente do J.P. Morgan, agora.

Espero que tenha ajudado.

Um abraço,

Augusto Dornelas

44. Balanço de Pagamentos tem déficit de US\$ 1,2 bilhão em setembro

O saldo da conta de transações correntes ficou negativo em US\$ 2,629 bilhões em setembro, segundo o Banco Central

25 de outubro de 2013

Leia mais acessando:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral.balanco-de-pagamentos-tem-deficit-de-us-12-bilhao-em-setembro.168465,0.htm>

Meus Comentários:

Pra início de conversa: você sabe o que é o Balanço de Pagamentos?

Não?

Então vamos conversar sobre esta grande conta nacional e depois comentaremos a notícia.

Pois bem, Balanço de Pagamentos é um registro contábil das transações envolvendo mercadorias (exportações e importações), serviços (juros, royalties, lucros, turismo, fretes) e capitais físicos e financeiros (investimentos diretos estrangeiros, empréstimos, financiamentos).

O registro contábil das entradas e saídas de recursos ou bens físicos é o mesmo utilizado na contabilidade privada, através da utilização do método das partidas dobradas; se há ingresso de dinheiro debita-se a conta Haveres e Obrigações com o Exterior (HOE, similar da conta Caixa) e quando há a saída de dinheiro creditamos HOE.

Vale salientar que se o saldo de HOE apresenta saldo positivo, isso revela uma diminuição dos haveres monetários do país com relação ao exterior, ou um aumento de suas obrigações; já o sinal negativo representa um aumento dos haveres monetários do país com relação ao exterior.

O livro Economia Micro e Macro de M. A. Sandoval Vasconcelos nos traz os seguintes exemplos:

- Exportações pagas à vista: credita-se (C) Exportações e debita-se (D) HOE;
- Fretes pagos: credita-se (C) HOE e debita-se (D) Fretes;
- Empréstimos recebidos: credita-se (C) Empréstimos e Financiamentos e debita-se (D) HOE.

As transações registradas na conta Haveres e Obrigações devem contabilizar:

- Moeda estrangeira;
- Ouro monetário, utilizado como moeda em transações com o exterior;
- Os Direitos Especiais de Saque que representa um crédito dos países frente ao FMI, cujo limite varia inversamente com a renda per capita e a participação do país no comércio internacional;
- Reservas junto ao FMI.

Vejamos agora os quatro grupos de contas que compõem o Balanço de Pagamentos:

- A) Balança Comercial: nesta conta é registrado o comércio de mercadorias, que é representado pelas exportações (X) e importações (M) (sem levar em consideração fretes e seguros); podendo ocorrer superávits (quando $X > M$) e déficits (se $X < M$).
- B) Balanço de Serviços: nesta conta são registradas todas as ocorrências de serviços pagos e recebidos pelo país em termos de fretes, seguros, lucros juros, royalties, assistência técnica e viagens internacionais; representando a remuneração dos fatores de produção externos, se configurando na Renda Líquida Enviada ao Exterior. Já os serviços de não- fatores se referem ao pagamentos à empresas estrangeiras por fretes, seguros, transporte, viagens.
- C) Transferências Unilaterais: se referem a donativos realizados a nações estrangeiras, tais como, alimentos, remédios e dinheiro.
- D) Balanço de Transações Correntes: $A + B + C$
- E) Movimento de Capitais Autônomos: se refere a investimentos diretos, reinvestimentos, empréstimos e financiamentos, amortizações e capitais especulativos aplicados no mercado financeiro.
- F) Erros e Omissões: correspondem a um percentual de 5% do somatório das exportações com importações e registra a variação de reservas que não foi explicada por nenhuma outra conta.
- G) Saldo do Balanço de Pagamentos = $D + E + F$

Agora que foi exposto para você quais as principais contas que compõem o balanço de pagamentos, vamos tecer alguns comentários que tem por objetivo situar vice numa leitura mais dinâmica que venha a explorar aspectos mais conjunturais do BP.

A administração do BP no Brasil foi bastante difícil durante os anos 60, 70, 80 e boa parte dos 90. Nos anos 60 e 70 as dificuldades residiam pelo motivo de estarmos num processo de autoafirmação de nosso processo de industrialização e contávamos com importantes fatores de emperravam nosso crescimento: tínhamos grande dependência de capital externo, éramos exportadores de produtos de baixo valor agregado (basicamente produtos oriundos da agropecuária), produzíamos pouco petróleo relativamente a nossas necessidades (menos de 10%), a partir de 1964 passamos a viver “sob nova administração” dos militares e já ensaiávamos índices de inflação em patamares bastante superiores aos apresentados pelas economias mais desenvolvidas.

No início e no final dos anos 70 passamos por duas crises internacionais do petróleo que provocaram perdas substanciais em nossas reservas, obrigando-nos a utilizarmos nossas exportações como tábua de salvação para mantermos o equilíbrio de nosso BP; para isso também contávamos com os empréstimos do FMI e do Clube de Paris para promover o equilíbrio e os investimentos necessários em infraestrutura para decolarmos em nosso objetivo industrial via substituição de importações.

Os anos 80, historicamente apelidados de “a década perdida” remonta a um período de hiperinflação, decrescimento econômico, moratória da dívida externa, acirramento das distensões político-sociais, greves e paralisações, intervenções infrutíferas do Estado no sistema econômico, “ciranda financeira”, tensões sociais; ou seja convivemos com uma forte paralisia econômica, política e social que proporcionou – principalmente para a população de baixa renda – uma etapa de extrema dificuldade principalmente para sobreviver decentemente.

A partir da edição do Plano Real em 1994 no governo do Presidente Itamar Franco passamos a vislumbrar no horizonte econômico o início de um processo de estabilização econômica combinada com crescimento econômico equilibrado que infelizmente não foi dos melhores até o fim de 2002 quando a crise financeira iniciada em 1999 nos levou a um quase que completo esvaziamento de nossas reservas cambiais, forçando o governo brasileiro (FHC + Lula) assinarem um empréstimo emergencial de US\$ 14 bi com o FMI.

Os oito anos do governo Lula trouxeram um novo ânimo para a economia e para nossas relações comerciais com o resto do mundo; exibindo melhores índices de crescimento e desenvolvimento econômico e social no Brasil, além de demonstrar mudanças significativas no trato de nossas relações econômicas, políticas e sociais com a grande maioria dos países do mundo, independentemente de sua pujança econômica.

Em 2008 quando os maus ventos da crise construída pelos americanos (desde 1999) começou a trazer seus efeitos nefastos sobre as terras de Macunaíma, quando tivemos uma taxa de crescimento de 5,1%, obrigou ao governo tomar importantes medidas de ordem monetária, fiscal, econômica e social para minimizar os efeitos da crise, tivemos um crescimento praticamente irrisório, pior seria se tivéssemos ostentado decréscimo econômico como a maioria dos países do mundo. As medidas tomadas pelo governo surtiram bons efeitos em 2010 quando apresentamos uma taxa de crescimento de 7,5% e a partir de 2011 estamos taxas de crescimento aquém das nossas necessidades e expectativas, mas justificáveis pelo difícil processo recessivo mundial que completa 5 anos sem dar sinais de quando vai desvanecer.

Agora, depois de todo esse retrospecto histórico, que se fez necessário para melhor compreendermos o momento (ainda

delicado) que atravessamos no momento, vamos aos comentários da reportagem aludida no início deste comentário.

As informações apresentadas pela reportagem nos trazem as seguintes informações, em (US\$ bilhões):

- Balança Comercial: (2,629)
- Capital: 1,506
- Erros e Omissões: 0,102
- Saldo do BP: (1,224)

Apesar do resultado negativo pra setembro, no ano o saldo do Balanço de Pagamentos ostenta um saldo positivo de US\$ 2,313 bilhões, conforme relatório do Banco Centram disponível no endereço www.bcb.gov.br/pec/indeco/port/ie5-01.xls

De janeiro a setembro a balança comercial ficou negativa em US\$ 1,608 bi, que contribuiu para que a conta de Transações Correntes apresentasse um resultado deficitário de US\$ 60, 416 bi que foi compensado pelo saldo positivo da Conta de Capitais no valor de US\$ 63,917 bi, menos Erros e Omissões da ordem de US\$ 1,188 bi, propiciou um saldo positivo de US\$ 2,313 bilhões no ano.

Certamente não é o saldo que gostaríamos de ostentar, mas, diante das circunstâncias que se apresentam nas principais economias do mundo e mais notadamente nos nossos principais parceiros comerciais, inclusive na China que apresentou uma queda em seu saldo em 10,6% frente ao mesmo período do ano passado.

Um abraço,

Augusto Dornelas

Indicadores Econômicos					13-nov-2013
V.1 – Balanço de pagamentos					
					US\$ milhões
Discriminação	2012*			2013*	
	Set	Jan-Set	Ano	Set	Jan-Set
Balança comercial (FOB)	2 551	15 704	19 415	2 146	- 1 608
Exportações	19 998	180 596	242 580	20 996	177 650
Importações	17 447	164 892	223 164	18 849	179 259
Serviços	- 3 457	- 29 456	- 41 044	- 4 529	- 34 812
Rendas	- 1 823	- 22 506	- 35 448	- 406	- 26 213
Transferências unilaterais correntes (líquido)	130	2 119	2 846	161	2 217
Transações correntes	- 2 599	- 34 139	- 54 230	- 2 629	- 60 416
Conta capital e financeira	2 658	56 254	70 154	1 506	63 917
Conta capital	114	- 2 291	- 1 877	62	929
Conta financeira	2 543	58 545	72 030	1 445	62 988
Investimento direto (líquido)	3 307	49 212	68 093	2 660	46 443
No exterior	- 1 086	1 614	2 821	- 2 110	2 661
Participação no capital	- 760	- 5 444	- 7 555	- 2 521	- 14 034
Empréstimos intercompanhias	- 326	7 058	10 377	411	16 695
No país	4 393	47 597	65 272	4 770	43 782
Participação no capital	2 875	37 762	52 838	5 081	30 247
Empréstimos intercompanhias	1 518	9 835	12 434	- 311	13 535
Investimentos em carteira	275	5 703	8 770	7 006	29 152
Ativos	- 708	- 6 599	- 7 764	- 1 351	- 7 207
Ações	- 37	- 1 536	- 2 275	- 434	- 1 316
Títulos de renda fixa	- 671	- 5 062	- 5 489	- 917	- 5 891
Passivos	983	12 301	16 534	8 357	36 359
Ações	- 1 227	2 898	5 600	2 228	9 657
Títulos de renda fixa	2 210	9 403	10 934	6 129	26 702
Derivativos	19	131	185	- 35	101
Ativos	11	101	150	6	303
Passivos	7	30	35	- 41	- 202

Outros investimentos ^{1/}	- 1 057	3 500	- 5 018	- 8 186	- 12 708
Ativos	- 1 396	- 12 301	- 24 547	- 7 542	- 24 309
Passivos	339	15 801	19 529	- 644	11 601
Erros e omissões	25	849	2 976	- 102	- 1 188
Varição de reservas (- = aumento)	- 84	- 22 964	- 18 900	1 224	- 2 313
Memo:					
Resultado global do balanço	84	22 964	18 900	- 1 224	2 313
Transações correntes/PIB (%)	-	- 2,03	- 2,41	-	- 3,63
IED/PIB (%)	-	2,84	2,90	-	2,63
1/ Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, e outros ativos e passivos.					
* Dados preliminares.					

<http://economiaclara.wordpress.com/tag/erros-e-omissoes/>

45. FINANÇAS PESSOAIS DE A a Z:

Falar em Finanças Pessoais para algumas pessoas é similar a pregar no deserto, ou seja, para muitos não existe um real interesse ou necessidade em controlar e disciplinar gastos e promover uma verdadeira cultura referente a levantamento de fundos tanto para precaução no atendimento a gastos não planejados ou simples transferência de consumo presente para o futuro, quando se espera que se consuma mais devido à agregação de juros; embora que não devamos nos esquecer que o preço dos bens e serviços também aumentarão ao longo do tempo e certamente deveremos consumir o mesmo ou até menos do que consumimos hoje, apesar da poupança realizada.

É comum muitas pessoas se julgarem gozando de independência financeira quando sua renda é suficiente para pagar seus gastos durante o mês ou quando conseguem realizar pequenos volumes de poupança, indicando por exemplo, que sua renda é capaz de suprir o pagamento de seus gastos e ainda lhe proporcionar a realização de pequenas economias.

Ledo engano!

O professor Roberto Zentgraf, em seu livro intitulado “O guia prático de finanças! relaciona alguns casos dignos de análise quanto ao critério de independência financeira:

1. Algumas pessoas embora possuam um excelente nível de renda possuem altos níveis de consumo, inclusive com relação a gastos com supérfluos como moda, automóveis do ano, eventos e locais relacionados às classes mais abastadas e que têm o costume de gastar “sem pena”. O resultado disso é viverem pagando altos custos referentes a juros por utilizarem desmedidamente produtos financeiros tais como cheque especial e cartões de crédito

2. Outros indivíduos também se julgam independentes por conseguirem arcar com o pagamento de suas próprias dívidas e com muito esforço, sem terem a dependência de ter a ajuda do capital de terceiros, como por exemplo dos maridos ou esposas.
3. Já para alguns, a simples realização de pequenos volumes de poupança, em função de uma política de gastos controlados, isso pode lhe dar o título de independente.
4. Certas pessoas acreditam que se obtiverem rendas futuras que superem seus gastos no dobro ou triplo já teriam atingido a tão sonhada independência financeira.
5. Alguns cidadãos que ao longo de sua vida produtiva vieram executando controle de gastos e realizando aplicações financeiras e investimentos foram capazes de realizar uma renda proporcionada por suas aplicações e investimentos que são capazes de manter o atual padrão de vida mesmo que viessem a parar de trabalhar, o que não é aconselhável! Estes podem ser considerados como financeiramente independentes.

A grande maioria das pessoas encontram-se nas quatro primeiras classificações, indicando que um processo de educação financeira aliado a uma maior e melhor capacitação profissional podem contribuir verdadeiramente para alcançarem o nível “5” de independência financeira e viverem em níveis elevados de bem estar.

Mas, para começar a construir uma vida financeira saudável não é necessário esperar 2014, comece agora, já! Algumas mudanças de hábito, aliadas estratégias de consumo e poupança planejados, sem os radicalismos apregoados por alguns analistas que passam a apregoar até mesmo a retirada do simples cafezinho como condição necessária para alcançar sua independência financeira, criando

sentimentos de frustração que podem conduzir as pessoas a um retorno desmensurado a patamares de consumo financeiramente não agradáveis.

Não é recomendável nenhum tipo de exagero ou compulsividade, tanto com relação ao consumo quanto à poupança; pois como já receitava o Lord Keynes *“Um país se enriquece não pelo simples ato negativo de indivíduos não gastarem todos os seus rendimentos em consumo corrente. Enriquece-se pelo ato positivo de usar essas poupanças para aumentar o estoque de capital do país. Não é o avaro que se torna rico, mas o que aplica seu dinheiro em investimento frutífero”*.

O consumo e a poupança são dois importantes componentes da demanda agregada e como tal são grandes impulsionadores dos níveis de crescimento econômico, um vez que propulsionam o fluxo real e o fluxo monetário no sentido de desenvolver o produto e a renda do país.

Agora vamos relacionar alguns pontos importantes que podem e devem levá-lo (a) na construção de uma vida financeira mais saudável e mais promissora:

- a) Defina os objetivos e as metas que deseja alcançar: a delimitação de hábitos e patamares de consumo e poupança que pretende empreender ao longo de sua vida certamente lhe propiciarão uma vida financeiramente falando mais agradável.**
- b) Delimite seus gastos fixos – aqueles que sempre estarão presentes independentemente da sua renda, como a sua conta d’água – para começar a definir também a parcela que destinará para os seus gastos variáveis como aquela pizza com os amigos ou o cineminha com a (o) namorada(o) e começar a gerar sobras que serão destinadas à sua poupança individual.**

- c) Estabeleça antecipadamente um orçamento mensal ou as destinações básicas da sua renda, afinal um bom planejamento é necessário para construir uma vida financeira saudável.
- d) O planejamento financeiro proporciona um maior controle de gastos, além de evitar incorrer em gastos não planejados, normalmente eles nos impõem custos maiores.
- e) Disciplina financeira é imprescindível para manter uma conduta de gastos e aplicações dentro de patamares compatíveis com o seu planejamento.
- f) Seja criterioso no tocante a utilização do limite do cheque especial e no pagamento do saldo parcial do cartão de crédito; essas duas modalidades de financiamento são as que apresentam os maiores custos – em termos de taxa de juros – no mercado.
- g) Não acredite em “taxa de juros zero”, pois elas não existem aqui no Brasil; nossos credores sempre embutem generosas taxas para remunerar o financiamento ao nosso consumo. Se puder pagar à vista pesquise e negocie; caso só possa adquirir à prazo pesquise e negocie para poder adequar seus gastos à sua capacidade de pagamento.
- h) Evite gastos desnecessários e sempre pergunte a si mesmo: vou comprar porque eu quero ou porque preciso. Se a resposta for porque eu quero não consuma, é melhor deixar feliz o seu bolso do que o seu ego; até mesmo porque ego satisfeito à custa de ruína financeira é estupidez!
- i) O consumo de alguns bens normalmente está relacionado a determinados períodos do ano, como férias escolares, verão, festejos culturais; aqueles que você puder adiar o consumo ou adequar o seu consumo

a outros períodos do ano, como viajar em períodos de baixa estação podem trazer importantes reduções de gastos além de poderem propiciar consumir mais com a mesma quantidade de reais que se consumiria em períodos de alta estação.

- j) Adquirir lançamentos de produtos como é o caso polêmico do videogame é uma furada, espere um pouco, a tendência dos preços é baixarem ao longo do tempo e aí sobrar dinheiro com outras coisas, inclusive poupar; embora que este brinquedinho é caro demais pra satisfação que possa vir a proporcionar. Isto vale para celulares, computadores, notebooks, automóveis, etc.
- k) Cuidado com o poder e o efeito que a propaganda pode exercer sobre seus níveis de consumo, ela é criada para induzir você a consumir mais e inadvertidamente e aí que vai sofrer é o seu bolso.
- l) Poupança com objetivos futuros de precaução e de renda são necessários para manter um padrão de bens estar estável na sua aposentadoria. Consulte no seu banco as principais opções de poupança e investimento, informe-se e escolha aquele(s) que mais se adequam aos seus níveis de exigência quanto a rentabilidade, riscos, liquidez e prazos.
- m) A participação familiar é indispensável para cumprir as metas traçadas, converse, exponha os motivos, solicite a participação de todos, afinal de contas, todos também irão se beneficiar dos resultados.
- n) Aproveite a entrada de recursos extras, tais como 13º salário, férias, restituições do Imposto de Renda podem ser utilizados na antecipação de dívidas que irão vencer no futuro, porque os juros que você vai auferir na poupança (0,5%am) são bastante menores que os que você está pagando – por exemplo – no financiamento ao

automóvel; logo você estará ganhando ao utilizar seus recursos para antecipar o pagamento de dívidas caras.

- o) Estudar é a maneira mais certa de garantir uma renda futura maior. Estude, especialize-se aprenda, garantindo um diferencial de práticas e conhecimentos que estabelecerão um diferencial importante na hora de concorrer a vagas que exigem uma maior preparação educacional do candidato e estas – normalmente – estão associadas a faixas salariais maiores.**
- p) Adquirir conhecimentos financeiros são imprescindíveis para a construção financeira alicerçada em bases sólidas e que seja rentavelmente promissora.**
- q) Sempre acompanhe as entradas e saídas de recursos através de uma planilha, ela lhe proporcionará o acompanhamento das principais destinações para sua renda.**
- r) Independência financeira está relacionada com a capacidade de sua renda em cobrir seus gastos.**
- s) Aproveite liquidações e promoções, elas podem lhe garantir boas economias.**
- t) Faça as contas se é mais viável comprar um carro e arcar com todos os custos e despesas que ele requer ou andar de táxi.**
- u) Comprar frutas, legumes e verduras em grupo em centros de distribuição como a CEASA pode proporcionar ganhos consideráveis para todos.**
- v) Pagar as contas em dia propicia o não pagamento de juros e multas desnecessariamente.**
- w) Ensinar princípios e educação financeira vai ajuda-los a desenvolver neles pessoas mais responsáveis e compromissados com suas próprias finanças e com uma sociedade mais equilibrada.**

- x) **Não adote comportamentos de consumo incompatíveis com a sua renda e da classe social a que pertence.**
- y) **Faça provisões ao longo do ano para atender às despesas de início de ano, tais como: IPVA, matrículas, livros e materiais escolares, IPTU, etc.**
- z) **Saiba de uma coisa: dinheiro traz felicidades, o que não traz são dívidas e pobreza!**

A independência financeira requer disciplina, controle e conhecimentos relativos às suas decisões de consumo, de aplicações de recursos e investimentos financeiros e produtivos e das escolhas que você fará ao longo de sua vida.

Assuma as rédeas de seus gastos e de sua renda e estará contribuindo para um futuro baseado em situações de bem estar material, financeiro e espiritual.

Um abraço!

Augusto Dornelas

http://www.igf.com.br/aprende/dicas/dicasResp.aspx?dica_Id=11483
<http://bobsoftware.com.br/5-dicas-para-organizar-as-financas-pessoais-em-2013/>
<http://www.infoescola.com/economia/dicas-para-organizar-as-financas-pessoais/>

Leia mais em:

<http://noticias.r7.com/brasil/pnad-2012>

Meus Comentários:

A sigla PNAD significa Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio e é realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que coleta dados socioeconômicos – tais como população, educação, trabalho, previdência, migração, fecundidade, saúde, dentre outros - para posterior análise e utilização por parte do governo na orientação para intervenções que se fizerem necessárias nas esferas econômicas, sociais e governamentais.

Dentre os principais temas abordados pela reportagem, selecionei 10 para comentar sob a ótica econômica, tais como população, emprego, renda, eletroeletrônicos, bem estar da população, dentre tantos outros que tem um grau de importância considerável nas condições de bem estar da população e na situação de crescimento e desenvolvimento econômico do país.

Então, vamos lá aos comentários:

- 1) 24,7% da população possui plano de saúde, evidenciando um crescimento de cerca de 38% nos últimos dez anos (embora de forma desigual, tendo uma forte concentração na região sudeste com 64% do total de vidas), evidenciando um reflexo da retomada do crescimento econômico evidenciada – principalmente a partir de 2005.

Este avanço no número de brasileiros com planos de saúde também revela o inchaço do sistema SUS e da Previdência Pública que tem dentre os seus beneficiados 40% de pessoas que nunca contribuíram para nenhum dos dois sistemas.

É socialmente justo, mas economicamente inviável!

- 2) Os 10% mais ricos detém 42% da renda nacional, enquanto os 40% mais pobres são donos de 13% de nossa riqueza; ratificando a “Teoria do Bolo” preconizada no final dos anos 60 e início dos anos 70. Esta informação apenas corrobora dados seculares a respeito da concentração de renda no país, o que nos faz figurar entre a 6ª ou 7ª economia do mundo, porém, apresentando índices sociais, educacionais, de saúde, esgotamento sanitário, infraestrutura pública, dentre outros, relacionados a países paupérrimos dos mais variados continentes.
- 3) A pesquisa demonstra que nos últimos dez anos houve um aumento de cerca de 28% no grau de formalização da mão-de-obra brasileira, indicando que quase 60% dos trabalhadores – o que representa cerca de 48 milhões de pessoas - já trabalham na formalidade, o que lhes dá acesso a uma série de direitos como aposentadoria, FGTS, PIS, dentre outros que a informalidade nega.
- 4) 20% dos jovens brasileiros com idade entre 15 a 29 anos – quase 10 milhões de indivíduos - não trabalha nem estuda e destes 70% são mulheres e cerca de 60 % destas possuem pelo menos um filho. Deve-se notar que é um expressivo contingente de desocupados que certamente vivem sob os auspícios de políticas governamentais ou da renda de suas respectivas famílias, e que no futuro irão reclamar por rendas e assistência estatais, o que pode vir a comprometer

parte dos direitos daqueles que contribuíram ao longo de sua vida produtiva para o crescimento do país.

- 5) Dizer que temos uma pequena incidência de casos de AIDS no Brasil seria até uma falta de responsabilidade e de sensibilidade, pois, relatar que registramos quase 18 casos para cada grupo de 100 mil habitantes é o mesmo que dizer que temos 36.000 casos registrados com relação à população como um todo. O mesmo ocorre com tantas outras doenças que tínhamos erradicado – como é o caso da tuberculose – e que ainda continuam fazendo vítimas no país como um todo.
- 6) Determinados indicadores econômicos refletem o ritmo de atividade e o crescimento econômico (arrecadação tributária, grau de utilização da capacidade instalada, taxa de desemprego, PIB, agregados como consumo e renda, etc.), dentre eles está o nível de crescimento do salário médio dos trabalhadores. Nos dados fornecidos pela PNAD, houve uma variação de cerca de 27,63% no período considerado, entre trabalhadores formais e informais. Quando considerados individualmente, a taxa de crescimento do salário médio dos trabalhadores formais foi de 14,05%, enquanto a dos trabalhadores informais acusou um crescimento da ordem de 31,70, maior do que no caso dos formais; o que reflete a ausência de outras garantias trabalhistas como FGTS, carteira de trabalho (CTPS), 13º salário, férias remuneradas, dentre outros.
- 7) Quando falamos em Desenvolvimento Econômico estamos falando dos reflexos ou rebatimentos do crescimento econômico na promoção de níveis melhores de bem estar para o conjunto da população. Dentre esses rebatimentos podemos citar: educação, saúde, segurança, moradia, lazer, infraestrutura de serviços públicos – água, eletricidade,

saneamento básico, coleta de lixo – dentre outros. Infelizmente aqui no Brasil, a lentidão com estes preceitos básicos são direcionados à população é muito lento e é reflexo de diversos fatores tais como: corrupção pública e privada, sonegação de impostos, desvios de verbas públicas em benefício do interesse privado, incompetência, desleixo para com a coisa pública, ... , dentre tantos outros motivos que consequentemente interferem negativamente na promoção de bem estar social. O resultado apontado pela PNAD reflete que houve um crescimento considerável na disponibilidade de água, esgoto e coleta de lixo, o que certamente induzirá a uma melhoria nas condições de vida e saúde da população.

- 8) Hoje o Brasil já conta com uma população de trabalhadores que chega à casa dos 100 milhões e dentre eles, cerca de 40 milhões são do sexo feminino; o que reflete uma ascensão feminina a ocupações que antes eram destinadas quase que exclusivamente para homens, como é o caso das engenharias. Num outro comentário meu a respeito da participação feminina no mercado de trabalho, salientei que a grande maioria dos postos de trabalho ocupados pelas mulheres ainda carecem de altas exigências de qualificação, o que reflete no salário médio pago às mulheres ser inferior ao que é percebido pelos homens. Mas, já existem importantes sinais de mudança nesse quadro, quando nos deparamos com uma grande participação das mulheres na formação educacional relativa a cursos superiores, o que certamente se refletirá a uma condução cada vez maior a postos de trabalho com níveis de qualificação mais exigentes.
- 9) A estabilidade e o crescimento econômico evidenciado na última década provocou não apenas variações positivas no

PIB, como também na elevação do número de contratações para os mais variados ramos de atividade, redução das taxas de desemprego a níveis de pleno emprego, o que provocará um aumento fortíssimo na aquisição das chamadas tecnologias domésticas tais como: geladeiras, fogões, lavadoras de roupas, dentre outras. As recentes políticas de caráter fiscal adotadas durante o governo Lula e sua manutenção no atual governo, desonerando de impostos setores dinâmicos da nossa economia, tais como automóveis, móveis e eletrodomésticos, materiais de construção, eletroeletrônicos e informática impulsionando as vendas e a produção, que também foi beneficiado pelo fornecimento regular de energia elétrica que certamente também contribuiu para o crescimento das compras, vendas, produção e emprego nestes setores importantes da economia nacional.

- 10) Quando se fala que quase metade dos trabalhadores possui carga horária de até 44 horas leva-nos a refletir que a outra metade trabalha uma quantidade de horas superior ao que estabelece a Constituição brasileira. Esta constatação é preocupante devido ao fato de sabermos que metade das pessoas ocupadas trabalham uma carga horária superior ao permitido por lei e certamente provocará reflexos na sua qualidade de vida e de seu relacionamento com suas famílias e amigos, dedicando ao trabalho horários que poderiam e deveriam estar sendo alocados em estudos e lazer, por exemplo.

Vários outros temas compõem a pesquisa realizada pela PNAD-IBGE, detive-me naqueles que foram abordados pela reportagem e que possuem um maior nível de interesse pelo público em geral.

Espero que os resultados das próximas PNAD's nos tragam resultados mais alvissareiros, o que certamente nos certificará de alterações positivas no grau de bem estar da população brasileira.

Um abraço,

Augusto Dornelas

UOL ECONOMIA, 30/11/13:

47. "Petrobras anuncia aumento do preço da gasolina em 4% e do diesel em 8% "

Meus Comentários:

Os preços dos combustíveis no Brasil estão altamente defasados, o último aumento havia sido em janeiro de 2013 e a partir de então não sofreram alterações, apesar dos constantes aumentos dos preços internacionais do petróleo.

Este aumento nos preços de derivados do petróleo, na verdade, não é nem mesmo aumento. A previsão é de que a inflação oficial medida pelo IPCA chegue na casa dos 5,8% no ano, logo, a empresa não está recompondo nem mesmo monetariamente a inflação do ano no preço cobrado ao consumidor final.

Sempre presenciamos na imprensa os questionamentos de alguns comentaristas econômicos (sic) em defenestrar a direção da Petrobras e todos os responsáveis por sua condução no mercado por incorrerem em prejuízo quando não acompanham os preços internacionais do petróleo, muito menos repassam para o público doméstico os constantes aumentos nos preços do petróleo a nível internacional.

Mas isso tem uma explicação: o compromisso social da Petrobras não é apenas com as expectativas de seus sócio acionistas (até mesmo porque o sócio majoritário é o Estado brasileiro) e sim com o povo brasileiro. Para tanto desenvolve inúmeras outras atividades, além da específica de extração, refino e distribuição de petróleo e de seus derivados.

Desde sua criação, há 60 anos atrás, não deixou de ser orgulho nacional e sinônimo de inovação, competência e capacidade de superação.

Nos anos 70 produzíamos 10% do nosso consumo e importávamos os outros 90%; para tanto precisávamos importar e colocávamos as nossas importações a serviço do pagamento de dois itens básicos: do óleo importado e dos juros da dívida externa que nos sufocava.

De lá para cá muita coisa mudou, inclusive a proporção entre produção interna e importação; hoje praticamente somos autossuficientes na produção, mas temos um gargalo no refino devido ao não acompanhamento da expansão da nossa capacidade de refino com relação à extração, situação que começará a ser modificado com o término da construção de novas refinarias no Nordeste, como é o caso da Refinaria Abreu e Lima em Pernambuco.

Podemos também citar outras motivações que impulsionam a Petrobras a manter sob certo controle os preços dos derivados de petróleo: é uma questão estratégica que tem suas raízes no modelo de desenvolvimento adotado pelo país quando da consolidação do processo industrial brasileiro a partir da década de 50 quando – diferentemente de outros países – adotamos o modelo de substituição de importações, que quer dizer que adentraríamos num processo industrial de incentivar os empreendedores nacionais e arremeter empresas internacionais a investir em território nacional.

Tínhamos orientações econômicas de encaminhar nosso processo de desenvolvimento industrial a produzir internamente todos os bens necessários à consolidação de um mercado doméstico forte e dinâmico, sem grande dependência do mercado externo que vive lado a lado com momentos de turbulências e crises; tanto que até hoje nossas exportações giram em torno de 15% do PIB e os outros 85% são consumidos no mercado doméstico, o que de certa forma contribui para que as consequências de crises econômicas e financeiras como a que o mundo vivencia há cinco longos anos.

Uma outra orientação que também tem suas raízes no início do processo industrial brasileiro é o de privilegiar o transporte rodoviário em detrimento de outras formas – como o marítimo, o aquaviário e o ferroviário – que certamente possuem custos menores para transportar cargas que o rodoviário.

Neste sentido, praticamente toda a produção nacional escoava via transporte rodoviário e conseqüentemente o frete tem peso relevante na composição dos preços finais dos mais variados bens e serviços que produzimos e consumimos, além do que qualquer aumento no preço dos combustíveis tem forte impacto sobre o cálculo de índices que mensuram a inflação no Brasil e conseqüentemente sobre os custos de transportes dos diferentes produtos que seriam repassados para os preços finais exercendo forte impacto sobre salários, custos empresariais, inflação, exportações.

Some-se ainda o fato de boa parte de nossa produção ser oriunda da plataforma continental a altas profundidades, o que - também - encarece os custos de produção e conseqüentemente o preço final dos combustíveis no Brasil e é isso que a população precisa entender e que os chamados meios de informação não informam.

Mas quem é a Petrobrás?

Criada em 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas e em 1960 lança-se ao mar com a exploração de petróleo na nossa plataforma continental (apesar de opiniões pessimistas e desaconselhadoras do geólogo americano Walter Link). Em 1961 é fundada a sua primeira refinaria, a REDUC (Refinaria Duque de Caxias).

Ainda em 1961, contrariando as recomendações do Relatório Link a empresa descobre importantes poços na Bahia e em Sergipe.

Já em 1967 cria a Petrobras Química S/A e estabelece o marco do início histórico do setor petroquímico brasileiro.

Em 1968 cria o CENPES (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento) – o maior centro de pesquisas da América Latina - com o objetivo de desenvolvimento de tecnologias que serviriam de base para a consolidação e a expansão da Petrobras nos cenários interno e externo relativos à energia.

No início dos nos 70 é criada a Petrobras Distribuidora S/A com finalidades claras de objetivos de distribuição para atender nossas necessidades de crescimento econômico com taxas superiores a 10%aa, período que se consagrou como o “Milagre Brasileiro”.

Em 1973 temo uma grande crise internacional do petróleo, com aumentos significativos nos preços internacionais do petróleo, o que mobilizou o governo e a própria Petrobras a adotar medidas para minimizar os efeitos dessa ocorrência criando o Programa Nacional do Álcool e incentivando a utilização do álcool carburante como combustível automotivo e, concomitantemente, adotando medidas para o aumento da produção e refino do óleo nacional.

1974 se consolida com a descoberta da maior província petrolífera do país, a bacia de Campos no Rio de Janeiro, produzindo 80% da produção nacional. Nos anos seguintes outros importantes poços foram sendo adicionados ao plantel nacional, tais como: Pargo, Namorado, Badejo, Bonito, Cherne e Pampo.

1975 é criado o PROALCOOL se configurando num programa alternativo de biocombustíveis e de consolidação do álcool combustível na matriz energética brasileira.

1984 é o ano da Petrobras relativo ao desenvolvimento de tecnologias e a exploração de petróleo em águas profundas na bacia de campo, mais precisamente no campo de Marlim; o que é o início da consolidação da empresa como uma das empresas líderes mundiais na exploração de petróleo a altas profundidades.

1986 é o ano da descoberta de petróleo na Amazônia, mais precisamente no campo de Urucu no Alto Amazonas.

No ano 2000 começamos a utilizar o gás para a produção de energia elétrica por termelétricas, para amenizar os efeitos do

“apagão energético” patrocinado pelo governo Fernando Henrique do PSDB.

A Petrobras bate recorde na perfuração de poços em áreas de altas profundidades, chegando, em 2005, a 6.915 metros no poço na bacia de Santos.

2006 é o ano da nossa autossuficiência na produção de petróleo e gás com uma produção média diária de 1,9 milhões de barris por dia.

Em 2007 constrói-se o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, cujo principal objetivo é uma elevação significativa da produção nacional de produtos petroquímicos.

O início da produção de petróleo no pré-sal se dá em 2009 na área de Tupi.

Em 2013 é a consolidação de biocombustíveis no Brasil, com previsão de produção de 640 milhões de litros de litros de biodiesel e 1,9 bilhões de litros de etanol.

A Petrobras é uma sociedade anônima de capital aberto, presente em 25 países e que tem no Estado brasileiro seu acionista majoritário, cuja atuação abrange os seguintes setores: exploração e produção, refino, comercialização e transporte de óleo e gás natural, petroquímica, distribuição de derivados, energia elétrica, biocombustíveis e outras fontes renováveis de combustíveis.

Alcançou a condição de 7ª maior empresa de energia no mundo, e hoje apresenta os seguintes dados qualitativos:

- Produção diária de 2,6 milhões de barris de petróleo e cerca de 500 mil barris de gás natural por dia;
- 135 plataformas de produção;
- 15 refinarias;
- 7 usinas de biocombustíveis;
- 19 termelétricas;

- 32 mil quilômetros de dutos;
- 237 navios;
- 8.500 postos;
- 3 fábricas de fertilizantes;
- Cerca de 17 bilhões de barris em reservas;
- Dentre outras riquezas nacionais.

Além de tudo isso a Petrobras possui inserção em diversas outras atividades, através do fomento a ações da sociedade em setores ligados ao meio ambiente, esportes, cidadania, educação e cultura; e isso nenhuma outra companhia correlata no mundo faz!

Portanto, a Petrobras é competente e eficiente,

A Petrobras é líder,

A Petrobras é nossa!

Um abraço a todos.

Saiba mais acessando: <http://www.petrobras.com.br/pt/>

Augusto Dornelas

48. Economia de Mercado

A Economia de Mercado é a aplicação dos ideais liberais na economia, com a mínima intervenção do Estado e a centralidade no mercado e na iniciativa privada.

Leia mais acessando:

<http://www.brasilecola.com/geografia/economia-mercado.htm>

Meus Comentários:

Poderíamos começar nossos comentários citando três grandes autores que se dedicam ao estudo das Ciências Econômicas; o primeiro deles é o professor Marco Antônio Sandoval Vasconcellos em seu livro Economia Micro e Macro - que salienta que, etimologicamente a palavra economia vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei). Seria a *administração da casa*, que pode ser generalizada como administração da coisa pública. Continua dizendo que Economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas.

Um outro célebre autor que podemos citar é Joseph E. Stiglitz – prêmio Nobel de Economia em 2001 - que juntamente com Carl E. Walsh, em seu livro intitulado Introdução à Macroeconomia ensina que a Economia estuda como pessoa, empresas, governos e outras organizações de nossa sociedade fazem escolhas e como estas escolhas determinam a forma como a sociedade utiliza seus recursos. E ainda, diz que para entender como essas escolhas são feitas e como afetam a utilização dos recursos da sociedade, precisamos examinar cinco conceitos que desempenham um papel importante: trade-offs

(custos de oportunidade), incentivos, trocas, informações e distribuição.

Agora que introduzimos conceitualmente três renomados autores que abordam a Ciência Econômica em seus estudos vamos dar sequência aos nossos comentários acerca dessa que é a mais debatida e a mais intrigante ciência que compõe o conjunto formado pelas chamadas Ciências Sociais Aplicadas.

Só podemos falar em sociedades econômicas a partir do momento que as sociedades deixam de produzir exclusivamente para sua subsistência e passam a gerar excedentes de produção que seriam comercializados através de trocas que seriam realizadas na sociedade.

Inicialmente essas trocas eram realizadas diretamente, ou seja produto por produto, o que era bastante ineficiente pois necessitava de dupla coincidência de interesses para que as trocas fossem efetivadas, o que gerava bastantes sacrifícios não apenas para que ambos os lados se encontrassem e estivessem desejosos em efetuar a troca e na sequência estabelecer os termos de troca, o que dificultava bastante, pois, cada lado tratava de sobrevalorizar o seu produto e depreciar o produto alheio. Note que as coisas não transcorriam com a facilidade que temos hoje.

Sequencialmente as sociedades passaram a utilizar-se de mercadorias-moeda (tecidos, metais preciosos, sal, etc.) como instrumento de troca, mas a ineficiência continuava, já que estes instrumentos eram dotados de valor intrínseco e só eram aceitos devido a esta característica própria de aceitabilidade por representar um instrumento de troca dotado de valor individual, além de – não necessariamente – servir como um meio de troca dotado de aceitabilidade comum e em muitos casos de difícil divisibilidade.

As primeiras moedas metálicas e sem valor intrínseco foram produzidas na Lídia (região da Turquia) no século VII A.C. e ao longo do tempo foram sendo introduzidas de maneira mais intensiva nos diferentes mercados e sendo cunhadas pelos próprios governos,

dando-lhe um caráter de aceitação e curso legal, consensual e obrigatório.

O desenvolvimento deste excelente instrumento de trocas foi de fundamental importância para que as transações se efetivassem de maneira eficiente, além de se constituir num instrumento dotado de grau de liquidez superior a todos os outros ativos e que também será utilizado na alocação de recursos escassos no sistema econômico.

A moeda foi e é utilizada como instrumento de pagamento pela aquisição para consumo dos diferentes bens e serviços que são produzidos e que serão posteriormente comercializados. Antes de mais nada vamos introduzir alguns conceitos necessários à compreensão dos principais conceitos econômicos, que trataremos a seguir:

- Recursos produtivos escassos: fatores de produção utilizados de forma combinada na elaboração de bens e serviços, tendo suas disponibilidades físicas limitadas. Como recursos produtivos ou fatores de produção podemos citar:
 - Terra e tudo que dela provém, tais como o solo fértil, matérias-primas, água, minerais, pedras preciosas, etc;
 - Trabalho: mão de obra especializada e capacidade gerencial;
 - Capital: físico (máquinas, equipamentos e instalações) e financeiro (haveres monetários e ativos financeiros);
 - Tecnologia: conjunto de conhecimentos e habilidades associados a princípios científicos utilizados na elaboração de equipamento ou recurso produtivo com o objetivo de produzir com o máximo de eficiência e o mínimo de perdas.

- Tempo: costume dizer que Deus disponibilizou de forma democrática 24 horas para que todos os seus filhos as utilizassem da forma mais produtiva e eficiente possíveis. Se nos detivermos mais executando determinada atividade, devemos reduzir o tempo disponível para as demais e, portanto, o tempo - neste sentido - também é um fator escasso.

- Agentes econômicos, pessoas, famílias, empresas e governo que atuam no mercado tanto sob a condição de consumidor, ou produtor dos diferentes bens e serviços ou financiador das decisões de produção e investimento.
- Economia de livre iniciativa: forma de organização econômica onde prevalece a propriedade privada dos meios de produção e existe a ampla garantia e defesa do direito de propriedade.
- Mercados: locais próprios onde se encontram demandantes e ofertantes de bens e serviços, que através de seus relacionamentos determinarão quantidades e preços de equilíbrio dos mais variados bens e serviços produzidos pelo sistema econômico. Os três principais mercados existentes em uma economia de livre iniciativa são: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho e o mercado de capitais.
- Demanda: conjunto de unidades de consumo que estão aptas a adquirir os diferentes bens e serviços produzidos; levando-se em consideração algumas variáveis como: preço dos bens, preço de bens substitutos e complementares, renda, gostos e preferências, etc.
- Oferta: conjunto de agentes econômicos responsáveis pela produção, distribuição e comercialização de bens e serviços econômicos. A oferta, assim como a demanda, depende ou

é função de um conjunto de variáveis, tais como: preço dos bens, preço dos bens substitutos na produção, preços dos insumos ou fatores de produção, expectativas de lucros, tecnologia, etc.

- Equilíbrio de mercado: num sistema de eixos coordenados, será o ponto em que as curvas de demanda e oferta se interceptarão, ou as quantidades e preços que atendam às necessidades e desejos de produtores e consumidores. Há a determinação de preço e quantidade de equilíbrio, significando uma coincidência de desejos de consumidores e produtores.
- Economia de mercado: é um conceito bastante simples e decorrente das relações mantidas entre produtores e consumidores, grande parte dos bens são vendidos pelo produtor ao atacadista e estes vendem aos varejistas que vendem aos consumidores, e estas trocas são orientadas pelos preços dos bens e serviços transacionados; portanto o mercado permite que os consumidores em geral realizem escolhas amparadas na escassez.

Não existe a economia de mercado pura, livre de regulamentações onde apenas o receituário do liberalismo econômico iniciado com Adam Smith – autor da primeira obra dedicada à Ciência Econômica intitulada A Riqueza das Nações – onde se defende a *laissez faire* e se defende a teoria do Estado mínimo e o resto fica por conta da “mão invisível”. Mas isso é mera utopia; a realidade é composta pelos tradicionais agentes econômicos e também do Estado, assumindo diversas funções: ora como consumidor, em outras como produtor, financiador e agente regulamentador.

A prevalência na maioria dos Estados pelo mundo afora são as economias mistas, onde além da participação dos tradicionais

atores materializados nas figuras dos consumidores e produtores, existe a presença do governo que também toma determinadas decisões em determinadas situações e em outras age de forma impositiva através de regulamentações que certamente irão afetar as decisões dos demais agentes econômicos.

O governo desempenha um importante papel nas economias de mercado e estas regulamentações são mais do que necessárias para buscar sanar, apaziguar ou prevenir desequilíbrios de mercado; podemos citar algumas situações em que fica nítida a presença da autoridade governamental regulamentando os mercados: proibição do trabalho infantil, licenças para exercício de determinadas profissões (médicos, engenheiros, advogados, por exemplo), a determinação do IGP-M como indexador nos contratos de aluguel, a instituição do Código de Defesa do Consumidor criado para disciplinar as relações de compra e venda mercantis no mercado (inadimplência, falta ou atraso na entrega de produtos e serviços, garantias, por exemplo), regulamentações sobre emissão de poluentes por veículos automotores, as regulamentações presentes no mercado financeiro com relação à participação de empresas, produtos financeiros a serem utilizados na captação de recursos, das atribuições e capacidade de atuação das diferentes instituições financeiras e não financeiras, o monopólio estatal do petróleo no Brasil (quebrado em 1997), a determinação do valor do salário mínimo, a obrigatoriedade da utilização de cintos de segurança em automóveis, a adoção de políticas protecionistas e de subsídios adotadas pelo Estado para defender o produtor doméstico da concorrência do mercado externo; como você vê, quando analisamos atentamente os mercados verificamos que são amplamente sustentados por regras e às aceitamos de um modo tão irrestrito e damos total legitimidade que – em muitos casos - nem mesmo às enxergamos.

Além da capacidade de regulamentar mercado, o governo também atua como importante produtor de bens e serviços para a

população como um todo, podemos citar como exemplo do caso brasileiro a produção de petróleo e gás, serviços públicos em geral (educação, água, esgoto, energia, justiça, segurança), fertilizantes, remédios, dentre tantos outros bens; ficando apenas uma referência que no passado próximo a presença do Estado brasileiro na economia era bem mais marcante; mas, com os programas de doação – digo, privatizações – impetradas pelos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique, boa parte do patrimônio público “passou” para as mãos da iniciativa privada nacional e internacional.

No ambiente econômico existem algumas ideias fundamentais que estão presentes em uma economia de mercado:

1. Custos de oportunidade: se referem ao sacrifícios que pessoas, empresas e o próprio Estado têm que se impor devido a uma decisão tomada, situação esta que está relacionada à escassez de recursos e que, portanto, as decisões e os incentivos estão sujeitos ao fenômeno da disponibilidade limitada de recursos.
2. Incentivos: fomento que influenciará tomadores de decisões tanto com relação ao ato de consumir quanto para produzir.
3. Trocas: os agentes econômicos se beneficiam com as trocas que, numa economia de mercado, provocam uma utilização eficiente dos recursos disponíveis.
4. Informação: o conhecimento dos fatores relativos ao mercado, bens e serviços produzidos, preços e quantidades influenciarão as decisões que serão efetivadas pelos tomadores de decisão.
5. Distribuição: trata-se de que forma os bens e serviços produzidos serão alocados entre os diferentes agentes econômicos presentes na sociedade.

Como toda ciência, a Econômica também procura resolver situações-problema e responder algumas perguntas básicas:

1. O que será produzido e em que quantidade?
2. Como os bens e serviços serão produzidos?
3. Para quem serão produzidos?
4. Quem irá tomar as decisões econômicas e através de que processo?

As economias de mercado são reflexos das trocas e estas trocas serão utilizadas para responder a estas perguntas básicas.

As decisões das empresas produtoras tomam decisões que são orientada para a maximização dos lucros e o resultado desta determinação vem como a conjunção de esforços para viabilizar a produção de bens e serviços que os consumidores desejam, associada a uma estrutura de custo a mais baixa possível. Este processo permite a determinação da resposta à pergunta de número 1, onde a sociedade, indivíduos, empresas e o Estado decidirão, por exemplo, se serão construídas mais escolas ou estradas, levando em consideração a escassez de recursos, inclusive as restrições orçamentárias e pelas relações que ocorrem no mercado através das relações mantidas entre a oferta e a demanda.

Através da concorrência entre empresas em busca da maximização de lucros provoca benefícios aos consumidores, tanto com relação à quantidade de bens e serviços que serão produzidos, quanto aos preços praticados para cada um destes bens e serviços finais.

A resposta à segunda pergunta está relacionada à eficiência produtiva e está relacionada aos métodos de produção que utilizam intensivamente capita, terral ou trabalho intensivo; dependendo diretamente da disponibilidade de recursos como do nível

tecnológico em que se encontra o país ou região onde o mercado está inserido e estas decisões são realizadas no âmbito das empresas.

Para a terceira pergunta temos um direcionamento para os fatores que determinam a demanda dos diferentes bens e serviços, que de uma forma simplificada costumam dizer que se trata daquele conjunto de agentes que estão dispostos e tem condições financeiras de adquiri-los ou quem quer e pode pagar para consumir. De uma forma mais acadêmica poderíamos listar algumas variáveis que determinam a quantidade demandada, tais como o preço do próprio bem, dos bens substitutos e complementares a ele, dos gostos e preferências e da renda do consumidor, que irão influenciar diretamente a quantidade a ser produzida.

Por último, as decisões econômicas nas economias de mercado são tomadas pelos indivíduos, pelas famílias e empresas que decidirão sobre o que produzir, o quanto pagar e são portadores de capacidade no desenvolvimento de novas tecnologias e produtos, assegurando a utilização eficiente dos recursos disponíveis; enfocando que o fenômeno das trocas são de fundamental importância para o entendimento sobre a alocação de recursos, o que será produzido e quem serão beneficiados com elas.

Os meus comentários acerca de notícias de caráter econômico financeiro tem por objetivo o esclarecimento de questões básicas sobre economia e finanças que certamente irão influenciar de maneira positiva suas relações com o mercado e os demais agentes econômicos que o compõe.

Logicamente que existem controvérsias e críticas contundentes e sistemática quando à forma de organização baseada na economia de mercado; mas isso fica para um próximo comentário.

Um abraço,

Augusto Dornelas

<http://www.casadamoeda.gov.br/porta1CMB/menu/cmb/sobreCMB/origem-dinheiro.jsp>

PORTAL DO INVESTIDOR:

49. ESTRUTURA DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Disponível em:

http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Investidor_Estrangeiro/o_mercado_de_valores_brasileiros/Estrutura_Funcionamento.html

http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/valores_mobiliarios/introducao.html

Meus comentários:

Você sabe o que é o Mercado Financeiro e para que serve?
Não?

Pois deveria; afinal de contas, todas as operações que você realiza no mercado, passa necessariamente por alguma instituição que participa de sua constituição.

Para receber seu salário, no pagamento de suas contas, para tomar empréstimo para a aquisição de algum bem durável (automóveis, geladeiras, televisores, máquinas de lavar, etc.), no financiamento da casa própria, na disponibilização de recursos para compra de máquinas e equipamentos e para capital de giro para empresas, nas diferentes aplicações financeiras para atender às suas necessidades de poupança e de sua empresa; como eu costumo dizer em aulas, as instituições participantes do mercado financeiro só não fazer chover, mas o resto, elas fazem de tudo.

Costumo salientar em aulas que nenhuma economia consegue desenvolver e dinamizar seu sistema econômico como um todo sem a presença de um sistema financeiro forte, saudável e com credibilidade e segurança que seja capaz de canalizar poupanças entre agentes econômicos; agindo assim, propiciam a formação de

poupanças necessárias ao financiamento das decisões de consumo, empréstimos, financiamentos e investimentos. Devendo-se enfatizar que não existe economia forte, eficiente e robusta sem contar com a participação e o apoio de um sistema financeiro forte e capaz de canalizar recursos entre agentes econômicos.

Sei que muitas pessoas encaram este tipo de conhecimento como sendo algo “chato e entediante”, mas, para quem tem sempre por objetivos uma aprendizagem útil e gratificante e que vai interferir nas suas relações com os mercados de moeda e títulos, abordagens envolvendo temas de conteúdo didático-financeiros certamente vão auxiliá-lo na hora de tomar decisões relativas à realização de negócios e transações de maneira eficiente, tanto se estiver lidando com dinheiro próprio quanto de terceiros.

Então vamos lá!

Começemos por alguns conceitos básicos:

- Agentes econômicos participantes do mercado:
 - Agentes superavitários: aqueles cuja renda são maiores que os gastos e possuem sobras monetárias; podemos identificá-los como sendo pessoas, famílias, empresas e governo.
 - Agentes deficitários: aqueles cujos gastos são superiores à renda e apresentam carências monetárias; também podemos identificá-los como sendo pessoas, famílias, empresas e governo.
 - Intermediários financeiros: agentes econômicos encarregados de canalizar recursos e títulos entre agentes superavitários e deficitários no sistema econômico e financeiro.
- Moeda: instrumento de troca que possui a capacidade de mensurar o valor econômico dos bens e serviços produzidos

na economia e que é utilizado como meio de transação, especulação e precaução. Cujas funções básicas são; meio de troca, denominador comum de mensuração dos valores de transação do mais variados bens e serviços (unidade de conta), alternativas de acumulação de riqueza – podemos aplicar nossas riquezas sob as formas de terra, gado, ouro, títulos, instalações, máquinas e equipamentos e moeda.

- Títulos: papéis representativos de aplicação financeira, propriedade sobre o capital social ou reconhecimento de dívida para com terceiros, que podem oferecer renda fixa ou variável utilizados por instituição financeira para a captação de recursos e que irão servir de garantia para o resgate futuro do principal, bem como dos rendimentos previamente acertados entre as partes quando da realização ou formalização das operações de captação e aplicação de recursos.
- Juros: valor a ser pago ou recebido por ter tomado ou disponibilizado capital a terceiro.
- Taxa de juros: coeficiente monetário que relaciona a quantidade de recursos pagos ou auferido com o capital inicial tomado e colocado à disposição de terceiro. A magnitude da taxa de juros engloba custos relativos a: captação, impostos, inadimplência, inflação, rentabilidade do captador (capitalista financeiro), riscos, dentre outros custos.
- Mercados financeiros: locais próprios onde se transacionam moedas - doméstica e estrangeira – e ativos e títulos patrimoniais (como as ações) e financeiros (como os CDBs que são Certificados de Depósitos Bancários utilizados para captação de recursos pelos intermediários financeiros, além

dos chamados valores mobiliários, conceito no qual estão inseridos as ações e as debêntures.

- Autoridades monetárias: entes participantes do mercado financeiro, cujas funções se relacionam a normatizar, disciplinar, acompanhar, avaliar, fiscalizar, intervir, fomentar, regulamentar e desenvolver o funcionamento de instituições e a disponibilização de instrumentos financeiros que sejam capazes de fazer com que o sistema financeiro seja capaz de atender as necessidades dos agentes e do sistema produtivo em todas demandas quanto à captação e à aplicação de recursos.

Podemos conceituar sistema financeiro como um conjunto de instituições intermediadoras de recursos e ativos financeiros (formas diferenciadas de acumular riqueza: moeda, certificados, imóveis, ações, etc.) que têm por objetivo a canalização de recursos e títulos entre agentes superavitários e deficitários de forma eficiente e que seja capaz de fomentar a produção, o consumo e o investimento pelos agentes componentes de um sistema econômico e financeiro.

Os diferentes agentes econômicos atuam no mercado no sentido de minimizar custos, maximizar rentabilidades e satisfações como valores subjetivos derivados do consumo de um determinado bem ou serviço.

No caso específico do mercado financeiro os “bens” relacionados ao mercado se referem a moeda e títulos que são transacionados pelas instituições componentes do mercado, no sentido de prover agentes deficitários dos recursos necessários à consecução de suas tomadas de decisão relacionadas a consumo e investimento.

No sistema financeiro temos dois subsistemas constitutivos:

SUBSISTEMA NORMATIVO:

- Entidades Normativas, responsáveis pela normatização, disciplinamento, acompanhamento e fiscalização do sistema financeiro; sendo composto pelas seguintes instituições:
 - Conselho Monetário Nacional: órgão deliberativo e executivo máximo do sistema financeiro nacional, composto pelos seguintes membros: Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e Gestão e Presidente do Banco Central do Brasil.
 - Conselho Nacional de Seguros Privados: órgão responsável pela fixação de diretrizes e normas relativas à política de seguros privados, responsável pela constituição, organização, funcionamento e fiscalização de sociedades seguradoras, de capitalização, resseguradoras, corretoras de seguros e entidades abertas de previdência privada.
 - Conselho Nacional de Previdência Complementar: responsável pela regulação das entidades de previdência complementar fechadas conhecidas como fundos de pensão, tais como o Petrus da Petrobras e a Previ do Banco do Brasil.
- Entidades Supervisoras, responsáveis pela supervisão, acompanhamento e fiscalização das instituições componentes do sistema financeiro nacional:
 - Banco Central do Brasil (BCB), que tem dentre suas atribuições: assegurar a manutenção do poder aquisitivo da moeda, executar a política monetária, controlar as operações de crédito, formular e executar a política cambial, emitir moeda, fiscalizar as instituições financeiras, controlar a inflação, dentre outros.

- Comissão de Valores Mobiliário (CVM): tem por objetivo primordial atuar no desenvolvimento, fiscalização, acompanhamento e fomentar o mercado de capitais e valores mobiliários brasileiro. Dentre suas atribuições estão: promover a canalização de poupanças para o mercado bursátil e suas aplicações nos chamados valores mobiliário (ações, debêntures e bônus de subscrição), atua na fiscalização do mercado de bolsa de valores, balcão, mercadoria e futuros, inspecionar e fiscalizar bolsas de valores, corretoras de valores mobiliários, companhias abertas e fundos de investimento.

- Superintendência Nacional de Seguros Privados (SUSEP): vinculada ao Ministério da Fazenda, tem por principais atribuições controlar e fiscalizar a constituição e o funcionamento de Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades Abertas de Previdência Privada e Resseguradoras.

- Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC): vinculada ao Ministério da Previdência Social, atuando na supervisão e fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar, como é o caso do Petrus dos funcionários da Petrobras.

- Instituições Especiais:

- Banco do Brasil (BB): sociedade anônima de capital misto, onde o governo é o acionista majoritário. Atua como agente financeiro do governo federal, banco comercial, de investimento e desenvolvimento.

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): vinculado ao Ministério do Planejamento, se

configura como uma das mais importantes agências de fomento e financiamento de médio e longo prazo ao sistema produtivo, tendo sua atuação principal no mercado brasileiro, além de financiar empreendimentos, principalmente de infraestrutura pública em vários países da América do Sul e África.

- Caixa Econômica Federal (FEF): instituição financeira pública, autônoma com forte objetivo social, atua no mercado financeiro desempenhando atividades características de bancos comerciais e públicos, principal agente credor do Sistema Financeiro da Habitação brasileiro, principal agente arrecadador do FGTS, administra com exclusividade as loterias federais e possui exclusividade de operações de empréstimos mediante penhor.

SUBSISTEMA DE INTERMEDIÇÃO:

A principal atribuição deste subsistema está o papel de intermediação financeira, captando recursos dos chamados agentes superavitários – utilizando os mais variados produtos financeiros, tais como as tradicionais Cadernetas de Poupanças e os Certificados de Depósitos Bancários (CDB) – e canalizando para os agentes deficitário sob as mais variadas formas de crédito – tais como o CDC (Crédito Direto ao Consumidor) e operações de financiamento ao Capital de Giro para empresas. Dentre os participantes do subsistema de intermediação estão presentes as seguintes instituições:

- Instituições Financeiras Bancárias:

- Bancos Comerciais: operam principalmente no curto prazo na prestação de serviços como: pagamento de cheques, cobranças, transferências, custódia de valores, câmbio, cartões de crédito, etc. Podem se classificar como bancos de:

Varejo, Negócios, Private Bank (pessoas físicas de renda e patrimônio elevados), Personal Bank (pessoas físicas de renda elevada, pequenas e médias empresas) e Corporate Bank (pessoas jurídicas de grande porte).

- Bancos Múltiplos: instituições financeiras que normalmente operam com quatro grandes carteiras: comercial, investimento e desenvolvimento, financeiras e crédito imobiliário; como é o caso do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica, Santander, dentre outros.

- Instituições Financeiras não-bancárias:

- Bancos de Investimento: operam na cessão de grandes volumes de capital de giro e fixo para empreendimentos produtivos, repasses de recursos oficiais, avais, fianças, custódias, administração de carteiras de título e valores mobiliários.

- Bancos de Desenvolvimento: instituições pública que têm como objetivo a promoção de recursos (empréstimos, financiamento e arrendamento mercantil) para o desenvolvimento econômico e social do país ou de uma região específica, como é o caso do BNDES, do Banco do Nordeste e Banco da Amazônia.

- Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (Financeiras): operam no financiamento à aquisição de bens duráveis através de linhas de financiamento denominadas de Crédito Direto ao Consumidor (CDC); tais como a FINASA do Bradesco, a TAIÏ do Itaú e a Losango do HSBC.

- Sociedades de Arrendamento Mercantil (Leasing): operações financeiras similares a um aluguel com opção de

compra para aquisição de bens de produção (máquinas, veículos, por exemplo) fabricados no país.

- Cooperativas de crédito: associação de indivíduos ou empresas cujo objetivo principal é a prestação de determinados serviços e a disponibilização de crédito a seus associados.

- Sociedades de Crédito Imobiliários: instituições afeitas ao Sistema Habitacional Brasileiro, executando funções relativas a: financiamento de operações imobiliárias, loteamentos e incorporações.

- Associações de Poupança e Empréstimo: tem sua atuação destinada ao financiamento imobiliário.

- Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimo: formada pela Caixa Econômica Federal, Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimo e Bancos Múltiplos, instituições voltadas para a captação de recursos via Cadernetas de Poupança e FGTS e tem por objetivo principal o financiamento de empreendimentos imobiliários e a aquisição de imóveis por parte do público em geral.

- Instituições Auxiliares:

- Bolsas de Valores: instituições formadas pela reunião de corretoras de valores mobiliários, cuja principal função é admitir à negociação valores mobiliários (ações e debêntures, por exemplo), mercadorias, commodities, metais preciosos, moedas e outros títulos emitidos por sociedades anônimas.

- Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários: instituições que operam na intermediação de compra e venda de títulos patrimoniais provenientes de sociedades anônimas de capital aberto, lançamento público de ações, custódia de títulos e valores mobiliários, administração de fundos e clubes de investimento, metais preciosos, mercadorias e futuros, moedas, etc.

- Sociedades Distribuidoras de Valores Mobiliários: exercem um papel semelhante ao das corretoras no mercado financeiro e de capitais.

- Agentes Autônomos de Investimentos: pessoas físicas credenciadas e autorizadas pelas instituições financeiras para negociarem no mercado de título e valores mobiliários e bolsas de valores.

- Instituições não financeiras:

- Sociedades de Fomento Comercial (Factorings): instituições que trabalham na antecipação de recebíveis, tais como a compra de cheques e duplicatas (operações semelhantes ao desconto bancário) mediante pagamento de comissões, assumindo o risco do recebimento dos mesmos.

- Companhias Seguradoras: empresas que trabalham na promoção de seguros diversos e tem por obrigação aplicar parte de suas reservas no mercado de capitais.

Espero que com esta sequência de informações tenha contribuído com o seu desenvolvimento cognitivo no tocante a conhecimentos relativos ao sistema financeiro nacional, suas principais instituições e atribuições e provedores de uma ampla carteira de produtos financeiros adaptados aos diferentes perfis

inerentes aos diferentes grupos de agentes econômicos, quanto a exigências de rentabilidade, segurança, riscos e liquidez.

Um forte abraço,

Augusto Dornelas

Portal do Jornal Zero Hora, 26/11/13

50. Inflação pressiona para alta do juro

“Banco Central anuncia nesta quarta-feira nova taxa básica, que pode retomar o patamar de 10% ao ano, deixando o crédito mais caro”

Cadu Caldas

Pouco menos de um mês antes do Natal, analistas de mercado dão como certo um novo aumento na taxa básica de juro — que pode chegar a 10% nesta quarta-feira, quando termina a reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). Apesar das aplicações em renda fixa ficarem mais atrativas para os poupadores, com a alta da taxa Selic, comprar no cartão de crédito, pedir empréstimo e financiamento aos bancos fica menos em conta. O crédito mais caro exige atenção dos consumidores, sobretudo nas aquisições de longo prazo.

Leia mais acessando:

<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/economia/noticia/2013/11/inflacao-pressiona-para-alta-do-juro-4345212.html>

Meus Comentários:

Comumente vemos em propagandas nos mais variados meios de comunicação propagandas sobre vendas que vão desde pequenos eletrodomésticos até mesmo financiamento de veículos automotores levando uma ideia falsa ao consumidor que ele está

pagando uma taxa zero de juros ou transmitindo uma notícia que induza o consumidor a pensar que quanto menor é a parcela, menor será a taxa de juros e isto não condiz com a verdade.

Costumo dizer que taxa de juros zero só no céu – onde Deus não permite que seus filhos cobrem “usura” um do outro e quando tomo dinheiro emprestado a minha mãe. Fora esses casos, não acredite que as empresas podem lhe proporcionar taxas de juros iguais a zero por um simples motivo: eles não podem lhe proporcionar algo que seus fornecedores não lhes proporcionaram, é simples. O valor da parcela em alguns financiamentos é menor devido à extensão do prazo de pagamento, o que certamente fará com que a parcela diminua, mesmo utilizando taxas de juros exorbitantes.

A seguir, conto um historinha que alude sobre esta questão; espero que goste.

“A parcelinha”

A geladeira de “seu” Mané estava em fase final de decomposição, já tinha remendos de Durepoxi por todos os lados e ficava até difícil de saber se era um monte de ferrugem numa geladeira ou uma geladeira num monte de ferrugem, imagine só a imagem.

A porta, presa com um pedaço de corrente que ele utilizava para amarrar Lôba - uma cadela vira-latas que criavam desde pequenininha - que já estava transparente de tanta inanição; logo, não precisava mais de amarras, pois, só se locomovia com a ajuda dos outros. Chega dá pena em lembrar.

Dona Bui, mulher de “seu” Mané só utilizava a geladeira para guardar mantimentos, verduras e outros apetrechos culinários, já que não funcionava mais devido ao tempo de uso, gelando as coisas comestíveis desse duradouro matrimônio.

Ela não aguentava mais tomar água morna, quase fria da jarriinha de barro que enfeitava a cozinha e transmitia um ar bucólico que combinava com o pinguim em cima da geladeira, com o pilão de

pisar café e, no canto, um fogão de lenha que tinha caído em desuso desde que ganharam um de segunda mão da patroa de sua filha mais velha, Anita.

Uma bela garota esta Anita, já estava de casório marcado com “Tõe” filho da vizinha – Dona Nete – que cortejava ela desde seus dezoito anos e estavam construindo um “puchadinho” que compreendia parte do quintal das duas casas dos pais dos noivos.

Seu Mané já tinha conseguido a aposentadoria compulsória aos 70 anos – eita cabra trabalhador - e era cobrado quase que diariamente por Dona Biu, mulher decidida que quando queria fazer valer seus direitos e necessidades derrubava todos os obstáculos que se apresentassem, lhe cobrava todos os dias para que ele finalmente se dignasse a comprar uma geladeira novinha para guardarem os alimentos, carnes, verduras e aquela aguinha gelada que faz um bem danado, principalmente depois de ter comido aquele pedaço de doce com queijo após o almoço, ahhhh!

Dona Biu não sossegava, falava o dia inteiro e entrava pela noite na “maldita geladeira”, resmungava seu Mané. Nem na hora de dormir Dona Biu sossegava, parecia que tinha um propósito de endoidar seu Mané e ficar de posse da aposentadoria e finalmente comprar seu sonho de consumo.

Foram muitos aperreios até seu Mané dar-se por vencido, ajoelhou-se aos pés da Santa que mantinham no canto da sala e prometeu que se a Santa fizesse sua mulher se calar compraria a bendita geladeira para o lar.

Parece brincadeira, no dia seguinte Dona Biu não deu uma palavra sobre a tal geladeira, não reclamava mais de tomar água quente e deixava o juízo de seu Mané em paz e assim se passaram vários dias, ao ponto dele pensar que sua reza tinha sortido efeito e agora ele se via na obrigação de realizar a compra do eletrodoméstico no comércio local e cumprir a promessa com a Santa.

Não sabia ele que no dia do pedido feito à Santa, Dona Biu, esperta como nem sei o quê, ouviu toda a conversa e manteve-se de

bico calado, realizando todos os esforços para que o marido viesse a se convencer por simples e divina pressão pela compra da tal geladeira.

Numa segunda-feira de manhã, seu Mané acordou decidido em cumprir a promessa que fizera e revelou à mulher de sua intenção de logo após o breiuefeste – um belo prato de cuscuze com charque e manteiga de garrafa e um grande copo de café – e finalizando com um bom cigarro de palha no alpendre da residência, se dirigir a uma loja do “centro” para realizar a compra.

Às 9:30 da manhã os dois chegaram ao endereço da loja e foram recebidos por Lourivaldo, um grande vendedor que, segundo o povo, convencia até os mortos a comprar algum dos itens constantes das disponibilidades no interior do estabelecimento.

Saiu mostrando os diferentes modelos, belezas, cores, funcionalidades e argumentando sobre as facilidades de pagamento. Dona Biu não aguentava de tanta felicidade e aflição em escolher a melhor e matar toda a vizinhança seca de inveja, já seu Mané ouvia atentamente as explicações de Louro - como também era conhecido o vendedor Lourivaldo – verificando ao abrir os exemplares a qualidade dos materiais empregados na confecção das geladeiras.

Dona Biu não aguentava mais de tanta aflição e demora de seu marido em escolher a bendita geladeira que a Santa lhe ajudara a comprar; até que deu um ultimato ao seu digníssimo esposo: “vamos embora que não quero mais geladeira nenhuma, pois não aguento mais esse puxa-e-encolhe”, ao que seu Mané quase que tem um troço em ver que não haveria de cumprir sua promessa à Santa e isto poderia trazer consequências terríveis para a vida daquela família; pediu calma a sua “santinha” (Dona Biu) e puxou Louro pelo braço para que adiantasse as condições da compra.

Louro, munido do computador da loja encontrou um plano de “amigo” pra seu Mané: a geladeira duplex com capacidade de 445 litros e duas portas, sairia pela bagatela de R\$ 2.199,00 à vista ou em 60 “parcelinhas” de R\$ 88,16, mais R\$ 40,00 de taxa de entrega

que poderia ser incluída no valor das prestações, ao que seu Mané retrucou dizendo que o valor da entrega seria pago na hora.

Louro tratou de emitir a nota fiscal, exibir os termos de garantia do produto, oferecer garantia estendida – que prontamente foi dispensada por seu Mané que tinha no genro Chico um excelente consertador de fins de semana de aparelhos eletrodomésticos e que de vez em quando dava certo – e traçar o endereço de entrega do produto.

Finalizada a transação, o casal se despediu de Louro e partiu para dar uma volta na feira e comprar alguns mantimentos que estavam faltando em casa; ao término se dirigiram o “lar doce lar” do feliz casal. A vizinhança já perguntava pela aquisição, ao que Dona Biu deu todas as coordenadas, da cor, modelo, da fortuna que Mané iria desembolsar mensalmente para pagar a geladeira, ..., aquela quantidade inumerável de detalhes que todo mundo conhece.

No dia marcado para entrega foi aquela festa, a vizinhança nas portas das casas, umas fazendo que estavam varrendo a rua outras dando banho em cachorro, outros jogando dominó e tomando a “branquinha” e o caminhão se aproximava jogando poeira para todos os lados e a meninada – que não é besta – amorcegava no veículo e gritava efusivamente que chegara a geladeira de Dona Biu que só faltava chorar de tanta emoção, segurando com suas mão suadas a mão daquele que se dispusera a casar a 40 anos atrás.

Foi um tal de segura aqui, ali a acolá, fastas as cadeiras, ajeita ela ali no cantinho, onde já tinha um pedaço quadrado de papelão para não arranhar a cerâmica, o papelão envoltório da embalagem foi parar direitinho em cima do lastro da cama do casal que já começava a “comer” o colchão onde tantas declarações de amor foram realizadas.

O eletrodoméstico finalmente foi ligado numa gambiarra puxada do quarto da filha mais nova – Dinha – e começou a funcionar. Os carregadores trataram de ferrar – digo – pedir o dinheiro do “guaraná – pra seu Mané que prontamente desembolsou

R\$ 5 e quase que ouvia uma praga de um dos carregadores, que viu uma peixeira reluzente em cima da mesa da cozinha que lhe demoveu da atitude de rogar-lhe o infortúnio , pelo menos enquanto estivesse dentro do lar dos Pereiras, para garantir que sairia vivo do local.

Dona Biu tratou de arrumar as coisas no interior do eletrodoméstico e finalmente pôde dormir tranquila com “seu velho”, agradecendo com um beijo na testa de seu marido no aconchego do leito matrimonial, pela gentileza em dispor a casa de um objeto de desejo almejado ao longo de tantos anos de privação.

Moral financeira da estória:

Ao adquirir a geladeira que custava à vista R\$ 2.199,00 em 60 prestações de R\$ 88,16, Seu mané estava pagando uma taxa de juros de 3,5%am, sete vezes superior à taxa paga como rendimento da Caderneta de Poupança (cerca de 0,5%am) e da cobrada nos cartões Minha Casa Melhor disponibilizados pela Caixa.

Certamente, também, poderia conseguir empréstimo consignado onde arcaria com taxas de juros entre 1,5% e 2,5%am, inferiores à taxa utilizada na operação de compra da geladeira na loja onde seu Louro trabalhava.

Portanto, por puro desconhecimento sobre operações financeiras, seu Mané irá desembolsar um custo de aquisição extremamente superior a outras alternativas disponíveis no mercado.

Para não incorrer nos mesmos erros, estude, informe-se e pesquise!

Normalmente a primeira das opções é sempre a mais cara.

Augusto Dornelas



Livro**Rápido**

Nunca foi tão fácil publicar!!!

www.livrorapido.com

Rua Dr. João Tavares de Moura, 57/99 - Peixinhos Olinda-PE CEP: 53230-290
Fone (81) 2121.5307/2121.5313 e-mail: livrorapido@webologica.com

Escrever um livro que viesse a ajudar as pessoas a entender o conteúdo de reportagens que a maioria dos noticiários de Economia e Finanças que são veiculados nos mais diferentes meios de informação trazem nas suas abordagens diárias, sempre fez parte de meus objetivos.

Para tanto, a partir deste ano de 2013, quando me cadastrei no sítio da rede social do Facebook comecei a postar notícias econômicas e financeiras e em seguida passei a tecer comentários onde introduzia de maneira simplificada alguns conceitos de economia e finanças que pudessem ajudar as pessoas a entender um pouco do mundo econômico onde vivem.

Espero, que com este livro venha a contribuir com a construção de conhecimentos dos leitores através de um processo de inclusão à educação financeira, diminuindo a ocorrência de assimetrias de informações que certamente nunca são benéficas para a maioria dos cidadãos consumidores.



Livro Rápido
www.livrorapido.com

ISBN 978-85-406-0683-8



9 788540 606838

